



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 3P, 1º andar - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
Telefone: (34) 3239-4957 - www.progep.ufu.br - secretaria@progep.ufu.br



EDITAL PROGEP Nº 9/2026

19 de janeiro de 2026

Processo nº 23117.013941/2025-68

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

O PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS SUBSTITUTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria de Pessoal UFU nº 330, de 15/01/2025, publicada no Diário Oficial da União de 16/01/2025, tendo em vista a Lei nº 14.965, de 09/09/2024, publicada no D.O.U. de 10/09/2024, o Decreto nº 7.232, de 19/07/2010, publicado no D.O.U. de 20/07/2010 e a Portaria Interministerial nº 316, de 09/10/2017, publicada no D.O.U. de 19/10/2017, atualizada pela Portaria MGI nº 70, de 08/10/2025, publicada no D.O.U. de 15/10/2025, torna pública a realização de Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva para os cargos de nível "E", para quaisquer *campi* da Universidade Federal de Uberlândia, observados os termos da Lei nº 8.112, de 11/12/1990; do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação-PCCTAE, aprovado pela Lei nº 11.091, de 12/01/2005, publicada no D.O.U. de 13/01/2005; o Decreto nº 9.739, de 28/03/2019, publicado no D.O.U. de 29/03/2019; a Portaria ME nº 10.041, de 18 de agosto de 2021; as disposições do Estatuto e do Regimento Geral da Universidade e da legislação pertinente e complementar, mediante as condições estabelecidas neste edital.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Concurso será regido por este edital e executado pela Diretoria de Processos Seletivos (DIRPS), com a Coordenação da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

1.2. A pessoa candidata deverá conhecer e estar de acordo com as exigências contidas no presente edital e em seus anexos e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para a investidura no cargo que pretender.

1.3. Todos os horários mencionados referem-se ao horário oficial de Brasília-DF.

1.4. Este edital, com os conteúdos programáticos das disciplinas e as descrições dos cargos, estará disponível no endereço <www.portalselecao.ufu.br> e no Diário Oficial da União a partir do dia **20 de janeiro de 2026**.

2. DAS VAGAS

2.1. O nível do cargo, a cidade, o número de vagas, a remuneração e a carga horária semanal são apresentados na **Tabela 1**.

2.2. Além do vencimento básico, a pessoa candidata nomeada fará jus ao Auxílio Alimentação, no valor de R\$ 1.175,00, para regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, e outros benefícios, observada a legislação em vigor.

2.3. Havendo surgimento de novas vagas, poderão ser realizadas remoções de servidores que já integram o quadro funcional da UFU, de acordo com o interesse da Instituição, antes da nomeação de novas pessoas candidatas classificadas no concurso.

Tabela 1

CARGOS NÍVEL "E"	CIDADE	TOTAL DE VAGAS	REMUNERAÇÃO	CARGA HORÁRIA SEMANAL
MEDICO VETERINÁRIO/ANIMAIS DE LABORATÓRIO	UBERLÂNDIA	1	R\$ 4.976,27	20
TOTAL DE VAGAS	-	1	-	-

3. DAS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS CANDIDATAS COTISTAS (PRETAS, PARDAS, INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA) E À AMPLA CONCORRÊNCIA

3.1. Serão reservadas às pessoas candidatas pretas e pardas 25% (vinte e cinco) das vagas existentes e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do concurso, em cumprimento à Lei nº 15.142, de 3 de junho de 2025, regulamentada pelo Decreto nº 12.536, de 27 de junho de 2025, e à Instrução Normativa Conjunta MGI/MIR/MPI nº 261, de 27 de junho de 2025.

3.2. Serão reservadas às pessoas candidatas indígenas 3% (três) das vagas existentes e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do concurso, em cumprimento à Lei nº 15.142, de 3 de junho de 2025, regulamentada pelo Decreto nº 12.536, de 27 de junho de 2025, e à Instrução Normativa Conjunta MGI/MIR/MPI nº 261, de 27 de junho de 2025.

3.3. Serão reservadas às pessoas candidatas quilombolas 2% (dois) das vagas existentes e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do concurso, em cumprimento à Lei nº 15.142, de 3 de junho de 2025, regulamentada pelo Decreto nº 12.536, de 27 de junho de 2025, e à Instrução Normativa Conjunta MGI/MIR/MPI nº 261, de 27 de junho de 2025.

3.4. Conforme o § 2º, do art. 5º, da Lei nº 15.142, de 3 de junho de 2025, na hipótese de quantitativo de vagas reservadas a pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas, o número será aumentado para o primeiro inteiro subsequente, na hipótese de fração igual ou maior do que 0,5 (cinco décimos); ou diminuído para o primeiro inteiro imediatamente inferior, na hipótese de fração menor do que 0,5 (cinco décimos).

3.5. Serão reservadas às pessoas candidatas com deficiência 10% (dez por cento) das vagas existentes e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do Concurso Público, em cumprimento ao disposto no art. 37, inciso VIII, da Constituição da República Federativa do Brasil, na forma do § 2º do art. 5º da Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, do Decreto nº 9.508/2018 e à Instrução Normativa Conjunta MGI/MDHC nº 260, de 26 de junho de 2025.

3.6. Conforme o § 3º, do art. 1º do Decreto Federal nº 9.508/2018, caso a aplicação do percentual de 10 % (dez por cento) do total de vagas reservadas a cada cargo resulte em número fracionado, este será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente.

3.7. Durante o período de validade do presente edital, em caso de vacância do cargo público ocupado por pessoa negra, indígena ou quilombola, será convocada a pessoa negra, indígena ou quilombola optante pela reserva de vagas, de acordo com a ordem de classificação, conforme Instrução Normativa Conjunta MGI/MIR/MPI nº 261, de 27 de junho de 2025.

3.8. As disposições do **subitem 3.7** também serão aplicadas à pessoa candidata com deficiência e à pessoa candidata da modalidade de ampla concorrência.

3.9. Na hipótese de não haver pessoas candidatas quilombolas em número suficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas às pessoas indígenas.

3.10. Na hipótese de não haver pessoas candidatas indígenas em número suficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas às pessoas quilombolas.

3.11. Na hipótese de não haver pessoas candidatas indígenas ou quilombolas em número suficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas às pessoas pretas e pardas, e, por último, para a ampla concorrência.

3.12. Na hipótese de não haver candidatos aprovados em número suficiente para o preenchimento das vagas reservadas à ampla concorrência, as vagas remanescentes serão revertidas às pessoas candidatas com deficiência, pretas e pardas, indígenas e quilombolas.

3.13. A pessoa candidata que optar por concorrer às vagas reservadas poderá ser classificada tanto na listagem geral de ampla concorrência quanto na listagem específica de vagas reservadas. No entanto, será considerada apenas na listagem em que primeiro ocorrer sua nomeação.

3.14. Caso não exista pessoa candidata classificada na modalidade de reserva de vagas no momento da nomeação, será convocada pessoa candidata classificada na modalidade de ampla concorrência.

3.15. DAS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS CANDIDATAS COM DEFICIÊNCIA

3.15.1. A pessoa candidata com deficiência que pretenda concorrer às vagas reservadas a pessoas com deficiência deverá, no ato da inscrição declarar esta condição e anexar documento que comprove a condição de deficiência, nos termos dispostos no art. 3º, inciso IV do Decreto nº 9.508, de 24/09/2018, com data de emissão máxima de **36 meses anteriores à data de publicação deste edital**, exceto no caso das pessoas candidatas cuja deficiência se enquadre no art. 1º, § 1º, da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, ou das pessoas candidatas com outros impedimentos irreversíveis que caracterizem deficiência permanente, conforme §1º, do Art. 15, da Instrução Normativa Conjunta MGI/MDHC nº 260, de 26 de junho de 2025.

3.15.2. A documentação caracterizadora da deficiência deverá conter a identificação da pessoa candidata, a espécie e o grau ou o nível de sua deficiência, a data da emissão e a assinatura da pessoa profissional responsável, com o número de sua inscrição no Conselho Regional Profissional respectivo.

3.15.3. Relatório de avaliação biopsicossocial da deficiência, emitido nos últimos trinta e seis meses, poderá ser utilizado como documentação caracterizadora da deficiência.

3.15.4. A pessoa candidata que, no período das inscrições, não tenha requerido esta condição e não tiver anexado documento comprobatório, não poderá fazê-lo posteriormente, não sendo considerada pessoa com deficiência e, consequentemente, concorrerá às vagas de ampla concorrência.

3.15.5. Somente serão consideradas pessoas com deficiência aquelas que se enquadram no artigo 2º da Lei nº 13.146/2015; nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto nº 3.298/1999, alterado pelo Decreto nº 5.296/2004; na Lei nº 14.126/2021; no § 1º do artigo 1º da Lei nº 12.764/2012 (Transtorno do Espectro Autista); pela Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça, na Lei nº 14.768, de 22 de dezembro de 2023 e na Lei 15.176, de 23 de julho de 2025.

3.15.6. A pessoa candidata que se declarar pessoa com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto nº 3.298/1999 e alterações previstas no art. 2º do Decreto nº 9.508/2018, participará do concurso em igualdade de condições com as demais pessoas candidatas, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para aprovação.

3.15.7. O procedimento de caracterização da deficiência será realizado por equipe multiprofissional e interdisciplinar, mediante análise documental. Na hipótese de dúvidas quanto à caracterização da deficiência, a pessoa candidata poderá ser convocada, uma única vez, para realização de avaliação complementar, a qual poderá ocorrer de forma presencial ou por meio de tecnologia de telemedicina, a critério da equipe multiprofissional e interdisciplinar.

3.15.7.1. A convocação, quando necessária, será divulgada no endereço eletrônico www.portalselecao.ufu.br e encaminhada à pessoa candidata por meio de correspondência eletrônica (e-mail), utilizando-se o endereço informado no momento da inscrição. A comunicação será realizada pela Divisão de Provimento e Acompanhamento de Técnicos Administrativos (DIPAP).

3.15.8. O resultado do procedimento de análise documental para a caracterização da deficiência será **publicado no endereço <www.portalselecao.ufu.br>**, no qual constarão os dados de identificação da pessoa candidata, a conclusão do parecer da equipe multiprofissional e interdisciplinar a respeito do seu enquadramento como pessoa com deficiência e as condições para exercício do direito de recurso pelas pessoas interessadas.

3.15.8.1. Caberá **recurso contra a decisão** da equipe multiprofissional e interdisciplinar no **prazo de 3 dias úteis** a partir da divulgação do resultado. Os recursos deverão ser enviados à Divisão de Provimento e Acompanhamento de Técnicos Administrativos - DIPAP, pelo e-mail dipap@reito.ufu.br. O resultado definitivo será divulgado no prazo de **5 dias úteis**.

3.15.9. Não serão considerados como deficiência visual os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção.

3.15.10. A deficiência da pessoa candidata, admitida a correção por equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais, deve permitir o desempenho adequado das atribuições específicas do cargo.

3.16. DAS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS CANDIDATAS PRETAS E PARDAS

3.16.1. A pessoa candidata que pretenda concorrer às vagas reservadas às pessoas pretas e pardas deverá se autodeclarar preta ou parda, conforme quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, assinalando esta opção no ato da inscrição e em seguida marcar o campo específico, confirmando assim, que pretende concorrer pelo sistema de reserva de vagas. As informações prestadas neste momento serão de inteira responsabilidade das pessoas candidatas.

3.16.2. Até o final do período de inscrição do concurso público, será facultado à pessoa candidata desistir de concorrer pelo sistema de reserva de vagas. A pessoa candidata que pretenda concorrer às vagas reservadas às pessoas pretas e pardas e que, no período das inscrições, não tenha requerido esta condição, não poderá fazê-lo posteriormente, e, consequentemente, concorrerá às vagas de ampla concorrência.

3.16.3. A pessoa candidata que prestar declarações falsas será excluída do processo, em qualquer fase deste Concurso Público, e serão nulos todos os atos delas decorrentes, além de responder, civil e criminalmente, pelas consequências decorrentes do seu ato. Na hipótese de já ter sido nomeada, ficará sujeita à anulação deste ato após procedimento administrativo em que lhe seja assegurado o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo, de outras sanções cabíveis.

3.16.4. As pessoas candidatas que concorreram às vagas reservadas às pessoas pretas e pardas serão **convocadas para o procedimento de confirmação complementar à autodeclaração**, junto à comissão designada para tal fim, conforme Instrução Normativa Conjunta MGI/MIR/MPI nº 261, de 27 de junho de 2025.

3.16.5. O procedimento de confirmação complementar à autodeclaração será realizado de forma presencial ou, excepcionalmente e por decisão motivada, telepresencial, mediante utilização de recursos de tecnologia de comunicação. Neste último caso, existindo dúvidas e/ou por deliberação da comissão de confirmação complementar à autodeclaração da UFU, a pessoa candidata poderá ser convocada para o procedimento presencial de confirmação complementar à autodeclaração.

3.16.6. A convocação para o procedimento complementar à autodeclaração ocorrerá após a divulgação do Resultado provisório do concurso e antes da homologação do resultado do concurso, por meio de lista de convocação publicada no endereço <www.portalselecao.ufu.br> e através de correspondência eletrônica (e-mail), que será encaminhada à pessoa candidata pela Divisão de Provimento e Acompanhamento de Técnicos Administrativo - DIPAP, utilizando o endereço de e-mail informado pela pessoa candidata no momento da inscrição.

3.16.7. Serão convocadas para este procedimento, no mínimo, a quantidade de pessoas candidatas equivalente a **três vezes o número de vagas reservadas às pessoas pretas e pardas**, previstas neste edital, ou **dez pessoas candidatas**, o que for maior, resguardadas as condições de aprovação aqui estabelecidas. Caso o número de pessoas convocadas não seja suficiente para o preenchimento das vagas

reservadas, poderão ser realizadas convocações adicionais. A participação da pessoa candidata no processo de confirmação complementar à autodeclaração e a confirmação da autodeclaração não enseja a aprovação/classificação no concurso público.

3.16.8. O procedimento de confirmação complementar à autodeclaração será filmado, e a respectiva gravação será utilizada exclusivamente para análise de eventuais recursos interpostos pelas pessoas candidatas. A pessoa candidata que se recusar a participar da filmagem para fins de confirmação complementar à autodeclaração poderá prosseguir no concurso público pela ampla concorrência, desde que possua pontuação suficiente para tal.

3.16.9. A convocação de pessoas candidatas excedentes, descrita no **subitem 3.16.7**, ocorre visando a complementação da lista de pessoas classificadas, considerando a hipótese de ausências ou não confirmação da autodeclaração das pessoas candidatas no processo de confirmação complementar à autodeclaração.

3.16.10. Para fins da verificação de que trata o **subitem 3.18.4**, a pessoa candidata será **convocada uma única vez**. A pessoa que não comparecer ao procedimento de confirmação complementar à autodeclaração poderá prosseguir no concurso público pela ampla concorrência, desde que possua pontuação suficiente para tal.

3.16.11. A comissão de confirmação complementar à autodeclaração utilizará exclusivamente os aspectos fenotípicos da pessoa candidata no momento em que for realizado o procedimento de confirmação complementar à autodeclaração, não sendo admitida, em nenhuma hipótese, a prova baseada em ancestralidade e em laudos médicos, dermatológicos, genéticos ou antropológicos, conforme previsto no art. 9º do Decreto nº 12.536, de 27 de junho de 2025, devendo a pessoa candidata se apresentar com cabelos soltos, sem maquiagem ou acessórios. Não serão considerados quaisquer registros ou documentos pretéritos eventualmente apresentados, inclusive imagem e certidões referentes a confirmação em procedimentos de heteroidentificação realizados em concursos públicos federais, estaduais, distritais e municipais ou em processos seletivos de qualquer natureza.

3.16.12. A **não confirmação** da autodeclaração no procedimento de confirmação complementar à autodeclaração não enseja necessariamente a eliminação da pessoa candidata do certame, podendo ser admitida sua classificação nas vagas de ampla concorrência, nas estritas hipóteses em que as circunstâncias do caso concreto não revelarem indícios de falsidade da autodeclaração, fraude, ou má-fé, e desde que tenha obtido nota suficiente para aprovação na ampla concorrência.

3.16.13. O parecer da comissão de confirmação complementar à autodeclaração que constatar a falsidade da autodeclaração deverá motivar a sua conclusão nos termos do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

3.16.14. O **resultado provisório** do procedimento de confirmação complementar à autodeclaração será publicado no endereço <www.portalselecao.ufu.br>, no **prazo de 5(cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização, no qual constarão os dados de identificação da pessoa candidata, a conclusão do parecer da comissão de confirmação complementar à autodeclaração a respeito da confirmação da autodeclaração e as condições para exercício do direito de recurso pelas pessoas interessadas.

3.16.15. Caberá recurso da decisão da comissão de confirmação complementar à autodeclaração no **prazo de 3(três) dias úteis**, contados a partir da publicação do resultado provisório da avaliação no endereço <www.portalselecao.ufu.br>. Os recursos deverão ser direcionados à Presidência da comissão de confirmação complementar à autodeclaração e enviados à Divisão de Provimento e Acompanhamento de Técnicos Administrativos - DIPAP, pelo e-mail dipap@reito.ufu.br. O resultado definitivo será divulgado no **prazo de até 10 (dez) dias úteis**.

3.16.16. O **resultado definitivo** do procedimento de confirmação complementar à autodeclaração também será publicado no endereço <www.portalselecao.ufu.br>, no qual constarão os dados de identificação da pessoa candidata e a conclusão final a respeito da autodeclaração.

3.16.17. As hipóteses de desclassificação por não confirmação da autodeclaração, as eliminações por não comparecimento ao processo de confirmação complementar à autodeclaração ou por falsidade

na veracidade da autodeclaração não ensejam o dever de convocação suplementar de pessoas candidatas para o procedimento de confirmação complementar à autodeclaração.

3.16.18. A autodeclaração terá validade somente para o concurso público para o qual a pessoa interessada se inscreveu, não podendo ser aproveitada em outras inscrições ou concursos.

3.16.19. As pessoas candidatas autodeclaradas pretas ou pardas que fizerem a opção pela reserva de vagas concorrerão, concomitantemente, às vagas reservadas pela Lei nº 15.142, de 03 de junho de 2025, bem como às vagas destinadas à ampla concorrência, podendo, ainda, se for o caso, concorrer às vagas reservadas a pessoas com deficiência (Lei nº 8.112/90, art. 5º, §2º), de acordo com a sua classificação no concurso, desde que atendidas as demais regras deste edital.

3.16.20. A pessoa candidata que optar por se declarar como preta ou parda para concorrer às vagas reservadas concorrerá em igualdade de condições com as demais pessoas candidatas, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para aprovação.

3.17. DAS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS QUILOMBOLAS

3.17.1. Para concorrer às vagas reservadas às pessoas quilombolas, a pessoa candidata deverá no momento da inscrição anexar documentação comprobatória de pertencimento étnico, devendo apresentar:

3.17.1.1. Declaração que comprove o pertencimento étnico do candidato, assinada por três lideranças ligadas à associação da comunidade, nos termos do disposto no art. 17, parágrafo único, do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, acrescido de certificação da Fundação Cultural Palmares que reconheça como quilombola a comunidade a qual a pessoa candidata pertence.

3.17.1.2. Até o final do período de inscrição do concurso público, será facultado à pessoa candidata desistir de concorrer pelo sistema de reserva de vagas. A pessoa candidata que pretenda concorrer às vagas reservadas às pessoas quilombolas e que, no período das inscrições, não tenha requerido esta condição, não poderá fazê-lo posteriormente, e, consequentemente, concorrerá às vagas de ampla concorrência.

3.17.2. A autodeclaração de pessoas quilombolas será confirmada mediante procedimento de verificação documental complementar, por comissão constituída pela Universidade Federal de Uberlândia.

3.17.3. Compete à comissão de verificação documental complementar a análise da documentação apresentada pela pessoa candidata que desejar concorrer às vagas reservadas as pessoas quilombolas.

3.17.4. A comissão de verificação documental utilizará exclusivamente os documentos anexados no ato da inscrição pela pessoa candidata, não sendo admitida, em nenhuma hipótese, a apresentação de documentos fora do período de inscrição.

3.17.5. A **não confirmação** da autodeclaração no procedimento de confirmação complementar à autodeclaração não enseja necessariamente a eliminação da pessoa candidata do certame, podendo ser admitida sua classificação nas vagas de ampla concorrência nas estritas hipóteses em que as circunstâncias do caso concreto não revelarem indícios de falsidade da autodeclaração, fraude, ou má-fé, desde que, tenha obtido nota suficiente para aprovação na ampla concorrência.

3.17.6. O parecer da comissão de verificação documental complementar que constatar a falsidade da autodeclaração deverá motivar a sua conclusão nos termos do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

3.17.7. O **resultado provisório** do procedimento de confirmação complementar à autodeclaração será publicado no endereço <www.portalselecao.ufu.br>, no **prazo de 5(cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização, no qual constarão os dados de identificação da pessoa candidata, a conclusão do parecer da comissão de verificação documental complementar a respeito da confirmação da autodeclaração e as condições para exercício do direito de recurso pelas pessoas interessadas.

3.17.8. Caberá recurso da decisão da Comissão de confirmação complementar à autodeclaração no **prazo de 3(três) dias úteis**, contados a partir da publicação do resultado provisório da avaliação no

endereço <www.portalselecao.ufu.br>. Os recursos deverão ser direcionados à Presidência da comissão de confirmação complementar e enviados à Divisão de Provimento e Acompanhamento de Técnicos Administrativos - DIPAP, pelo e-mail dipap@reito.ufu.br. O resultado definitivo será divulgado no **prazo de até 10 (dez) dias úteis**.

3.17.9. O **resultado definitivo** do procedimento de confirmação complementar à autodeclaração também será publicado no endereço <www.portalselecao.ufu.br>, no qual constarão os dados de identificação da pessoa candidata e a conclusão final a respeito da autodeclaração.

3.17.10. A autodeclaração terá validade somente para o concurso público para o qual a pessoa candidata se inscreveu, não podendo ser aproveitada em outras inscrições ou concursos.

3.17.11. As pessoas candidatas autodeclaradas quilombolas que fizerem a opção pela reserva de vagas concorrerão, concomitantemente, às vagas reservadas pela Lei nº 15.142, de 03 de junho de 2025, bem como às vagas destinadas à ampla concorrência, podendo, ainda, se for o caso, concorrer às vagas reservadas a pessoas com deficiência (Lei nº 8.112/90, art. 5º, §2º), de acordo com a sua classificação no concurso, desde que atendidas as demais regras deste edital.

3.17.12. A pessoa candidata que optar por se declarar como quilombola, concorrerá em igualdade de condições com as demais pessoas candidatas, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para aprovação.

3.18. DAS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS INDÍGENAS

3.18.1. Para concorrer às vagas reservadas às pessoas indígenas, a pessoa candidata deverá no momento da inscrição anexar documentação comprobatória de pertencimento étnico, devendo apresentar:

3.18.1.1. Documento de identificação civil da pessoa candidata, expedido por órgão público reconhecido na forma estabelecida na legislação, com indicação de pertencimento étnico;

3.18.1.2. Documento de comunidade indígena ou de instituição ou organização representativa do povo ou grupo indígena que reconheça o pertencimento étnico da pessoa candidata, assinada por, no mínimo, três integrantes indígenas da respectiva etnia; ou

3.18.1.3. Outros documentos que, na forma estabelecida no edital, estejam aptos a confirmar o pertencimento étnico da pessoa candidata, tais como:

- a) comprovantes de habitação em comunidades indígenas;
- b) documentos expedidos por escolas indígenas;
- c) documentos expedidos por órgãos de saúde indígena;
- d) documentos expedidos pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas - Funai ou pelo Ministério dos Povos Indígenas;
- e) documentos expedidos por órgão de assistência social;
- f) documentos constantes do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, instituído pelo [art. 6º-F da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993](#); e
- g) documentos de natureza previdenciária.

3.18.2. Até o final do período de inscrição do concurso público, será facultado à pessoa candidata desistir de concorrer pelo sistema de reserva de vagas. A pessoa candidata que pretenda concorrer às vagas reservadas às pessoas indígenas e que, no período das inscrições, não tenha requerido esta condição, não poderá fazê-lo posteriormente, e, consequentemente, concorrerá às vagas de ampla concorrência.

3.18.3. Compete à comissão de verificação documental complementar a análise documental da pessoa candidata que desejar concorrer em vagas reservadas a pessoas indígenas.

3.18.4. A comissão de verificação documental utilizará exclusivamente os documentos anexados no ato da inscrição pela pessoa candidata, não sendo admitida, em nenhuma hipótese, a apresentação de documentos fora do período de inscrição

3.18.5. A **não confirmação** da autodeclaração no procedimento de confirmação complementar à autodeclaração não enseja necessariamente a eliminação da pessoa candidata do certame, podendo ser admitida sua classificação nas vagas de ampla concorrência nas estritas hipóteses em que as circunstâncias do caso concreto não revelarem indícios de falsidade da autodeclaração, fraude, ou má-fé, desde que, tenha obtido nota suficiente para aprovação na ampla concorrência.

3.18.6. O parecer da comissão de verificação complementar que constatar a falsidade da autodeclaração deverá motivar a sua conclusão nos termos do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

3.18.7. O **resultado provisório** do procedimento de confirmação complementar à autodeclaração será publicado no endereço <www.portalselecao.ufu.br>, no **prazo de 5(cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização, no qual constarão os dados de identificação da pessoa candidata, a conclusão do parecer da comissão de verificação documental complementar a respeito da confirmação da autodeclaração e as condições para exercício do recurso pelas pessoas interessadas.

3.18.8. Caberá recurso da decisão da comissão de verificação documental no **prazo de 3(três) dias úteis**, contados a partir da publicação do resultado provisório da avaliação no endereço <www.portalselecao.ufu.br>. Os recursos deverão ser direcionados à Presidência da comissão de comissão de verificação documental e enviados à Divisão de Provimento e Acompanhamento de Técnicos Administrativos - DIPAP, pelo e-mail dipap@reito.ufu.br. O resultado definitivo será divulgado no **prazo de até 10 (dez) dias úteis**.

3.18.9. O **resultado definitivo** do procedimento de confirmação complementar à autodeclaração também será publicado no endereço <www.portalselecao.ufu.br>, no qual constarão os dados de identificação da pessoa candidata e a conclusão final a respeito da autodeclaração.

3.18.10. A autodeclaração terá validade somente para o concurso público para o qual a pessoa interessada se inscreveu, não podendo ser aproveitada em outras inscrições ou concursos.

3.18.11. As pessoas candidatas autodeclaradas indígenas que fizerem a opção pela reserva de vagas concorrerão, concomitantemente, às vagas reservadas pela Lei nº 15.142, de 03 de junho de 2025, bem como às vagas destinadas à ampla concorrência, podendo, ainda, se for o caso, concorrer às vagas reservadas a pessoas com deficiência (Lei nº 8.112/90, art. 5º, §2º), de acordo com a sua classificação no concurso, desde que atendidas as demais regras deste edital.

3.18.12. A pessoa candidata que optar por se declarar como indígena para concorrer às vagas reservadas concorrerá em igualdade de condições com as demais pessoas candidatas, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para aprovação.

4. DO CARGO, LOTAÇÃO E JORNADA DE TRABALHO

4.1. O concurso será realizado para o provimento de cargos dos níveis "E", do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos da Educação (PCCTAE), de acordo com o número de vagas correspondentes, conforme **Tabela 1**.

4.2. As pessoas candidatas classificadas nesse concurso, nomeadas para ocupar os cargos descritos na **Tabela 1**, serão lotadas e terão exercício na Universidade Federal de Uberlândia, em quaisquer das cidades: Uberlândia, Ituiutaba, Patos de Minas e Monte Carmelo e em quaisquer outros *campi* que possam surgir.

4.3. As vagas que posteriormente forem destinadas à UFU, no prazo de validade deste concurso e referentes ao cargo mencionado neste edital, deverão ser preenchidas de acordo com a ordem de nomeação pessoas candidatas, disposta no edital de homologação de resultado final deste concurso público, conforme critérios de alternância e proporcionalidade, que serão lotadas em quaisquer das

unidades da Universidade, nas cidades de Uberlândia, Ituiutaba, Monte Carmelo, Patos de Minas, e em quaisquer outros *campi* que possam surgir, de acordo com o interesse da Instituição.

4.4. O cargo de "**Médico Veterinário/Animais de Laboratório**", terá carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme disposto no art. 43, da Lei nº 12.702/2012.

4.4.1. O cumprimento da jornada de trabalho poderá ocorrer em turno diurno, noturno, turnos de revezamento, regime de plantão, feriados, finais de semana, de acordo com as necessidades da Instituição.

5. DA INSCRIÇÃO

5.1. As inscrições serão realizadas por meio da Internet, no endereço <www.portalselecao.ufu.br>, no período de **13 de fevereiro de 2026 até o dia 09 de março de 2026**.

5.2. O valor da inscrição será de **R\$ 149,00 (cento e quarenta e nove reais)** para todos os cargos. O pagamento deverá ser efetuado no período de **13 de fevereiro de 2026 até o dia 10 de março de 2026**, exclusivamente por meio do boleto gerado no site <www.portalselecao.ufu.br>, para esse fim, ao final do processo de inscrição, sob pena de não ser confirmada a inscrição.

5.3. **Atendimento Especializado.** A pessoa candidata com necessidades especiais para a realização da prova será atendida em setores destinados para este fim, exclusivamente na cidade de Uberlândia, devendo informar o tipo de necessidade no ato da inscrição.

5.3.1. No ato da inscrição, a pessoa candidata deverá informar, em campo próprio do sistema de inscrição, a condição que motiva a solicitação de atendimento, de acordo com as opções apresentadas:

- a) Pessoas com baixa visão, cegueira, visão monocular, deficiência física, deficiência auditiva, surdez, deficiência intelectual (mental), surdocegueira, dislexia, déficit de atenção, autismo (TEA), TDAH – Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade e discalculia, fibromialgia; e
- b) Pessoa com outra condição específica (com detalhamento).

5.3.2. A pessoa candidata deverá, no período de **13 de fevereiro de 2026 a 09 de março de 2026**, no Sistema de Inscrição *On-Line*, fazer *upload*, na etapa <Documentos> da inscrição, de cópia digitalizada de **Laudo médico**, atualizado, emitido nos últimos 12 meses da data de publicação desse edital. O laudo deve atestar **expressamente** a espécie e o grau ou nível das situações previstas no **subitem 5.3.1.** desse edital, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença (CID-10), bem como conter a assinatura e o carimbo do(a) médico(a) com o número do seu registro no Conselho Regional de Medicina (CRM), registro do Ministério da Saúde (RMS) ou registro de órgão competente. O laudo médico também deve **indicar o atendimento necessário**, dentre os previstos no **subitem 5.3.3.** desse edital, **justificando** o Atendimento Especializado solicitado.

5.3.3. No ato da inscrição, na etapa <Atendimentos> do Sistema de Inscrição *On-Line*, a pessoa candidata deverá informar o auxílio ou o recurso de acessibilidade de que necessitar, de acordo com as seguintes opções:

- I- Auxílio para leitura;
- II- Auxílio para transcrição;
- III- Tradutor-intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para sanar eventuais dúvidas, fornecer informações sobre o certame e(ou) traduzir a prova durante sua aplicação, sempre que solicitado pelo(a) candidato(a) surdo(a) ou com deficiência auditiva;
- IV- Caderno de prova ampliado com letra em tamanho 20;
- V- Ampliação do tempo de realização das provas em até 01 (uma) hora;
- VI- Local de fácil acesso interno e externo;
- VII- Mobiliário acessível disponível na UFU;
- VIII- Uso de aparelho auditivo;

IX- Necessidade de alimentação periódica;

X- Uso de medidor de glicose e(ou) uso de bomba para infusão de insulina;

XI - Outros (seguido de detalhamento).

5.3.4. A pessoa candidata que fizer uso de marca-passo, pino, prótese, placa/tala ou que tenha qualquer outro objeto metálico não visível alojado ao corpo (como projéteis) ou, ainda, em caso de gestações de risco e de acidente, que necessite de vistoria de segurança diferenciada durante a realização das provas e das demais fases do concurso, deverá solicitar Atendimento Especializado informando a situação.

5.3.5. Para cumprimento do disposto no **subitem 5.3.4.**, a pessoa candidata deverá no ato de inscrição, na seção Atendimentos, solicitar o Atendimento Especializado na modalidade XI do **subitem 5.3.3.** especificando a situação, bem como anexando laudo médico comprobatório e demais documentos que julgar necessário.

5.3.6. A UFU não se responsabilizará por nenhum tipo de deslocamento da pessoa candidata com necessidades especiais.

5.3.7. A pessoa candidata que solicitar Atendimento Especializado para cegueira, surdocegueira, baixa visão e (ou) visão monocular, cuja documentação que comprove a condição que motiva a solicitação, seja aprovada pela UFU, poderá utilizar material próprio: máquina Perkins, reglete, punção, sorobã ou cubaritmo, caneta de ponta grossa, tiposcópio, assinador, óculos especiais, lupa, telelupa, luminária, tábuas de apoio e ser acompanhado por cão guia. Os recursos serão vistoriados pelo aplicador.

5.3.8. A pessoa candidata que solicitar Atendimento Especializado para deficiência auditiva, surdez ou surdocegueira, cuja documentação que comprove a condição que motiva a solicitação, seja aprovada pela UFU, poderá utilizar aparelho auditivo e implante coclear.

5.3.9. Na ausência de **Laudo Médico** nos padrões estabelecidos no **subitem 5.3.2.**, a pessoa candidata não terá assegurado o atendimento requerido.

5.3.10. A pessoa candidata deverá prestar informações exatas e fidedignas no sistema de inscrição sobre a condição que motiva a solicitação de atendimento e de auxílio ou recurso de acessibilidade, sob pena de responder por crime contra a fé pública e de ser eliminada do exame, a qualquer tempo.

5.4. **Atendimento Específico - Lactante.** Fica assegurado à mãe o direito de amamentar seus filhos de até 6 (seis) meses de idade durante a realização de provas, desde que solicite Atendimento Específico nos termos deste edital, informando a opção <Lactante>, na etapa <Atendimentos> do Sistema de Inscrição *On-Line*.

5.4.1. Além de solicitar atendimento específico para tal fim, a candidata lactante deverá, durante o processo de inscrição *on-line*, no período de **13 de fevereiro de 2026 a 09 de março de 2026**, fazer *upload* da cópia da certidão de nascimento da criança e da cópia do documento de identificação do(a) acompanhante.

5.4.2. No(s) dia(s) de realização da(s) prova(s), a candidata descrita no **subitem 5.4.**, que tiver seu requerimento deferido, deverá levar um(a) acompanhante adulto(a), que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança.

5.4.3. A candidata que tiver necessidade de amamentar terá assegurada a compensação do tempo despendido na amamentação em igual período, tempo este que pode ser de até 30 (trinta) minutos, por criança, a cada intervalo de 2 (duas) horas.

5.4.4. A candidata que não levar acompanhante não realizará as provas, pois a UFU não disponibilizará acompanhante para guarda de criança.

5.4.5. A candidata que solicitar o atendimento específico a lactantes e tiver seu pedido deferido, mas não levar a criança com o(a) acompanhante no dia da aplicação da prova, não terá direito à ampliação do tempo de prova.

5.4.6. É vedado ao(à) acompanhante da candidata lactante o acesso às salas de provas.

5.4.7. O(A) acompanhante da candidata lactante deverá cumprir as obrigações constantes deste edital, sob pena de eliminação da candidata.

5.4.8. Qualquer contato, durante a realização das provas, entre a candidata lactante e o(a) acompanhante responsável deverá ser presenciado por um(a) aplicador(a).

5.4.9. Não será permitida a entrada do(a) lactente e de seu(sua) acompanhante responsável após o fechamento dos portões.

5.4.10. A candidata lactante não poderá ter acesso à sala de provas acompanhada do(a) lactente.

5.4.11. Não será permitida, em hipótese alguma, a permanência do(a) lactente no local de realização do exame sem a presença de um(a) acompanhante adulto(a) responsável.

5.4.12. Na ausência da **Certidão de Nascimento** da criança, do **Documento de Identidade** do(a) acompanhante, a candidata lactante não terá assegurado o atendimento requerido.

5.5. **Atendimento Específico - Nome Social.** De acordo com o Decreto nº 8.727, de 28 de abril 2016 e a Instrução Normativa Conjunta MGI/MDHC nº 54, de 29 de agosto de 2024, a pessoa candidata travesti, transexual ou transgêneros (pessoa que se identifica e quer ser reconhecida socialmente em consonância com sua identidade de gênero), que desejar atendimento pelo nome social na divulgação dos resultados, homologação e eventual nomeação, poderá solicitar a inclusão e uso do nome social, na etapa <Atendimentos> do Sistema de Inscrição *On-Line*, no período de **13 de fevereiro a 09 de março de 2026**.

5.5.1. As pessoas candidatas travestis, transexuais ou transgêneros que realizaram a alteração do nome civil no Registro Civil (certidão de nascimento) e demais documentos pessoais, deverão realizar a inscrição no processo seletivo conforme o novo nome civil registrado sob pena de indeferimento da inscrição.

5.5.2. No ato da inscrição *on-line*, a pessoa candidata deverá realizar o *upload* dos seguintes documentos:

a) **fotografia atual** nítida, individual, colorida, com fundo branco que enquadre desde a cabeça até os ombros, de rosto inteiro sem o uso de óculos escuros e artigos de chaparia, tais como: boné, chapéu, viseira, gorro ou similares;

b) cópia da frente e do verso de um dos documentos de identificação oficial válido, legível e com foto.

5.5.3. A pessoa candidata que solicitar atendimento específico para utilização do nome social deverá informar o nome social completo no campo próprio do sistema, sob pena de indeferimento da solicitação.

5.5.4. Na ausência da solicitação no ato da inscrição e envio da documentação exigida no **subitem 5.5.2.**, a pessoa travesti, transexual ou transgênero não terá assegurada a utilização do nome social.

5.5.5. Nas publicações no Diário Oficial da União, nas listas de publicações no site da UFU e em todas as etapas ou fases do concurso será utilizado o nome social.

5.6. As solicitações de que tratam os **subitens 5.3, 5.4 e 5.5**, ou qualquer outro tipo de solicitação de atendimento especializado e/ou específico, deverão ser indicadas no processo de inscrição *on-line*, nas respectivas etapas de inscrição e no relatório médico atualizado, quando aplicável.

5.7. Não caberá recurso contra o indeferimento do requerimento de Atendimento Especializado e(ou) Específico.

5.8. Em situações específicas de urgência, por motivo de caso fortuito ou força maior, que surgirem após o período indicado no **subitem 5.5.** e que alterarem a situação da pessoa candidata, será autorizada a solicitação de Atendimento Especializado e(ou) Específico fora do prazo e do sistema de Inscrição On-line.

5.9. Para cumprimento do disposto no **subitem 5.8.**, a pessoa interessada deverá encaminhar a documentação exigida nos **subitens 5.3.2., 5.4.1. e 5.5.2.**, conforme o caso, para o endereço

<atendimento@dirps.ufu.br> juntamente com o tipo de atendimento necessário e a justificava, até às 16h do penúltimo dia útil antes da realização da prova.

5.10. A UFU divulgará o resultado da solicitação de atendimento especializado e (ou) específico na Ficha de Inscrição.

5.11. Não serão considerados válidos documentos apresentados por correio eletrônico, pelos Correios ou entregues no dia de aplicação das provas, mesmo que estejam em conformidade com o estabelecido neste edital.

5.12. A UFU não se responsabiliza pelo não recebimento dos documentos, devido a quaisquer motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, procedimento indevido da pessoa candidata, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência de dados, sendo de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata acompanhar a situação de sua inscrição.

5.13. **Conferência e retificação de dados.** A pessoa candidata poderá, **durante o período de inscrição**, retificar sua opção de vaga, modalidade de concorrência e dados pessoais, no endereço <www.portalselecao.ufu.br>, por meio do Sistema de Inscrição *On-Line*, usando o número de seu CPF e senha pessoal.

5.13.1. Não é possível a retificação do número de CPF da pessoa candidata e, após o encerramento das inscrições, não serão aceitas quaisquer modificações em nenhum dos dados informados pela pessoa candidata.

5.14. **Questionário Socioeconômico-cultural.** Esse questionário deverá ser preenchido eletronicamente e as informações fornecidas comporão o banco de dados da pessoa candidata. A pessoa candidata se responsabiliza pelos dados informados e estará sujeita às penalidades da lei e a eventuais perdas de oportunidade em decorrência de dados inexatos e inverídicos.

5.15. **Deferimento das inscrições.**

5.15.1. O **deferimento das inscrições** estará disponível no endereço <www.portalselecao.ufu.br>, **no dia 16 de março de 2026**.

5.16. **Isenção.**

5.16.1. A pessoa candidata oriunda de **família de baixa renda** ou que já **tenha doado medula óssea** em entidades reconhecidas pelo Ministério da Saúde, poderá solicitar isenção do pagamento de taxa de inscrição.

5.16.2. A isenção deverá ser solicitada em etapa específica do Sistema de Inscrição *On-Line*, acessado pelo endereço <www.portalselecao.ufu.br>, no período de **13 a 24 de fevereiro de 2026**.

a) Para pessoa candidata oriunda de **família de baixa renda**, mediante solicitação, com a indicação no Sistema de Inscrição *On-Line* do **Número de Identificação Social - NIS** associado à pessoa candidata, atribuído pelo CadÚnico;

b) Para a pessoa candidata **doadora de medula óssea**, mediante solicitação no Sistema de Inscrição *On-Line* e *upload* do atestado ou laudo emitido por médico(a) de entidade reconhecida pelo Ministério da Saúde, juntamente com a data da efetiva doação, nos termos da Lei nº 13.656, de 30 de abril de 2018.

5.16.3. Não caberá recurso contra o indeferimento do requerimento de isenção da taxa de inscrição.

5.16.4. Caberá à pessoa candidata realizar consulta no endereço <www.portalselecao.ufu.br>, por meio dos <Detalhes da sua Inscrição>, após acesso com seu CPF e senha pessoal, para verificar o resultado de seu pedido de isenção da taxa de inscrição, a partir do dia **03 de março de 2026**.

5.16.5. A pessoa candidata que tiver seu pedido de isenção indeferido deverá efetuar o pagamento da taxa devida no prazo estipulado no **subitem 5.2** deste edital.

5.16.6. A pessoa candidata que tiver o seu pedido de isenção indeferido e que não efetuar o pagamento da taxa de inscrição, na forma e no prazo estabelecido no **subitem 5.2**, terá sua inscrição indeferida nesse concurso.

5.16.7. O comprovante de pagamento deverá ser mantido com a pessoa candidata, pois poderá lhe ser solicitado pela Diretoria de Processos Seletivos – DIRPS.

5.16.8. Não serão aceitas solicitações de isenção da taxa de inscrição realizadas fora do Sistema de Inscrição *On-Line* e fora do período de solicitação.

5.17. A pessoa candidata poderá verificar a confirmação do pagamento da taxa de inscrição no Sistema de Inscrição *On-Line*, acessando os <Detalhes de sua Inscrição>, disponível no endereço <www.portalselecao.ufu.br>, em até 3 (três) dias úteis a partir da data em que o boleto foi pago. Só será efetivada a inscrição cujo pagamento for confirmado pela UFU.

5.17.1. Caso o pagamento da pessoa candidata não tenha sido confirmado, ela deverá entrar em contato com a DIRPS até 13 de março de 2026, por meio da opção <Atendimento - Solicitar Atendimento> na página inicial do endereço <www.portalselecao.ufu.br>.

5.18. Ficha de Inscrição.

5.18.1. A Ficha de Inscrição, que será a convocação para realização do concurso, estará disponível no endereço <www.portalselecao.ufu.br>, a partir do dia 23 de março de 2026. Além de informações sobre a sua identificação, nela também constarão data, horário e local onde a pessoa candidata realizará sua prova (endereço, campus, bloco e setor) e informações sobre solicitação de atendimento especializado e (ou) específico, quando aplicável.

6. DAS FASES DO CONCURSO

6.1. O Concurso Público será realizado em uma duas fases, sendo:

6.1.1. Prova Objetiva, contendo as provas de Conhecimentos Gerais e Conhecimentos Específicos, que constarão de questões objetivas de múltipla escolha, de caráter eliminatório e classificatório e versarão sobre os conteúdos programáticos constantes do Anexo II deste Edital. Será eliminada do concurso público a pessoa candidata que obtiver quantidade de acertos inferior a 12 (doze) nas questões de Conhecimentos Específicos da Prova Objetiva.

6.2. Cada questão de múltipla escolha constará de 4 alternativas com apenas uma alternativa a ser assinalada como resposta, respeitando-se o enunciado.

6.3. As disciplinas, a quantidade de questões e os pesos atribuídos a cada disciplina estão apresentados na **Tabela 2**.

Tabela 2: Distribuição das disciplinas, número de questões e pontuações.

Disciplinas	Número de Questões	Número mínimo de acertos	Peso
Língua Portuguesa	10	-	1
Noções de Informática	5	-	1
Legislação	5	-	1
Conhecimentos Específicos	20	12	2
Total	40		

6.4. A pessoa candidata que não comparecer ao(s) local(is) e nos horários indicados na **convocação** para realização da prova objetiva do Concurso Público, será eliminada.

6.5. É de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata obter todas as informações referentes à sua convocação.

6.6. **Segunda fase:** Prova Prática.

6.7. Para a segunda fase serão classificadas até duas vezes o número máximo de pessoas candidatas no cargo de **Médico Veterinário/Animais de Laboratório**, segundo o quantitativo apresentado no **Anexo I** deste edital.

6.8. O quantitativo de pessoas candidatas classificadas para a segunda fase por modalidade de concorrência (Ampla Concorrência, Pessoas Candidatas Pretas, Pardas, Indígenas, Quilombolas e Pessoas com Deficiência) **observará os critérios alternância de proporcionalidade**.

7. APLICAÇÃO DAS PROVAS

7.1. A prova objetiva será aplicada, pela Diretoria de Processos Seletivos (DIRPS) da UFU, no dia **29 de março de 2026**, em Uberlândia, com início previsto para as **10 horas**, com duração de **03 horas**.

7.2. No dia da prova, a pessoa candidata deverá comparecer ao local de realização informado na Ficha de Inscrição com, pelo menos, 45 (quarenta e cinco) minutos de antecedência do horário de início da realização da prova.

7.3. Os portões de acesso ao bloco (prédio), onde serão realizadas as provas, serão abertos às **09 horas** e fechados, pontualmente, às **09 horas e 45 minutos**.

7.4. Em nenhuma hipótese será permitida a entrada de candidatos e acompanhantes das candidatas lactantes após às **09 horas e 45 minutos**.

7.5. A pessoa candidata deverá trazer os seguintes itens para realizar a prova:

- a) Via original de documento oficial de identidade com foto (serão aceitos Documentos digitais com foto (e-Título, CNH digital e RG digital) apresentados nos respectivos aplicativos oficiais ou no aplicativo Gov.br);
- b) Ficha de Inscrição; e
- c) Caneta esferográfica (tinta azul ou preta, com corpo transparente). Somente poderá ser utilizada caneta com estas características.

7.5.1. A pessoa candidata poderá trazer:

- a) Recipiente de álcool em gel de uso individual, desde que o frasco seja transparente; e
- b) Garrafa de água transparente e lanche de rápido consumo sem rótulos, desde que em embalagem transparente e que seja submetido à verificação por parte do(a) fiscal para inspecionar se a embalagem não possui anotações ou outro material não permitido.

7.6. Serão considerados Documentos de Identidade: Cédulas de Identidade expedidas por Secretarias de Segurança Pública, Forças Armadas, Polícia Civil, Polícia Militar e Polícia Federal; Identidade expedida pelo Ministério da Justiça para estrangeiros, inclusive aqueles reconhecidos como refugiados, em consonância com a Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997; Protocolo Provisório de Solicitação de Refúgio emitido pelo Departamento de Polícia Federal, por força dos artigos 21 e 22 da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997; Carteira de Registro Nacional Migratório de que trata a Lei nº 13.445 de 24 de maio de 2017; Documento Provisório de Registro Nacional Migratório de que trata o Decreto nº 9.277 de 5 de fevereiro de 2019; Identificação fornecida por ordens ou conselhos de classes que, por lei, tenha validade como documento de identidade; Carteira de Trabalho e Previdência Social, emitida após 27 de janeiro de 1997; Certificado de Dispensa de Incorporação; Certificado de Reservista com fotografia; Passaporte; Carteira Nacional de Habilitação com fotografia, na forma da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; ou Identidade funcional em consonância com o Decreto nº 5.703, de 15 de fevereiro de 2006, recusando-se fé apenas àqueles documentos cujo estado de conservação, distância temporal ou dúvida sobre autenticidade impossibilite a completa identificação dos caracteres essenciais. A Carteira de Estrangeiro ou Passaporte Visado são documentos válidos para pessoa candidata estrangeira.

7.6.1. Não serão aceitos documentos de identificação que não estejam listados no **subitem 7.6**, como: protocolos; Certidão de Nascimento; Certidão de Casamento; Título Eleitoral; Carteira Nacional de Habilitação em modelo anterior à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; Carteira de Estudante;

Registro Administrativo de Nascimento Indígena (Rani); crachás e identidade funcional de natureza privada; ou ainda **cópias de documentos válidos, mesmo que autenticadas**.

7.6.2. O documento deverá estar dentro do prazo de validade, quando for o caso, e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e de sua assinatura. Não serão aceitos documentos, ilegíveis ou danificados, nem aqueles em que conste "Não alfabetizado" ou "Infantil".

7.6.3. Documentos digitais com foto (e-Título, CNH digital, RG digital e CIN digital) deverão ser apresentados **exclusivamente** nos respectivos aplicativos oficiais ou no aplicativo Gov.br.

7.6.4. Não serão aceitas cópias on-line, foto do documento impresso ou on-line, print de tela ou arquivo no formato PDF que o aplicativo possa vir a gerar.

7.6.5. Nos casos em que for apresentado documento digital para fins de identificação, a UFU não se responsabilizará por eventuais falhas ou inoperância dos aplicativos oficiais, ausência de sinal de Internet ou qualquer situação que impossibilite a apresentação do documento em formato digital.

7.6.6. A pessoa candidata impossibilitada de apresentar a via original de documento oficial de identificação com foto nos dias de aplicação por motivo de extravio, perda, furto ou roubo poderá realizar as provas, desde que:

- a) apresente boletim de ocorrência, expedido por órgão policial a, no máximo, 90 dias da data de aplicação da prova; e
- b) se submeta a identificação especial, que compreende a coleta de informações pessoais, da assinatura em formulário próprio e permita ser fotografada.

7.6.7. A pessoa candidata não poderá permanecer no local de aplicação das provas, assim entendido como as dependências físicas onde será realizada a prova, sem documento de identificação válido, conforme **subitem 7.6.** do edital.

7.7. Será proibida à pessoa candidata portar, durante a realização da prova objetiva, sob pena de ser retirada do local e ter a sua prova anulada, os itens relacionados abaixo:

- a) telefones celulares, relógios, bipes, *pgers*, *smartwatches*, agendas eletrônicas ou similares, *smartphones*, *tablets*, *ipod*®, gravadores, *pendrives*, aparelhos de mp3 ou similares, fone de ouvido, *headphone* ou similares, chave codificada, aparelhos eletrônicos ou similares;
- b) calculadora, lápis, borracha, régua, compasso, escalímetro, estiletes, corretores líquidos, impressos (de quaisquer tipos), anotações ou similares;
- c) óculos escuros, bolsas, bonés, chapéus, *bottoms*, broches, pulseiras, brincos;
- d) cabelos longos soltos; e
- e) armas de qualquer espécie.

7.7.1. Ao se inscrever para o concurso de que trata o presente edital a pessoa candidata autoriza a UFU, caso entenda necessário, a proceder à revista pessoal. A pessoa candidata terá, automaticamente, sua prova anulada e será retirado do local de realização, caso esteja portando, durante a realização da prova, **mesmo que desligado**, qualquer aparelho eletrônico ou de telecomunicações.

7.7.2. A UFU não se responsabilizará pelo paradeiro de material de utilização proibida no local de realização das provas, que seja trazido pela pessoa candidata.

7.7.3. A pessoa candidata que deixar aparelhos eletrônicos emitirem qualquer tipo de som durante a prova será eliminada.

7.8. Somente será permitido o uso de aparelho auditivo àquela pessoa candidata que tiver declarado necessidade auditiva no ato da inscrição e enviado comprovação médica.

7.9. As folhas do caderno de questões não poderão ser destacadas. Além da Folha de Respostas e do caderno de questões, nenhum outro papel poderá ser utilizado.

7.9.1. A pessoa candidata deverá verificar se os dados contidos na Folha de Respostas (nome, número de inscrição, número de documento de identidade e opção de cargo) correspondem aos de sua inscrição.

7.10. Salvo nos casos de Atendimento Especializado e (ou) Específico, em nenhuma outra hipótese haverá aplicação da prova em horários diferentes dos estabelecidos nesse edital.

7.11. Antes de entrar na sala de realização de prova (setor), a pessoa candidata deverá:

- a) guardar todos os pertences, incluindo aparelhos celulares, dispositivos eletrônicos transmissores de ondas ou outros objetos não permitidos, dentro do envelope plástico de segurança fornecido pelos fiscais; e
- b) apresentar documento oficial de identificação.

7.12. Uma vez na sala ou no local de realização das provas, a pessoa candidata deverá:

- a) conferir, **antes do início da prova**, se não está portando aparelhos celulares ou qualquer dispositivo eletrônico ou outros objetos proibidos;
- b) ouvir atentamente as instruções dos fiscais;
- c) aguardar o recebimento do Caderno de Questões da prova;
- d) ler com atenção as instruções contidas na capa do Caderno de Questões e assinar;
- e) verificar, **quando autorizado pelo(a) fiscal**, se há falhas de impressão em seu caderno de questões e em sua Folha de Respostas. Caso haja, solicitar ao(à) fiscal a troca; e
- f) **aguardar a autorização do início da prova pelo fiscal para abrir e(ou) escrever no Caderno de Questões ou na Folha de Respostas.**

7.13. A pessoa candidata não poderá abrir e(ou) fazer qualquer anotação no Caderno de Questões ou na Folha de Respostas, até que seja autorizado o início da prova pelo(a) fiscal, sob pena de eliminação do concurso público.

7.14. A pessoa candidata deverá permanecer no local onde estiver realizando a prova até o final, do assim denominado, Período de Sigilo. O Período de Sigilo será informado no local de prova. É de responsabilidade da pessoa candidata a entrega da Folha de Respostas ao(à) fiscal de sala, não sendo permitido que a mesma não seja entregue pela pessoa candidata, sob pena de anulação da prova.

7.14.1. O Período de Sigilo deverá ser respeitado, inclusive, pela pessoa candidata eliminada, que deverá aguardar dentro do local reservado à Coordenação do processo.

7.15. Expirado o prazo para realização das provas, os(as) fiscais solicitarão às pessoa candidata a interrupção definitiva da execução das provas e a entrega da Folha de Respostas. A pessoa candidata que se recusar a atender à solicitação terá sua prova automaticamente anulada.

7.15.1. Antes de expirado o prazo para realização das provas, pelo menos 3 (três) pessoa candidata deverão permanecer na sala de provas até que todas entreguem suas Folhas de Respostas.

7.16. De acordo com a legislação vigente (Art. 2º da Lei 9.294, de 15/07/1996 e Art. 3º do Decreto 2.018, de 01/10/1996), não será permitido que as pessoa candidata fumem durante a realização das provas.

7.17. A pessoa candidata que provocar qualquer tumulto, prejudicando o regular andamento da prova, ou se recusar a atender ao que lhe for solicitado pelos fiscais, conforme norma da UFU, será retirado do local de prova e terá, automaticamente, sua prova anulada.

7.18. Durante a realização das provas, não poderão ser prestados esclarecimentos sobre as questões.

7.19. É expressamente proibida qualquer comunicação entre as pessoa candidatas durante a prova, sob pena de anulação da mesma.

7.20. Somente serão permitidos lanches de rápido consumo armazenados em recipientes com material transparente e sem rótulo. O recipiente de água também deverá ser transparente e sem rótulo.

7.21. A prova prática do cargo de **Médico Veterinário/Animais de Laboratório**, será aplicada pela Unidade interessada ou pela Diretoria de Processos Seletivos (DIRPS) da UFU, conforme relação das pessoas candidatas classificadas para a segunda fase, e demais informações, caso sejam necessárias, que serão dispostos no site <www.portalselecao.ufu.br>.

7.22. No dia da prova prática, a pessoa candidata deverá comparecer ao local de realização informado no endereço <www.portalselecao.ufu.br> portando documento oficial de identidade com foto.

8. FORMA DAS PROVAS

8.1. **PROVA OBJETIVA.** As questões da Prova Objetiva estarão agrupadas em um caderno, em cujas páginas poderá haver a indicação do tipo de prova (Tipo 1, Tipo 2, Tipo 3 ou Tipo 4) e que a pessoa candidata deverá marcar na Folha de Respostas, que lhe será entregue no dia da prova.

8.2. Folha de Respostas.

8.2.1. Haverá uma Folha de Respostas única para todas as disciplinas.

8.2.2. A Folha de Respostas estará com numeração das questões: de **01 a 40** (de um a quarenta).

8.2.3. A pessoa candidata deverá conferir seu nome e número de inscrição. Se esses dados estiverem corretos, deverá escrever a frase determinada em local próprio. A pessoa candidata também deve marcar a célula correspondente ao tipo de sua prova.

8.2.4. **Se a pessoa candidata deixar de assinalar ou assinalar incorretamente o tipo de prova, esta será corrigida com o gabarito do tipo de prova que lhe conferir a menor pontuação.**

8.2.5. A pessoa candidata deverá ser cuidadosa ao marcar as respostas das questões objetivas, pois não haverá substituição da Folha de Respostas.

8.2.6. A pessoa candidata deverá preencher completa e adequadamente a célula correspondente à sua resposta, utilizando a caneta esferográfica (tinta azul ou preta).

8.2.7. A pessoa candidata terá sua resposta da questão objetiva anulada se:

- a) houver qualquer tipo de marcação de duas ou mais opções;
- b) a marcação for apenas um traço, uma cruz ou a letra “x”;
- c) a célula correspondente à sua resposta não estiver completamente marcada;
- d) forem ultrapassados os limites da área que deve ser preenchida;
- e) houver rasuras na folha, que prejudiquem a leitura opto-eletromecânica (se a rasura tiver sido feita por material proibido e houver registro em ata, pelo(a) fiscal de sala, a pessoa candidata será eliminada)).

8.2.8. A pessoa candidata não deverá destacar nenhuma parte da Folha de Respostas e nem escrever nos espaços reservados à UFU, sob pena de anulação da prova.

8.2.9. Será eliminada do processo seletivo nesta fase, a pessoa candidata que:

- a) não comparecer no local de prova no horário previsto;
- b) retirar-se do recinto da prova, durante sua realização, sem a devida autorização;
- c) utilizar durante as provas os itens listados no 7.7 deste edital;
- d) não apresentar documento de identificação ou apresentar documentação diversa da exigida em edital;
- e) não obtiver o mínimo de aproveitamento exigido na prova objetiva;
- f) faltar com a devida cortesia para com qualquer dos(as) examinadores(as), seus(suas) auxiliares, autoridades presentes e(ou) pessoas candidatas;
- g) for surpreendido dando e(ou) recebendo auxílio para a execução da prova ou tentar usar de meios fraudulentos e(ou) ilegais para a realização da prova; e

h) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

8.2.10. **PROVA PRÁTICA.** A UFU divulgará no endereço <www.portalselecao.ufu.br>, no dia **27 de abril de 2026** a relação das pessoas candidatas classificadas para a segunda fase, prova prática.

8.2.11. A prova prática para o cargo de **Médico Veterinário/Animais de Laboratório** será aplicada no dia **10 de maio de 2026**.

8.2.12. Só farão a prova prática aquelas pessoas candidatas não eliminadas e classificadas na primeira fase de acordo com a quantidade previamente estabelecida no **subitem 6.7** deste edital.

8.2.13. Os critérios de avaliação da prova prática para o cargo de **Médico Veterinário/Animais de Laboratório** estão disponíveis no Anexo III deste Edital.

8.2.14. Informações complementares sobre a prova prática serão publicadas no dia **28 de abril de 2026**, no endereço <www.portalselecao.ufu.br>.

8.2.15. Será divulgada, no endereço <www.portalselecao.ufu.br>, a relação dos componentes das bancas examinadoras da prova prática no dia **28 de abril de 2026** até às **11h**, conforme portaria R. 1.870, de 29 de novembro de 2012.

8.2.16. Poderão ser interpostos recursos contra a composição das bancas examinadoras das provas práticas de **28 de abril de 2026** a partir das **11h** até **30 de abril de 2026** até às **11h**. A pessoa candidata deverá acessar o endereço <www.portalselecao.ufu.br> e seguir as instruções ali contidas.

8.2.17. As respostas aos recursos contra a composição da banca examinadora das provas práticas estarão disponíveis no endereço <www.portalselecao.ufu.br> até o dia **05 de maio de 2026**.

8.2.18. **A prova prática tem caráter eliminatório**, totalizando 100 (cem) pontos. Serão considerados(as) reprovadas as pessoas candidatas que obtiverem nota menor que o percentual mínimo de 60% (sessenta por cento).

8.2.19. Em hipótese alguma haverá segunda chamada para realização da prova prática, sendo atribuída nota 0 (zero) à(as) pessoa(as) candidata(as) ausente(s) ou retardatária(as), seja qual for o motivo alegado.

8.2.20. Não haverá tratamento diferenciado a nenhuma pessoa candidata, sejam quais forem as circunstâncias alegadas, tais como alterações orgânicas ou fisiológicas permanentes ou temporárias, deficiências, estados menstruais, indisposições, cãibras, contusões, gravidez ou outras situações que impossibilitem, diminuam ou limitem a capacidade física e(ou) orgânica da pessoa candidata, sendo que a pessoa candidata deverá realizar os referidos testes de acordo com o escalonamento previamente efetuado, o qual será realizado de forma aleatória.

8.2.21. Será eliminada do concurso público nesta fase, a pessoa candidata que:

a) não comparecer no local de prova no horário previsto;

b) retirar-se do recinto da prova, durante sua realização, sem a devida autorização;

c) acessar durante a prova prática telefones celulares, tablets, smartwatches, aparelhos eletrônicos ou similares, impressos, anotações ou similares, salvo aqueles permitidos em edital;

d) não apresentar documento de identificação ou documentação diversa exigida em edital;

e) não obtiver o mínimo de aproveitamento exigido na prova prática;

f) faltar com a devida cortesia para com qualquer dos(as) examinadores(as), seus(suas) auxiliares, autoridades presentes e(ou) pessoa(as) candidata(as);

g) for surpreendido dando e(ou) recebendo auxílio para a execução dos testes ou tentar usar de meios fraudulentos e(ou) ilegais para a realização da prova; e

h) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;

8.2.22. A prova prática deverá ser gravada em áudio e vídeo, para fins de registro, avaliação e recurso, sem cortes ou interrupções de gravação. O conteúdo das gravações não poderá ser consultado

por terceiros estranhos ao concurso, salvo autorização expressa da pessoa candidata detentora do direito de imagem, de acordo com o que dispõe a Lei nº 12.527/2011.

8.2.23. A divulgação do resultado da prova prática, juntamente com seu espelho de correção, ocorrerá **após às 16h do dia 19 de maio de 2026**, no endereço <www.portalselecao.ufu.br>.

8.2.24. Caberá recurso contra o resultado da prova prática, **das 16h do dia 19 de maio de 2026 até as 16h do dia 21 de maio de 2026**. A pessoa candidata deverá acessar o endereço <www.portalselecao.ufu.br> e seguir as instruções ali contidas.

8.2.25. As respostas aos recursos contra o resultado da prova prática estarão disponíveis no endereço <www.portalselecao.ufu.br> até o **dia 28 de maio de 2026**.

9. DETERMINAÇÃO DA NOTA E CLASSIFICAÇÃO FINAL

9.1. A Nota Final da pessoa candidata no Concurso Público será determinada padronizando-se os seus Escores Brutos (EBs) obtidos na prova objetiva, com exceção do cargo com prova prática.

9.2. Padronização é a operação utilizada para cálculo dos denominados Escores Padronizados (EPs), que são a referência para a comparação dos Escores Brutos de uma pessoa candidata com os Escores Brutos das demais candidatas ao mesmo cargo. A padronização dos resultados permite uma avaliação comparativa entre as pessoas candidatas, considerando o seu desempenho nas diferentes disciplinas avaliadas. A equação estatística que permite calcular o Escor Padronizado (EP) é apresentada abaixo. O Desvio Padrão (S) é uma medida de grandeza da dispersão dos Escores Brutos (EB) em torno da Média (X): escores concentrados em torno da Média possuem pequeno Desvio Padrão; escores afastados da Média, grande Desvio Padrão.

(EQUAÇÃO 1)

$$EP = 500 + 100 (EB - X)/S$$

Em que:

EP: Escore Padronizado da pessoa candidata a um cargo em uma determinada disciplina;

EB: Escore Bruto da pessoa candidata nessa disciplina;

X: Média dos EBs de todas as pessoas candidatas para o mesmo cargo não reprovados nessa disciplina (subitem 6.1.1);

S: Desvio Padrão dos EBs de todas as pessoas candidatas para o mesmo cargo não reprovadas nessa disciplina (subitem 6.1.1).

A equação acima permite verificar de quantos pontos padronizados a pessoa candidata difere da média.

Para determinação do Escore Padronizado da Prova Objetiva (EPPO), calcula-se, para cada pessoa candidata não reprovada, a média ponderada dos escores padronizados das disciplinas da prova objetiva, ou seja, o somatório dos escores padronizados por disciplina, multiplicado pelo peso da disciplina, dividido pelo somatório dos pesos de cada disciplina, conforme **Tabela 2**.

A equação 2 apresenta a fórmula de cálculo:

(EQUAÇÃO 2)

$$EPPO = \sum_k P_k \times EP_k / \sum_k P_k$$

Em que:

EPPO: Escore Padronizado da Prova Objetiva;

EP_k: Escore padronizado para cada uma das disciplinas da prova objetiva;

P_k: Peso atribuído à disciplina K, conforme **Tabela 2**;

K: Índice de cada uma das disciplinas da prova objetiva.

Para determinação do Escore Padronizado da Prova Prática (EPPP), calcula-se, para cada pessoa candidata não reprovada, um valor com base na equação 3:

(EQUAÇÃO 3)

$$\text{EPPP} = \frac{500 + 100(\text{EBP} - \bar{X}_p)}{\text{SP}}$$

Em que:

EPPP: Escore Padronizado da Prova Prática;

EBp: Escore Bruto da pessoa candidata na Prova Prática;

Xp: Média dos EBPs de todas as pessoas candidatas para o mesmo cargo não reprovadas na Prova Prática (subitem 8.2.18);

Sp: Desvio Padrão dos EBs de todas as pessoas candidatas para o mesmo cargo não reprovadas na Prova Prática (subitem 8.2.18).

9.3. Para os cargos sem prova prática, o **Escore Final Total (EFT)** é igual ao **Escore Padronizado da Prova Objetiva (EPPO)**, de acordo com a Equação 4.

(EQUAÇÃO 4)

$$\text{EFT} = \text{EPPO}$$

9.4. Para os cargos com prova prática, aplica-se aos escores finais de cada etapa a ponderação de 40% (quarenta por cento) para a primeira etapa (prova objetiva) e 60% (sessenta por cento) para a segunda etapa (prova prática), de acordo com a equação 5.

(EQUAÇÃO 5)

$$\text{EFT} = 0,40 \times \text{EPPO} + 0,60 \times \text{EPPP}$$

10. DA APROVAÇÃO NO CONCURSO E DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

10.1. A classificação final das pessoas candidatas dar-se-á em ordem decrescente de EFT.

10.2. Havendo empate no concurso, terá preferência, sucessivamente, a pessoa candidata que:

a) tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos até o último dia da inscrição, conforme parágrafo único do art. 27 da Lei 10.741/2003 (Estatuto do Idoso).

b) obtiver maior pontuação nas questões objetivas de Conhecimentos Específicos.

c) obtiver maior pontuação nas questões de Língua Portuguesa.

d) tiver maior idade.

10.3. As pessoas candidatas não classificadas no número máximo de aprovadas de que trata o **Anexo I** deste edital, ainda que tenham atingido nota mínima, estarão automaticamente reprovadas no concurso público.

10.4. Nenhuma das pessoas candidatas empatadas na última classificação será considerada reprovada.

11. DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS E RECURSOS

11.1. Os gabaritos oficiais preliminares das questões objetivas serão divulgados no endereço <www.portalselecao.ufu.br> no dia **30 de março de 2026**, até às **11 horas**.

11.2. Para contestar esses gabaritos, a pessoa candidata deverá acessar o endereço <www.portalselecao.ufu.br> e seguir as instruções ali contidas, das **11 horas do dia 30 de março de 2026** até **as 11 horas do dia 01 de abril de 2026**.

11.3. Julgando procedente o eventual recurso, a DIRPS poderá anular a questão. Neste caso, os pontos da questão serão considerados a favor de todas as pessoas candidatas.

11.4. Em caso de alteração do gabarito, os pontos da questão serão considerados apenas a favor das pessoas candidatas cujas respostas coincidirem com as do gabarito alterado.

11.5. A pessoa candidata somente poderá interpor recurso contra o **gabarito oficial preliminar** de posse dos seus números de inscrição, CPF e endereço de e-mail válido.

11.6. A pessoa candidata não poderá contestar a mesma questão mais de uma vez. Caso o faça, a contestação será indeferida.

11.7. Contestações iguais serão respondidas apenas uma vez.

11.8. As questões objetivas serão corrigidas por processo OMR (*Optical Mark Recognition*), que é um processo de leitura de dados de formulários do tipo “preenchimento de bolhas”, a partir do gabarito oficial definitivo.

11.9. A UFU disponibilizará em seu endereço <www.portalselecao.ufu.br> as contestações recebidas ao gabarito oficial preliminar da Prova Objetiva e as respectivas respostas, no dia **10 de abril de 2026**.

11.10. Os gabaritos oficiais definitivos a serem utilizados na correção das questões objetivas serão divulgados no endereço <www.portalselecao.ufu.br> no dia **10 de abril de 2026**.

11.11. Em nenhuma hipótese, serão aceitos pedidos de revisão de contestação ou recurso de **gabarito oficial definitivo**.

11.12. As imagens digitais (cópias) da Folha de Resposta da Prova Objetiva e as notas de cada pessoa candidata estarão disponibilizadas no endereço <www.portalselecao.ufu.br>, sem necessidade de solicitação prévia, **até às 11 horas do dia 14 de abril de 2026**.

11.13. Para interpor recursos contra a nota da Prova Objetiva, a pessoa candidata deverá acessar o endereço <www.portalselecao.ufu.br> e seguir as instruções ali contidas a partir das **11 horas do dia 14 de abril de 2026** até **as 11 horas do dia 16 de abril de 2026**.

11.14. As respostas aos recursos contra o resultado na Prova Objetiva serão disponibilizadas no endereço <www.portalselecao.ufu.br> no dia **23 de abril de 2026**.

11.15. A pessoa candidata, em seus recursos ou contestações, deverá ser clara, consistente e objetiva em seu pleito. Contestação inconsistente ou intempestiva será indeferida.

11.16. Não serão aceitos recursos ou contestações que desrespeitem as respectivas instruções, disponibilizadas no endereço <www.portalselecao.ufu.br>, ou cujo teor desrespeite a banca.

11.17. A lista de classificação provisória de pessoas candidatas classificadas para o cargo de Médico Veterinário/Animais de Laboratório será divulgada no dia **02 de junho de 2026**, no endereço <www.portalselecao.ufu.br>

11.18. O resultado provisório do concurso público será publicado em lista única por cargo, contendo a relação de todas as pessoas candidatas aprovadas e classificadas, seguindo os critérios de alternância e proporcionalidade.

11.19. O resultado final do concurso público será publicado em lista única por cargo, contendo a relação de todas as pessoas candidatas aprovadas e classificadas, seguindo os critérios de alternância e proporcionalidade.

12. REQUISITOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO

- 12.1. Ser brasileiro(a) nato(a) ou naturalizado(a) ou ainda, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado(a) pelo § 1º do art. 12, da Constituição Federal.
- 12.2. Estar em gozo dos direitos políticos.
- 12.3. Estar em dia com as obrigações militares e eleitorais.
- 12.4. Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo, e demais exigências para o exercício do cargo, conforme consta do **Anexo II** deste edital.
- 12.5. Ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos.
- 12.6. Possuir aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo.
- 12.7. Não ter sofrido, no exercício da Função Pública, penalidade incompatível com a investidura em Cargo Público Federal, prevista no art. 137, parágrafo único da Lei nº 8.112/90.
- 12.7.1. Nos termos da Orientação Normativa nº 86, de 5 de julho de 2024 da Advocacia-Geral da União, qualquer caso de demissão do serviço público, em decorrência de processo administrativo disciplinar, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público federal pelo prazo de 8 (oito) anos, nos termos do art. 1º, inciso I, alínea “o”, da Lei Complementar nº 64, de 1990, cumulado com o art. 5º, inciso II, da Lei nº 8.112, de 1990.
- 12.8. Não acumular cargos, empregos e funções públicas, exceto aqueles permitidos em lei, desde que assegurada a hipótese de opção dentro do prazo para a posse, determinado no § 1º do art. 13, da Lei nº 8.112/90.

13. PROVIMENTO DAS VAGAS E APROVEITAMENTO DAS PESSOAS CANDIDATAS APROVADAS

- 13.1. O provimento das vagas ocorrerá no nível inicial do cargo, com a remuneração correspondente e definida conforme legislação vigente.
- 13.2. As pessoas candidatas serão nomeadas obedecendo rigorosamente à ordem de nomeação, conforme **subitem 11.19**.
- 13.2.1. Na hipótese de não haver pessoas candidatas aprovadas em número suficiente para que sejam ocupadas as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para ampla concorrência e serão preenchidas pelas demais pessoas candidatas aprovadas, observada a ordem de classificação no concurso.
- 13.3. A classificação da pessoa candidata não assegurará o direito ao seu ingresso automático no cargo para o qual se habilitou, mas apenas a expectativa de ser nele investida.
- 13.4. A posse da pessoa candidata no cargo fica condicionada à apresentação de todos os documentos comprobatórios dos requisitos relacionados no **item 12**.
- 13.5. A pessoa candidata, que for convocada para assumir o cargo, somente será **empossada** se for considerada apta física e mentalmente para o cargo pretendido, por meio de avaliação clínica médico-ocupacional e laboratorial, realizada pela Divisão de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, sendo a rotina básica complementada por exames clínicos e (ou) laboratoriais especializados, sempre que se fizerem necessários.
- 13.6. A nomeação das pessoas candidatas será divulgada no Diário Oficial da União e por meio de **correspondência eletrônica (e-mail)**, convocando as candidatas nomeadas para a posse, de acordo com os dados informados no ato da inscrição. A Universidade não se responsabiliza pelo não recebimento do **e-mail** de Nomeação ou o não comparecimento por parte da pessoa candidata no prazo determinado.
- 13.7. A pessoa candidata nomeada poderá renunciar à sua posição no certame e solicitar a sua reclassificação para a última posição da lista de classificadas, mediante apresentação de Requerimento próprio, conforme instruções enviadas no momento da nomeação.

13.7.1. A solicitação de reclassificação poderá ser realizada somente **uma única vez**, sendo a pessoa candidata responsável por declarar-se **ciente de que, ao renunciar à sua classificação original, será automaticamente reposicionada como última colocada em todas as modalidades de nomeação**. A pessoa candidata deverá ainda declarar-se ciente de que a nomeação **poderá não se efetivar durante o período de vigência do presente edital** e que, se ocorrer, poderá ser realizada **em qualquer um dos campi da Universidade Federal de Uberlândia**.

13.8. O não pronunciamento da pessoa candidata aprovada no prazo estabelecido para esse fim, facultará à Universidade Federal de Uberlândia a convocação das candidatas seguintes, perdendo a candidata o direito de investidura no cargo para o qual se habilitou.

13.9. Durante o prazo de validade do concurso, a pessoa candidata classificada poderá ser aproveitada por outra Instituição Federal de Ensino, de acordo com o interesse da UFU, observando a ordem de nomeação e a concordância da candidata.

13.10. O prazo de validade do concurso será de 2 (dois) anos, a contar da data de publicação da homologação do resultado no Diário Oficial da União, podendo, no interesse da Administração, ser prorrogado por igual período.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Não serão aceitos como comprovantes quaisquer documentos obtidos da Internet cujos dados estejam diferentes dos constantes nos arquivos da UFU.

14.2. A inscrição da pessoa candidata implicará a aceitação das normas para o concurso público contidas no edital.

14.3. As pessoas candidatas inscritas neste certame, automaticamente, autorizam o uso e tratamento de seus dados pessoais para finalidade específica do Concurso, nomeação e dados funcionais, em conformidade com a Lei n.º 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

14.4. Este edital e demais informações referentes a este concurso serão divulgadas no endereço <www.portalselecao.ufu.br>, sendo de inteira responsabilidade da pessoa candidata acompanhar a publicação de todos os atos, editais complementares, retificações e comunicados referentes a este concurso público no Diário Oficial da União e no site.

14.5. Não serão fornecidas por telefone informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas.

14.6. Eventuais comunicações, que não tenham data de publicação prevista nesse edital e que não forem divulgadas no site, poderão ser feitas às pessoas candidatas por meio de mensagem eletrônica, **expedidas para o endereço que constar no cadastro da pessoa candidata**.

14.7. A Universidade Federal de Uberlândia não se responsabiliza por informação não recebida pela pessoa candidata, em decorrência de erros no preenchimento do Sistema de Inscrição On-Line, por inconsistências de dados fornecidos pela pessoa candidata no ato da inscrição, bem como pelo não recebimento de e-mails, enviados pela instituição durante o concurso público.

14.8. Será excluída do concurso a pessoa candidata que:

- a) fizer, a qualquer momento, declaração falsa ou incompleta;
- b) deixar de comparecer à prova;
- c) tiver atitude incorreta ou descortês com os examinadores(as), executores(as), auxiliares ou autoridades presentes durante a realização da prova;
- d) for, durante a realização da prova, surpreendida em comunicação com outra pessoa candidata, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma, bem como aquela que utilizar livros, notas, impressos e(ou) materiais não determinados nas Orientações à (às) Pessoas Candidata(as);
- e) for responsável por falsa identificação pessoal;

- f) não entregar a Folha de Respostas no final da prova, ou quando solicitado pelo(a) fiscal.
- g) portar qualquer aparelho de telecomunicação, mesmo desligado.

14.9. Será excluída ainda do concurso, a qualquer tempo, a pessoa candidata que utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos para obter benefícios para si ou para terceiros(as) ou flagrado descumprindo quaisquer normas estabelecidas por este edital.

14.10. Somente será admitida na sala de provas, a pessoa candidata previamente inscrita, que estiver devidamente munida de um documento de identidade.

14.11. A DIRPS, a critério exclusivo, poderá fotografar e colher impressões digitais da pessoa candidata, para efeitos de identificação, caso seja necessário.

14.12. Ao tomar conhecimento deste edital, a pessoa candidata, sem oposição, declara estar de acordo com a providência de que trata o subitem anterior, caso ocorra.

14.13. As pessoas candidatas aprovadas e classificadas **deverão manter atualizados seus endereços e e-mails** na Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas/Divisão de Provimento e Acompanhamento de Técnicos Administrativos - DIPAP, pelo e-mail dipap@reito.ufu.br, responsabilizando-se por prejuízos decorrentes da não atualização.

14.14. A classificação obtida pela pessoa candidata aprovada no concurso não gera para si o direito de escolher seu local de exercício, ficando essa definição condicionada ao interesse e à conveniência da Administração da UFU.

14.15. Não haverá remoção a pedido do(a) servidor(a) nos primeiros 18 (dezoito) meses de efetivo exercício, exceto em situações excepcionais e aquelas previstas nas alíneas a, b e c do inciso III, do artigo 36 da Lei nº 8.112/1990, devidamente analisadas pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas.

14.16. Havendo previsão no edital de vaga para cargo passível de aplicação do disposto na Súmula AGU nº 86, de 20/11/2020, esta será considerada para fins de atendimento do requisito de escolaridade disposto no **subitem 12.4** e no **Anexo II**.

14.17. Competirá à UFU receber e esclarecer eventuais questionamentos ao Concurso Público, inclusive a este edital e aos Conteúdos Programáticos das Disciplinas. À Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas competirá receber, decidir ou encaminhar aos órgãos administrativos competentes os recursos interpostos.

14.18. **Impugnações ou recursos interpostos contra este edital devem ser enviados à DIPAP, e-mail dipap@reito.ufu.br, a partir das 12 horas do dia 20 de janeiro de 2026 até às 12 horas do dia 22 de janeiro de 2026.**

14.19. Na ocorrência de caso fortuito ou força maior que impeça, parcial ou integralmente, a realização do concurso, a UFU reserva a si o direito de cancelar, substituir datas, realizar novas provas, sem qualquer ônus para a Instituição e sem cobranças de taxas adicionais para os(as) candidatos(as).

JULIANO CARLOS CECÍLIO BATISTA OLIVEIRA



Documento assinado eletronicamente por **Juliano Carlos Cecilio Batista Oliveira, Pró-Reitor(a) substituto(a)**, em 20/01/2026, às 07:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6995594** e o código CRC **6B35A6DD**.

ANEXOS AO EDITAL

ANEXO I

Quantidade de vagas x quantidade máxima de candidatos aprovados, conforme Anexo II do Decreto nº 9.739, de 28/03/2019.

Quantidade de vagas previstas no edital por cargo	Quantidade máxima de candidatos aprovados
1	5
2	9
3	14
4	18
5	22
6	25
7	29
8	32
9	35
10	38
11	40
12	42
13	45
14	47
15	48
16	50
17	52
18	53
19	54
20	56
21	57
22 ou 23	58
24	59
25 a 29	60
30 ou mais	dobro da quantidade de vagas

ANEXO II

DESCRÍÇÃO DOS CARGOS, CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS, BIBLIOGRAFIAS SUGERIDAS CONHECIMENTOS GERAIS PARA TODOS OS CARGOS

1. LÍNGUA PORTUGUESA

Será avaliada a capacidade de o candidato:

- Ler, compreender e interpretar textos diversos de diferentes gêneros discursivos, redigidos em Língua Portuguesa e produzidos em situações diferentes e sobre temas diferentes.
- Identificar e avaliar teses/opiniões/posicionamentos explícitos e implícitos, argumentos e contra-argumentos em textos argumentativos.
- Analisar o uso de recursos persuasivos em textos argumentativos diversos (como a elaboração do título, escolhas lexicais, construções metafóricas, a explicitação ou a ocultação de fontes de informação) e seus efeitos de sentido.
- Apreender informações não explicitadas, apoiando-se em deduções.
- Identificar elementos que permitam extrair conclusões não explicitadas no texto.
- Integrar e sistematizar informações.
- Identificar elementos que permitam relacionar o texto lido a outro texto ou a outra parte do mesmo texto.
- Identificar informações pontuais no texto.
- Inferir o sentido de palavras a partir do contexto.
- Identificar objetivos discursivos do texto (informar ou defender uma opinião, estabelecer contato, promover polêmica, humor, etc.).
- Identificar as diferentes partes constitutivas de um texto.
- Reconhecer e identificar a estrutura dos gêneros discursivos.
- Utilizar e perceber mecanismos de progressão temática, tais como retomadas anafóricas, catáforas, uso de organizadores textuais, de coesivos, etc.
- Estabelecer relações entre os diversos segmentos do próprio texto e entre textos diferentes.
- Estabelecer articulação entre informações textuais, inclusive as que dependem de pressuposições e inferências (semânticas, pragmáticas) autorizadas pelo texto, para dar conta de ambiguidades, ironias e opiniões do autor.
- Identificar efeitos de sentido decorrentes do emprego de marcas linguísticas necessárias à compreensão do texto (mecanismos anafóricos e dêiticos, operadores lógicos e argumentativos, marcadores de sequenciação do texto, marcadores temporais, formas de indeterminação do agente).
- Identificar, em textos dados, as classes de palavras como mecanismos de coesão e coerência textual.
- Identificar os recursos linguísticos que concorrem para o emprego da língua em diferentes funções, especialmente no que se refere ao uso dos pronomes, dos modos e tempos verbais e ao uso das vozes verbais.
- Identificar a importância da organização gráfica e diagramação para a coesão e coerência de um texto.
- Identificar recursos linguísticos próprios da língua escrita formal: pontuação, ortografia, concordância nominal e verbal, regência nominal e verbal, colocação pronominal, estruturação de orações e períodos.

REFERÊNCIAS SUGERIDAS:

ANTUNES, Irandé. **Lutar com palavras** – coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2017.

KOCH, I. G. V. **A Coesão Textual**. 22º. ed., São Paulo: Contexto, 2002.

KOCH, Ingedore G. V.; TRAVAGLIA, L. C. **Texto e coerência**. 13ª. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

KOCH, Ingedore G. V.; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender**: os sentidos do texto. 3ª. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção Textual**: Análise de Gêneros e Compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

2. NOÇÕES DE INFORMÁTICA

- **MS-Windows 10**: controle de acesso e autenticação de usuários, painel de controle, central de ações, área de trabalho, manipulação de arquivos e pastas, compactação de arquivos, uso dos menus, ferramentas de diagnóstico, manutenção e restauração, backup de arquivos, compartilhamento de arquivos e impressoras, utilização do OneDrive.
- **MS-Word 2013**: estrutura básica dos documentos, edição e formatação de textos, cabeçalhos, rodapés, parágrafos, fontes, colunas, marcadores simbólicos e numéricos, tabelas, impressão, controle de quebras e numeração de páginas, legendas, índices, inserção de objetos, campos predefinidos, caixas de texto, mala direta, correspondências, envelopes e etiquetas, correção ortográfica.
- **MS-Excel 2013**: estrutura básica das planilhas, conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos, elaboração de tabelas e gráficos, uso de fórmulas, funções e macros, impressão, inserção de objetos, campos predefinidos, controle de quebras e numeração de páginas, obtenção de dados externos, classificação e filtragem de dados.
- **MS-Power Point 2013**: estrutura básica das apresentações, conceitos de slides, slide mestre, modos de exibição, anotações, régua, guias, cabeçalhos e rodapés, noções de edição e formatação de apresentações, inserção de objetos, numeração de páginas, botões de ação, animação e transição entre slides.
- **Correio Eletrônico**: uso do aplicativo de correio eletrônico Mozilla Thunderbird e Microsoft Outlook 2013, protocolos, preparo e envio de mensagens, anexação de arquivos.
- **Internet**: Navegação Internet (Microsoft Edge, Mozilla Firefox, Google Chrome), protocolos HTTP/HTTPS/FTP, conceitos de URL, proxy, links/apontadores, sites/sítios Web, sites/sítios de pesquisa (expressões para pesquisa de conteúdos/sites (Google)).
- **Noções de Segurança e Proteção**: Vírus, Cavalos de Tróia, Worms, Spyware, Phishing, Pharming, Spam e derivados.
- **Noções de Arquitetura e Manutenção do Computador**: memória, processador, dispositivos de entrada e saída, instalação e configuração de impressoras e outros dispositivos.

REFERÊNCIAS SUGERIDAS:

Baddini, Francisco Carlos; Valle Junior, Reinaldo. **Implantação e gerenciamento de redes com Microsoft Windows 10 Pro**. Ed. Érica, 2015, ISBN 978-8536517520.

Cabral, Alex de Lima Cabral; Seraggi, Marcio Roberto. **Redes de computadores: teoria e prática**, Senac São Paulo, 2017, ISBN 978-8539612703.

Carvalho, André C. P. L. F.; Lorena, Ana Carolina. **Introdução à computação - Hardware, software e dados**. LTC, 2016, ISBN 978-8521631071.

Dario, André Luiz. **Outlook 2013**. Controlando Emails, Contatos e Tarefas. Ed. Viena, 2014, ISBN 978-8537103739. Edição Português por André Luiz Dario (Autor)

Frye, Curtis D. **Microsoft Excel 2013 – Passo a Passo**. Bookman, 2013, ISBN 978-8582601372.

Issa, Najet M.K. Iskandar. **Word 2013**. Senac São Paulo, 2014, ISBN 978-8539605781.

Lambert, Steve; Lambert, Joan. **Microsoft Windows 10** - Passo a Passo. Bookman, 2016, ISBN 9788582604137.

Lambert, Joan; Cox, Joyce. **Microsoft Word 2013**, – Passo a Passo. Bookman, 2014, ASIN B016P88JQM.

Lambert, Joan; Cox, Joyce. **Microsoft PowerPoint 2013** – Passo a Passo. Bookman, 2013, ISBN 978-8582601259.

Levine, J. R.; Levine, M. Y. **Internet Para Leigos**, Alta Books, 2016. ISBN 978-8576089261.

Manzano, André Luiz N. G. **Estudo Dirigido** - Microsoft Excel 2013. Ed. Érica, 2013, ISBN 978-8536504490.

Manzano, José Augusto N. G.; Manzano, André Luiz N. G. **Estudo dirigido: Microsoft Excel 2013: Avançado**. Ed. Érica, 2013, ISBN 978-8536504506.

Martelli, Richard. **PowerPoint 2013**, Senac São Paulo, 2014, ISBN 978-8539607389.

Martelli, Richard. **Excel 2013**, Senac São Paulo, 2013, ISBN 978-8539604074.

Navarro, Fernando de Carvalho. **Excel 2013: técnicas avançadas**. Brasport, 2016, ISBN 978-8574527789.

Perez, Camila Ceccatto da Silva. **Manutenção Completa em Computadores**, Ed. Viena, 2014, ISBN 978-8537103524.

Rathbone, Andy. **Windows 10 para leigos**, Alta Books, 2016, ISBN 978-8576089780.

Velloso, Fernando. **Informática - Conceitos Básicos**. GEN LTC, 2017, ISBN 978-8535288131.

WEBLIOGRAFIA SUGERIDA:

<https://www.thunderbird.net/pt-BR/>, acessado em 14-abril-2023.

<https://support.mozilla.org/pt-BR/products/thunderbird>, acessado em 14-abril-2023.

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/guias-de-in%c3%adcio-r%c3%a1pido-do-office-2013-4a8aa04a-f7f3-4a4d-823c-3dbc4b8672a1?culture=pt-br&country=br&ui=pt-br&rs=pt-br&ad=br>, acessado em 14-abril-2023.

<https://support.microsoft.com/pt-br/windows>, acessado em 14-abril-2023.

<https://support.microsoft.com/pt-br/onedrive>, acessado em 14-abril-2023.

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/novidades-do-outlook-2013-325ffe56-7b07-4ee7-8e64-b38bbe4731c>, acessado em 14-abril-2023.

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/treinamento-do-outlook-2013-f83e8e60-0bab-47eb-8f6e-c2ecb73124d8>, acessado em 14-abril-2023.

3. LEGISLAÇÃO

Decreto nº 1.171, de 22/06/1994 – Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal

Decreto nº 11.529, de 16/05/2023 – Institui o Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal e a Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal

Decreto nº 9.203, de 22/11/2017 – Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional

Guia Prático de Gestão de Riscos para a Integridade, disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/integridade/arquivos/manual-gestao-de-riscos.pdf>

Instrução Normativa Conjunta Nº 1, de 10/05/2016, da Controladoria-Geral da União - Dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal, disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/acesso-a-informacao/governanca/Gestao-de->

[Riscos/biblioteca/Normativos/instrucao-normativa-conjunta-no-1-de-10-de-maio-de-2016-imprensa-nacional.pdf/view](#)

Lei nº 12.527, de 18/11/2011 – Lei de Acesso à Informação

Lei nº 12.813, de 16/05/2013 – Dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo do Poder Executivo Federal

Lei nº 13.709, de 14/08/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)

Lei nº 8.112, de 11/12/1990 – Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais

Lei nº 8.429, de 02/06/1992 – Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa

Lei nº 9.784, de 29/01/1999 – Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal

Portaria REITO nº 380, de 14/04/2023 – Atualiza e aprova o Plano de Integridade da Universidade Federal de Uberlândia, disponível em: [sei.ufu - 4423192 - portaria_reito_no_380_de_14_de_abril_de_2023 - atualiza_e_aprova_o_plano_de_integridade_da_ufu.pdf](#)

Portaria REITO nº 775, de 13/08/2018 – Revisa a Política de Gestão de Riscos da Universidade Federal de Uberlândia, disponível em: https://ufu.br/sites/ufu.br/files/media/documento/portaria_775.pdf

Observação: todos os documentos encontram-se disponíveis na internet.

DESCRIÇÃO DOS CARGOS, CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS, BIBLIOGRAFIAS SUGERIDAS

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

MÉDICO VETERINÁRIO/ANIMAIS DE LABORATÓRIO

REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO PARA INGRESSO NO CARGO

ESCOLARIDADE: Graduação em Medicina Veterinária em Instituição de Ensino Superior reconhecida pelo Ministério da Educação.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Registro no Conselho Competente (Lei nº 5.517/1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de Médico Veterinário).

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO: Prestar assistência médica aos animais sob responsabilidade da entidade, bem como exercer a responsabilidade técnica das instalações animais de pesquisa da instituição. Atuar em todas as fases da pesquisa com uso de animais como modelos: criação, manutenção e experimentação com todas as espécies a serem utilizadas, tendo foco em roedores, peixes (*zebrafish*), aves e lagomorfos, bem como prestar auxílio às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES TÍPICAS DO CARGO:

Acompanhar protocolos experimentais: Assessorar pesquisadores quanto ao uso de animais em pesquisa, incluindo refinamento de métodos e avaliação de impacto nos animais.

Atuar como responsável técnico de biotérios, conforme regulamentação do respectivo conselho de classe, assegurando o cumprimento das exigências legais.

Atuar em biotecnologias reprodutivas, como fertilização in vitro (FIV), transferência de embriões, criopreservação de gametas e embriões, entre outras técnicas aplicáveis a roedores.

Atuar em projetos de pesquisa: Colaborar com grupos de pesquisa no desenvolvimento e execução de estudos científicos que envolvam o uso de animais de laboratório.

Atuar junto à Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA): Elaborar e revisar projetos de pesquisa envolvendo animais, bem como acompanhar sua execução. Participar como membro da CEUA e de demais comissões relacionadas às atividades de seu cargo.

Atuar no planejamento e supervisão de reprodução animal: Controlar colônias de animais, manejo reprodutivo, seleção genética e monitoramento da linhagem dos roedores.

Auxiliar na aquisição de insumos e materiais veterinários: Elaborar especificações técnicas e participar de processos de compra de medicamentos, dietas, materiais de biossegurança, entre outros.

Conduzir auditorias internas e ações de melhoria contínua: Apoiar processos de certificação e qualificação do biotério, como boas práticas de laboratório (BPL) e/ou acreditações internacionais (ex. AAALAC).

Emitir pareceres técnicos e laudos veterinários: Produzir relatórios técnicos relacionados à saúde animal, controle sanitário, genético e biossegurança.

Implementar e supervisionar protocolos sanitários: Desenvolver, aplicar e revisar protocolos de quarentena, controle de zoonoses, barreiras sanitárias e profilaxia.

Participar da capacitação de equipes: Treinar e orientar técnicos, tratadores e pesquisadores quanto às boas práticas de manejo e cuidados com os animais.

Prescrever e administrar tratamentos: Indicar terapias, prescrever medicamentos e aplicar tratamentos veterinários conforme necessidade, assegurando os pontos finais humanitários.

Promover o bem-estar animal: Monitorar constantemente as condições de saúde, manejo e bemestar dos animais, assegurando a ética e o cumprimento da legislação vigente (CONCEA, CFMV, CRMV-MG, MAPA, entre outras).

Realizar demais atividades solicitadas pela direção da Rede de Biotérios de Roedores ou de outros setores da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Realizar e supervisionar procedimentos/protocolos de analgesia, anestesia e de eutanásia: Executar e supervisionar analgesias, anestesias e eutanásias em conformidade com protocolos éticos, legais e científicos.

Realizar exames clínicos e diagnósticos: Avaliar clinicamente os animais, identificar sinais de doença e realizar exames laboratoriais ou necropsias, quando necessário. Ainda, realizar todas as etapas relacionadas com os exames para controle sanitário e genético de animais de laboratórios.

Registrar e manter atualizados os dados sanitários e zootécnicos: Manter registros organizados sobre nascimentos, mortes, tratamentos, controle genético e sanitário.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Legislação e Ética em Experimentação Animal

- 1.1. Princípios éticos e científicos da experimentação animal, 3Rs (Replacement, Reduction, Refinement).
- 1.2. Legislação brasileira aplicável à experimentação animal (Lei nº 11.794/2008, Decreto nº 6.899/2009).
- 1.3. Normas e resoluções do CONCEA – Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal.
- 1.4. Responsabilidade técnica do médico veterinário conforme o conselho de classe.
- 1.5. Atuação em Comissões de Ética no Uso de Animais (CEUA).
- 1.6. Diretrizes internacionais em experimentação animal: guia ARRIVE (Animal Research: Reporting of In Vivo Experiments) e guia PREPARE (Planning Research and Experimental Procedures on Animals: Recommendations for Excellence).

2. Sanidade e Biossegurança em Biotérios

- 2.1. Protocolos de barreiras sanitárias, quarentena e controle de patógenos.
- 2.2. Classificação sanitária de animais de laboratório e monitoramento sanitário de colônias de roedores, peixes (zebrafish), aves e lagomorfos.
- 2.3. Biossegurança aplicada a biotérios: medidas preventivas, contenção e descarte de resíduos.

2.4. Doenças infecciosas e parasitárias em roedores de laboratório.

3. Bem-estar Animal e Manejo de Roedores, Lagomorfos, Peixes (zebrafish), e Aves

3.1. Avaliação de bem-estar animal: parâmetros clínicos, comportamentais e ambientais.

3.2. Técnicas de contenção, manipulação e enriquecimento ambiental.

3.3. Métodos humanitários de eutanásia segundo o CONCEA.

3.4. Manejo nutricional e ambiental.

4. Reprodução e Genética de Roedores de Laboratório

4.1. Fisiologia reprodutiva de camundongos e ratos.

4.2. Controle de colônias e manejo de linhagens.

4.3. Classificação genética de animais de laboratório e monitoramento e controle genético de roedores.

4.4. Programas de melhoramento e manutenção genética.

5. Biotecnologia da Reprodução em Roedores

5.1. Fundamentos e aplicações da fertilização in vitro (FIV).

5.2. Técnicas de transferência de embriões.

5.3. Criopreservação de gametas e embriões.

5.4. Produção de animais geneticamente modificados.

6. Clínica e Cirurgia de Roedores, Lagomorfos, Peixes (zebrafish), e Aves

6.1. Exame clínico e diagnóstico.

6.2. Farmacologia e terapêutica em animais de laboratório.

6.3. Anestesia e analgesia e eutanásia em roedores.

6.4. Procedimentos cirúrgicos básicos aplicáveis à experimentação.

6.5. Técnicas de coleta de amostras biológicas.

7. Experimentação Animal e Pesquisa Científica

7.1. Planejamento e execução de protocolos experimentais, inclusive com a adoção de Métodos Alternativos ao uso de animais.

7.2. Avaliação de parâmetros fisiológicos e comportamentais em estudos com roedores.

7.3. Refinamento de métodos experimentais, bem como conceitos básicos sobre a interferência do estresse e dor na qualidade de dados obtidos de pesquisa com animais de laboratório.

7.4. Aplicação dos guias ARRIVE e PREPARE na elaboração e condução de projetos científicos.

8. Gestão de Biotérios e Documentação Técnica

8.1. Organização e gerenciamento de biotérios de criação e experimentação.

8.2. Registro e controle zootécnico e sanitário.

8.3. Elaboração de pareceres técnicos, laudos e relatórios sanitários.

8.4. Participação em auditorias e processos de acreditação (ex: BLP, AAALAC).

8.5. Especificação técnica de insumos, materiais e equipamentos para biotério.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ANDRADE, ANTENOR; PINTO, SERGIO CORREIA; DE OLIVEIRA, ROSILENE SANTOS. Animais de laboratório: Criação e Experimental SBN: 85-7541-015-6. 1^a reimpressão: 2006 (1^a ed. 2002). il.

Boas Práticas de Laboratório. Editora Difusão. 2^a ed. 2013. SILVA, K.M. & LIMA, M.R. Guia de finalização humanitária aplicada a roedores utilizados em pesquisas. ISBN 978-65-258-1582-4. 1^a edição: 2023.

Guia brasileiro de produção, manutenção ou utilização de animais em atividades de ensino ou pesquisa científica / Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal. -- 1^a ed. -- Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 2023. Disponível em: . Acesso em: 04 ago. 2023.

HIRATA, M.H.; HIRATA, R.D.C. & MANCINI FILHO, J. Manual de Biossegurança. Editora Manole, 2^a ed. 2012. p. 356.

LAPCHIK, V.B.V.; MATTARAIA, V.G.M.; KO, G.M. Cuidados e manejo de animais de laboratório. Editora Atheneu, 2009.

Manipulating the Mouse Embryo: A Laboratory Manual", a referência completa é: Behringer, R., Gertsenstein, M., Nagy, K. V., et al. (2014). Manipulating the Mouse Embryo: A Laboratory Manual. Cold Spring Harbor Laboratory Press

Manual de Orientação do Responsável Técnico-Sanitário em Estabelecimentos que Criem ou Utilizem Animais em Atividades de Ensino ou Pesquisa Científica. 1^a ed. Conselho Federal de Medicina Veterinária.

MOURA, Roberto de Almeida; WADA, Carlos S.; PURCHIO, Ademar; ALMEIDA, Therezinha Verrastro de. Técnicas de Laboratório. 3^a ed. Editora Atheneu, 2002.

RODRIGUES, N.A. & CAMPANA-PEREIRA, M.A. Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde. Cap. 9. pp 267-306 In: ALMEIDA, M;F;C.

ANEXO III

CONTEÚDO DAS PROVAS PRÁTICAS

MÉDICO VETERINÁRIO/ANIMAIS DE LABORATÓRIO

OBJETIVOS DA PROVA PRÁTICA

A prova será realizada com arguição e terá a finalidade de aferir o conhecimento, as habilidades e a capacidade prática do candidato em situações de rotina na área de Animais de Laboratório. Serão utilizados ratos e camundongos vivos e/ou cadáveres mediante aprovação pela Comissão de Ética no Uso de Animais da UFU.

DISPOSIÇÕES DA PROVA PRÁTICA

Os candidatos poderão ser arguidos sobre casos clínicos, procedimentos experimentais, e manejo durante a rotina das áreas de criação e experimentação com roedores da REBIR.

Poderá ser solicitado interpretação de exames, por exemplo, hemograma, bioquímicos, eletroforese em gel de agarose (controle genético de roedores), ELISA (Controle Sanitário), etc.

Serão preparados e entregues a cada candidato, os equipamentos de proteção individual (EPIs) e coletiva (EPCs) necessários para cada atividade.

O candidato deverá ser capaz de realizar procedimentos como contenção, anestesia, cirurgias (laparoscopia, vasectomia), coleta de sangue e demais fluidos biológicos em ratos e camundongos.

O candidato deverá ser capaz de manusear os equipamentos e materiais necessários para a manutenção de roedores em instalação SPF como: racks ventiladas, estações de troca, autoclaves, aparelhos de anestesia inalatória.

A prova prática será realizada com arguição, visando aferir a habilidade na abordagem de roedores (ratos e camundongos), demonstrando conhecimento na área de Ciência em Animais de Laboratório em situações práticas com animais vivos e/ou cadáveres, bem como domínio de instrumentos, aparelhos, técnicas e interpretação de exames clínicos e laboratoriais. O candidato deverá portar vestimenta adequada (cabelos longos amarrados, sem usar perfume, calça comprida, sapatos fechados). Os demais Equipamentos de proteção individual como jalecos, touca, luvas, e máscaras serão oferecidos pela Rede de Biotérios de Roedores da UFU.

Instrumentos, aparelhos ou técnicas a serem utilizadas:

Aparelho de anestesia inalatória, racks ventiladas, autoclaves, estações de troca, aparelho de hemograma, leitora de placas, termociclador, centrífugas.

Da metodologia de aferição:

A metodologia de aferição contemplará a capacidade de o candidato demonstrar conhecimentos e habilidades em situações práticas, conforme quadro de “critérios de avaliação da prova prática”.

Duração da prova prática:

A Prova Prática poderá ser realizada em dois dias consecutivos e será composta por duas etapas distintas de avaliação. Cada etapa terá a duração máxima de 50 minutos por candidato.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Item 1

Critério: Linguagem

Descrição:

- I. Expressão oral e o respeito aos padrões da língua culta e da linguagem técnica (2,5)
- II. Uso formal da língua portuguesa quanto a vocabulário, concordância verbal e nominal e vícios de linguagem (2,5)

Pontos Distribuídos: 5

Item 2

Critério: Procedimentos práticos

Descrição:

- I. Capacidade e coerência na escolha da metodologia empregada para a resolução do(s) problema(s) apresentado(s) (20).
- II. Domínio da execução técnica do procedimento (20)
- III. Habilidade manual (8).
- IV. Capacidade de manipulação dos materiais utilizados (8).
- V. Uso adequado dos instrumentais e equipamentos (7).
- VI. Capacidade de interpretação dos resultados (7)

Pontos Distribuídos: 70

Item 3

Critério: Fundamentos teóricos

Descrição:

- I. Articulação das ideias (6)
- II. Conceitos (5)
- III. Conteúdo técnico e informações atualizadas relevantes aos procedimentos executados na prova (4)

Pontos Distribuídos: 15

Item 4

Critério: Capacidade didática Descrição:

- I. Dicção (2)
- II. Motivação (2)
- III. Postura (2)

IV. Habilidade didática (4)

Pontos Distribuídos: 10

Valor Total = 100

Centro de Aprendizagem do Google Workspace, Treinamento e ajuda do Google Meet, disponível em <https://support.google.com/a/users/answer/9282720>, acesso em 15/01/2026.

Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil, CERT.br, Cartilha de Segurança para Internet, 2ª Edição, Editora Comitê Gestor da Internet no Brasil, São Paulo, 2012, disponível em <https://cartilha.cert.br/livro/cartilha-seguranca-internet.pdf>. Acesso em 15/01/2026.

Time de Documentação do Libre Office, Guia do Writer, disponível em: <https://documentation.libreoffice.org/assets/Uploads/Documentation/pt-br/WG71/WG71.pdf>. Acesso em 15/01/2026.

Time de Documentação do Libre Office, Guia do Calc, disponível em: <https://documentation.libreoffice.org/assets/Uploads/Documentation/pt-br/CG70/CG70-CalcGuide-Master.pdf>. Acesso em 15/01/2026.

Val, C. E., Ubuntu: Guia do Iniciante 2.0, disponível em https://opiratadigital.files.wordpress.com/2017/01/guia_do_iniciante_3-0.pdf. Acesso em 15/01/2026.

IA Generativa No Serviço Público: Definições, usos e boas práticas, disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/infraestrutura-nacional-de-dados/inteligencia-artificial-1/ia-generativa-no-servico-publico.pdf>. Acesso em 15/01/2026.

ANEXO III

EXAMES SOLICITADOS

Segue a relação dos exames exigidos para realização da Avaliação Médica pré-admissional.

Hemograma (validade 60 dias);

Glicemia de Jejun (validade 60 dias);

Creatinina (validade 60 dias);

Colesterol total e frações (validade 60 dias);

Triglicírides (validade 60 dias);

Grupo Sanguíneo + Fator Rh;

TGO (validade 60 dias);

TGP (validade 60 dias);

VDRL (validade 60 dias);

EAS (validade 60 dias);

EPF (validade 60 dias);

Teste de Acuidade Visual pela escala de Snellen, emitido por médico oftalmologista, que tenha o Registro de Qualificação de Especialidade (RQE) (validade 3 meses);

Audiometria tonal (validade 1 ano);

Citologia Oncótica (Papanicolau) para candidatas do sexo feminino, se não for possível ter o resultado do exame até a data da consulta com o médico perito, será aceito um laudo emitido pelo médico ginecologista, que tenha o Registro de Qualificação de Especialidade (RQE), no qual conste a descrição do exame ginecológico e a realização da coleta do exame citológico ou a impossibilidade de realizá-la (validade 1 ano);

Laudo de aptidão mental para o exercício do cargo, emitido por médico psiquiatra, que tenha o Registro de Qualificação de Especialidade (RQE) ou avaliação psicológica agendada e realizada presencialmente na DSS-UFV (validade 3 meses);

Refração (exame Oftalmológico) para candidatos com mais de 45 (quarenta e cinco) anos de idade (validade 1 ano);

Original e cópia do cartão de vacina atualizado conforme calendário vacinal adulto do Ministério da Saúde. Caso o seu cartão de vacina não esteja atualizado ou você não possuí-lo, é preciso providenciar sua atualização ou confecção. Para isso, busque uma Unidade Básica de Saúde (UBS) mais próxima de sua residência ou em qualquer cidade do Brasil. A DSS/PGP não realiza vacinação;

Documento de identificação pessoal com foto - original e cópia.

DEMETRIUS DAVID DA SILVA

SECRETARIA DE ÓRGÃOS COLEGIADOS

EDITAL DE SELEÇÃO Nº 1/2026

INSCRIÇÕES PARA O PROCESSO DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR SUBSTITUTO

O Secretário de Órgãos Colegiados torna público que encontram-se abertas, na Secretaria da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), da Universidade Federal de Viçosa, pelo prazo de 15 (quinze dias), a contar da publicação deste no Diário Oficial da União, as inscrições para o processo de seleção para contratação de Professor Substituto, conforme dados abaixo:

ÁREA	TITULAÇÃO EXIGIDA	UNIDADE/DEP./CENTRO	Nº VAGAS
Física.	Mestrado e/ou doutorado em Física, Física Aplicada, Física Médica, Ensino de Física, ou áreas afins.	IEP/CRP (23114.920569/2025-78).	01

Os candidatos deverão requerer a inscrição, exclusivamente, através do link <https://www.gps.ufv.br>.

Taxa de inscrição: R\$120,75 (cento e vinte reais e setenta e cinco centavos).

Prazo de validade do concurso: 1 (um) ano, prorrogável por igual período, conforme estabelece o artigo 43 do Decreto nº 9.7339, de 28 de março de 2019.

Remuneração inicial: R\$ 3.863,04 (Três mil e oitocentos e sessenta e três reais e quatro centavos). Os candidatos aprovados que vierem a ser contratados sê-lo-ão em regime de 20 (vinte) horas semanais, sendo sua remuneração compatível com a titulação solicitada no edital, vedada a equiparação salarial por qualquer outra titulação superior que o candidato possua ou que seja obtida posteriormente.

O edital, na íntegra, encontra-se à disposição dos candidatos no site <http://www.ufv.br/soc>.

MARCOS RIBEIRO FURTADO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE

EDITAL DIRESTES Nº 1 DE, 19 DE JANEIRO DE 2026

PROCESSO SELETIVO DA ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE

A Universidade Federal de Uberlândia faz saber que estarão abertas as inscrições para o Processo Seletivo da Escola Técnica de Saúde (ESTES), visando ao preenchimento, por candidatos que concluirão o Ensino Médio, de vagas dos cursos técnicos de nível médio nos Eixos Tecnológicos Ambiente, Saúde e Segurança, oferecidas em 2026/1, de acordo com o disposto neste Edital. As inscrições iniciam-se a partir de 26 de janeiro de 2026 e encerram-se em 12 de fevereiro de 2026, exclusivamente pela internet. Farão parte deste Edital demais informações sobre o objeto do edital, disposições preliminares, vagas, inscrições, taxas, atendimento especial, aplicação das provas, resultados, classificação, recursos, bem como outras informações. Edital completo disponível em <http://www.portalselecao.ufu.br>.

LUIZ CARLOS GEBRIM DE PAULA COSTA
Diretor da ESTES/UFU

PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

EDITAL PROGEP Nº 9, DE 19 DE JANEIRO DE 2026

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS SUBSTITUTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria de Pessoal UFU nº 330, de 15/01/2025, publicada no Diário Oficial da União de 16/01/2025, tendo em vista a Lei nº 14.965, de 09/09/2024, publicada no D.O.U. de 10/09/2024, o Decreto nº 7.232, de 19/07/2010, publicado no D.O.U. de 20/07/2010 e a Portaria Interministerial nº 316, de 09/10/2017, publicada no D.O.U. de 19/10/2017, atualizada pela Portaria MGI nº 70, de 08/10/2025, publicada no D.O.U. de 15/10/2025, torna pública a realização de Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva para os cargos de nível "E", para quaisquer campi da Universidade Federal de Uberlândia, observados os termos da Lei nº 8.112, de 11/12/1990; do Plano de Carreira dos Cargos Técnico- Administrativos em Educação-PCCTAE, aprovado pela Lei nº 11.091, de 12/01/2005, publicada no D.O.U. de 13/01/2005; o Decreto nº 9.739, de 28/03/2019, publicado no D.O.U. de 29/03/2019; a Portaria ME nº 10.041, de 18 de agosto de 2021; as disposições do Estatuto e do Regimento Geral da Universidade e da legislação pertinente e complementar, mediante as condições estabelecidas neste edital.

1.1 O Concurso será regido por este edital e executado pela Diretoria de Processos Seletivos (DIRPS), com a Coordenação da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

1.2 A pessoa candidata deverá conhecer e estar de acordo com as exigências contidas no presente edital e em seus anexos e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para a investidura no cargo que pretender.

1.3 Todos os horários mencionados referem-se ao horário oficial de Brasília- DF.

1.4 Este edital, com os conteúdos programáticos das disciplinas e as descrições dos cargos, estará disponível no endereço <www.portalselecao.ufu.br> e no Diário Oficial da União a partir do dia 20 de janeiro de 2026.

2.1 O nível do cargo, a cidade, o número de vagas, a remuneração e a carga horária semanal são apresentados na Tabela 1.

2.2 Além do vencimento básico, a pessoa candidata nomeada fará jus ao Auxílio Alimentação, no valor de R\$ 1.175,00, para regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, e outros benefícios, observada a legislação em vigor.

2.3 Havendo surgimento de novas vagas, poderão ser realizadas remoções de servidores que já integram o quadro funcional da UFU, de acordo com o interesse da Instituição, antes da nomeação de novas pessoas candidatas classificadas no concurso.

Tabela 1

CARGOS NÍVEL "E"	CIDADE	TOTAL DE VAGAS	REMUNERAÇÃO	CARGA HORÁRIA SEMANAL
MEDICO VETERINÁRIO/ANIMAIS DE LABORATÓRIO	UBERLÂNDIA	1	R\$ 4.976,27	20
TOTAL DE VAGAS	-	1	-	-

3.1 Serão reservadas às pessoas candidatas pretas e pardas 25% (vinte e cinco) das vagas existentes e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do concurso, em cumprimento à Lei nº 15.142, de 3 de junho de 2025, regulamentada pelo Decreto nº 12.536, de 27 de junho de 2025, e à Instrução Normativa Conjunta MGI/MIR/MPI nº 261, de 27 de junho de 2025.

3.2 Serão reservadas às pessoas candidatas indígenas 3% (três) das vagas existentes e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do concurso, em cumprimento à Lei nº 15.142, de 3 de junho de 2025, regulamentada pelo Decreto nº 12.536, de 27 de junho de 2025, e à Instrução Normativa Conjunta MGI/MIR/MPI nº 261, de 27 de junho de 2025.

3.3 Serão reservadas às pessoas candidatas quilombolas 2% (dois) das vagas existentes e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do concurso, em cumprimento à Lei nº 15.142, de 3 de junho de 2025, regulamentada pelo Decreto nº 12.536, de 27 de junho de 2025, e à Instrução Normativa Conjunta MGI/MIR/MPI nº 261, de 27 de junho de 2025.

3.4 Conforme o § 2º, do art. 5º, da Lei nº 15.142, de 3 de junho de 2025, na hipótese de quantitativo de vagas reservadas a pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas, o número será aumentado para o primeiro inteiro subsequente, na hipótese de fração igual ou maior do que 0,5 (cinco décimos); ou diminuído para o primeiro inteiro imediatamente inferior, na hipótese de fração menor do que 0,5 (cinco décimos).

3.5 Serão reservadas às pessoas candidatas com deficiência 10% (dez por cento) das vagas existentes e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do Concurso Público, em cumprimento ao disposto no art. 37, inciso VIII, da Constituição da República Federativa do Brasil, na forma do § 2º do art. 5º da Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, do Decreto nº 9.508/2018 e à Instrução Normativa Conjunta MGI/MDHC nº 260, de 26 de junho de 2025.

3.6 Conforme o § 3º, do art. 1º do Decreto Federal nº 9.508/2018, caso a aplicação do percentual de 10% (dez por cento) do total de vagas reservadas a cada cargo resulte em número fracionado, este será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente.

3.7 Durante o período de validade do presente edital, em caso de vacância do cargo público ocupado por pessoa negra, indígena ou quilombola, será convocada a pessoa negra, indígena ou quilombola optante pela reserva de vagas, de acordo com a ordem de classificação, conforme Instrução Normativa Conjunta MGI/MIR/MPI nº 261, de 27 de junho de 2025.

3.8 As disposições do subitem 3.7 também serão aplicadas à pessoa candidata com deficiência e à pessoa candidata da modalidade de ampla concorrência.

3.9 Na hipótese de não haver pessoas candidatas quilombolas em número suficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas às pessoas indígenas.

3.10 Na hipótese de não haver pessoas candidatas indígenas em número suficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas às pessoas quilombolas.

3.11 Na hipótese de não haver pessoas candidatas indígenas ou quilombolas em número suficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas às pessoas pretas e pardas, e, por último, para a ampla concorrência.

3.12 Na hipótese de não haver candidatos aprovados em número suficiente para o preenchimento das vagas reservadas à ampla concorrência, as vagas remanescentes serão revertidas às pessoas candidatas com deficiência, pretas e pardas, indígenas e quilombolas.

3.13 A pessoa candidata que optar por concorrer às vagas reservadas poderá ser classificada tanto na listagem geral de ampla concorrência quanto na listagem específica de vagas reservadas. No entanto, será considerada apenas na listagem em que ocorrer sua nomeação.

3.14 Caso não exista pessoa candidata classificada na modalidade de reserva de vagas no momento da nomeação, será convocada pessoa candidata classificada na modalidade de ampla concorrência.

3.15 DAS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS CANDIDATAS COM DEFICIÊNCIA

3.15.1 A pessoa candidata com deficiência que pretenda concorrer às vagas reservadas a pessoas com deficiência deverá, no ato da inscrição declarar esta condição e anexar documento que comprove a condição de deficiência, nos termos dispostos no art. 3º, inciso IV do Decreto nº 9.508, de 24/09/2018, com data de emissão máxima de 36 meses anteriores à data de publicação deste edital, exceto no caso das pessoas candidatas cuja deficiência se enquadre no art. 1º, § 1º, da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, ou das pessoas candidatas com outros impedimentos irreversíveis que caracterizem deficiência permanente, conforme §1º, do Art. 15, da Instrução Normativa Conjunta MGI/MDHC nº 260, de 26 de junho de 2025.

3.15.2 A documentação caracterizadora da deficiência deverá conter a identificação da pessoa candidata, a espécie e o grau ou o nível de sua deficiência, a data da emissão e a assinatura da pessoa profissional responsável, com o número de sua inscrição no Conselho Regional Profissional respectivo.

3.15.3 Relatório de avaliação biopsicossocial da deficiência, emitido nos últimos trinta e seis meses, poderá ser utilizado como documentação caracterizadora da deficiência.

3.15.4 A pessoa candidata que, no período das inscrições, não tenha requerido esta condição e não tiver anexado documento comprobatório, não poderá fazê-lo posteriormente, não sendo considerada pessoa com deficiência e, consequentemente, concorrerá às vagas de ampla concorrência.

3.15.5 Somente serão consideradas pessoas com deficiência aquelas que se enquadram no artigo 2º da Lei nº 13.146/2015; nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto nº 3.298/1999, alterado pelo Decreto nº 5.296/2004; na Lei nº 14.126/2021; no § 1º do artigo 1º da Lei nº 12.764/2012 (Transtorno do Espectro Autista); pela Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça, na Lei nº 14.768, de 22 de dezembro de 2023 e na Lei 15.176, de 23 de julho de 2025.

3.15.6 A pessoa candidata que se declarar pessoa com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto nº 3.298/1999 e alterações previstas no art. 2º do Decreto nº 9.508/2018, participará do concurso em igualdade de condições com as demais pessoas candidatas, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para aprovação.

3.15.7 O procedimento de caracterização da deficiência será realizado por equipe multiprofissional e interdisciplinar, mediante análise documental. Na hipótese de dúvidas quanto à caracterização da deficiência, a pessoa candidata poderá ser convocada, uma única vez, para realização de avaliação complementar, a qual poderá ocorrer de forma presencial ou por meio de tecnologia de telemedicina, a critério da equipe multiprofissional e interdisciplinar.

3.15.8 O resultado do procedimento de análise documental para a caracterização da deficiência será publicado no endereço <www.portalselecao.ufu.br>, no qual constarão os dados de identificação da pessoa candidata, a conclusão do parecer da equipe multiprofissional e interdisciplinar a respeito do seu enquadramento como pessoa com deficiência e as condições para exercício do direito de recurso pelas pessoas interessadas.

3.15.8.1 Caberá recurso contra a decisão da equipe multiprofissional e interdisciplinar no prazo de 3 dias úteis a partir da divulgação do resultado. Os recursos deverão ser enviados à Divisão de Provimento e Acompanhamento de Técnicos Administrativos - DIPAP, pelo e-mail dipap@reito.ufu.br. O resultado definitivo será divulgado no prazo de 5 dias úteis.

3.15.9 Não serão considerados como deficiência visual os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção.

3.15.10 A deficiência da pessoa candidata, admitida a correção por equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais, deve permitir o desempenho adequado das atribuições específicas do cargo.

3.16 DAS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS CANDIDATAS PRETAS E PARDAS

3.16.1 A pessoa candidata que pretenda concorrer às vagas reservadas às pessoas pretas e pardas deverá se autodeclarar preta ou parda, conforme quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, assinalando esta opção no ato da inscrição e em seguida marcar o campo específico, confirmando assim, que pretende concorrer pelo sistema de reserva de vagas. As informações prestadas neste momento serão de inteira responsabilidade das pessoas candidatas.

3.16.2 Até o final do período de inscrição do concurso público, será facultado à pessoa candidata desistir de concorrer pelo sistema de reserva de vagas. A pessoa candidata que pretenda concorrer às vagas reservadas às pessoas pretas e pardas e que, no período das inscrições, não tenha requerido esta condição, não poderá fazê-lo posteriormente, e, consequentemente, concorrerá às vagas de ampla concorrência.

3.16.3 A pessoa candidata que prestar declarações falsas será excluída do processo, em qualquer fase deste Concurso Público, e serão nulos todos os atos delas decorrentes, além de responder, civil e criminalmente, pelas consequências decorrentes do seu ato. Na hipótese de já ter sido nomeada, ficará sujeita à anulação deste ato após procedimento administrativo em que lhe seja assegurado o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo, de outras sanções cabíveis.

3.16.4 As pessoas candidatas que concorrerem às vagas reservadas às pessoas pretas e pardas serão convocadas para o procedimento de confirmação complementar à autodeclaração, junto à comissão designada para tal fim, conforme Instrução Normativa Conjunta MGI/MIR/MPI nº 261, de 27 de junho de 2025.

3.16.5 O procedimento de confirmação complementar à autodeclaração será realizado de forma presencial ou, excepcionalmente e por decisão motivada, telepresencial, mediante utilização de recursos de tecnologia de comunicação. Neste último caso, existindo dúvidas e/ou por deliberação da comissão de confirmação complementar à autodeclaração da UFU, a pessoa candidata poderá ser convocada para o procedimento presencial de confirmação complementar à autodeclaração.

3.16.6 A convocação para o procedimento complementar à autodeclaração ocorrerá após a divulgação do Resultado provisório do concurso e antes da homologação do resultado do concurso, por meio de lista de convocação publicada no endereço <www.portalselecao.ufu.br> e através de correspondência eletrônica (e-mail), que será encaminhada à pessoa candidata pela Divisão de Provimento e Acompanhamento de Técnicos Administrativos - DIPAP, utilizando o endereço de e-mail informado pela pessoa candidata no momento da inscrição.

3.16.7 Serão convocadas para este procedimento, no mínimo, a quantidade de pessoas candidatas equivalente a três vezes o número de vagas reservadas às pessoas pretas e pardas, previstas neste edital, ou dez pessoas candidatas, o que for maior, resguardadas as condições de aprovação aqui estabelecidas. Caso o número de pessoas convocadas não seja suficiente para o preenchimento das vagas reservadas, poderão ser realizadas convocações adicionais. A participação da pessoa candidata no processo de confirmação complementar à autodeclaração e a confirmação da autodeclaração não enseja a aprovação/classificação no concurso público.

3.16.8 O procedimento de confirmação complementar à autodeclaração será filmado, e a respectiva gravação será utilizada exclusivamente para análise de eventuais recursos interpostos pelas pessoas candidatas. A pessoa candidata que se recusar a participar da filmagem para fins de confirmação complementar à autodeclaração poderá prosseguir no concurso público pela ampla concorrência, desde que possua pontuação suficiente para tal.

3.16.9 A convocação de pessoas candidatas excedentes, descrita no subitem 3.16.7, ocorre visando a complementação da lista de pessoas classificadas, considerando a hipótese de ausências ou não confirmação da autodeclaração das

pessoas candidatas no processo de confirmação complementar à autodeclaração.

3.16.10 Para fins da verificação de que trata o subitem 3.18.4, a pessoa candidata será convocada uma única vez. A pessoa que não comparecer ao procedimento de confirmação complementar à autodeclaração poderá prosseguir no concurso público pela ampla concorrência, desde que possua pontuação suficiente para tal.

3.16.11 A comissão de confirmação complementar à autodeclaração utilizará exclusivamente os aspectos fenotípicos da pessoa candidata no momento em que for realizado o procedimento de confirmação complementar à autodeclaração, não sendo admitida, em nenhuma hipótese, a prova baseada em ancestralidade e em laudos médicos, dermatológicos, genéticos ou antropológicos, conforme previsto no art. 9º do Decreto nº 12.536, de 27 de junho de 2025, devendo a pessoa candidata se apresentar com cabelos soltos, sem maquiagem ou acessórios. Não serão considerados quaisquer registros ou documentos pretéritos eventualmente apresentados, inclusive imagem e certidões referentes a confirmação em procedimentos de heteroidentificação realizados em concursos públicos federais, estaduais, distritais e municipais ou em processos seletivos de qualquer natureza.

3.16.12 A não confirmação da autodeclaração no procedimento de confirmação complementar à autodeclaração não enseja necessariamente a eliminação da pessoa candidata do certame, podendo ser admitida sua classificação nas vagas de ampla concorrência, nas estritas hipóteses em que as circunstâncias do caso concreto não revelarem indícios de falsidade da autodeclaração, fraude, ou má-fé, e desde que tenha obtido nota suficiente para aprovação na ampla concorrência.

3.16.13 O parecer da comissão de confirmação complementar à autodeclaração que constatar a falsidade da autodeclaração deverá motivar a sua conclusão nos termos do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

3.16.14 O resultado provisório do procedimento de confirmação complementar à autodeclaração será publicado no endereço <www.portalselecao.ufu.br>, no prazo de 5(cinco) dias úteis, contados a partir da data de realização, no qual constarão os dados de identificação da pessoa candidata, a conclusão do parecer da comissão de confirmação complementar à autodeclaração a respeito da confirmação da autodeclaração e as condições para exercício do direito de recurso pelas pessoas interessadas.

3.16.15 Caberá recurso da decisão da comissão de confirmação complementar à autodeclaração no prazo de 3(três) dias úteis, contados a partir da publicação do resultado provisório da avaliação no endereço <www.portalselecao.ufu.br>. Os recursos deverão ser direcionados à Presidência da comissão de confirmação complementar à autodeclaração e enviados à Divisão de Provimento e Acompanhamento de Técnicos Administrativos - DIPAP, pelo e-mail dipap@reito.ufu.br. O resultado definitivo será divulgado no prazo de até 10 (dez) dias úteis.

3.16.16 O resultado definitivo do procedimento de confirmação complementar à autodeclaração também será publicado no endereço <www.portalselecao.ufu.br>, no qual constarão os dados de identificação da pessoa candidata e a conclusão final a respeito da autodeclaração.

3.16.17 As hipóteses de desclassificação por não confirmação da autodeclaração, as eliminações por não comparecimento ao processo de confirmação complementar à autodeclaração ou por falsidade na veracidade da autodeclaração não ensejam o dever de convocação suplementar de pessoas candidatas para o procedimento de confirmação complementar à autodeclaração.

3.16.18 A autodeclaração terá validade somente para o concurso público para o qual a pessoa interessada se inscreveu, não podendo ser aproveitada em outras inscrições ou concursos.



3.16.19 As pessoas candidatas autodeclaradas pretas ou pardas que fizerem a opção pela reserva de vagas concorrerão, concomitantemente, às vagas reservadas pela Lei nº 15.142, de 03 de junho de 2025, bem como às vagas destinadas à ampla concorrência, podendo, ainda, se for o caso, concorrer às vagas reservadas a pessoas com deficiência (Lei nº 8.112/90, art. 5º, §2º), de acordo com a sua classificação no concurso, desde que atendidas as demais regras deste edital.

3.16.20 A pessoa candidata que optar por se declarar como preta ou parda para concorrer às vagas reservadas concorrerá em igualdade de condições com as demais pessoas candidatas, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para aprovação.

3.17 DAS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS QUILOMBOLAS

3.17.1 Para concorrer às vagas reservadas às pessoas quilombolas, a pessoa candidata deverá no momento da inscrição anexar documentação comprobatória de pertencimento étnico, devendo apresentar:

3.17.1.1 Declaração que comprove o pertencimento étnico do candidato, assinada por três lideranças ligadas à associação da comunidade, nos termos do disposto no art. 17, parágrafo único, do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, acrescido de certificação da Fundação Cultural Palmares que reconheça como quilombola a comunidade a qual a pessoa candidata pertence.

3.17.1.2 Até o final do período de inscrição do concurso público, será facultado à pessoa candidata desistir de concorrer pelo sistema de reserva de vagas. A pessoa candidata que pretenda concorrer às vagas reservadas às pessoas quilombolas e que, no período das inscrições, não tenha requerido esta condição, não poderá fazê-lo posteriormente, e, consequentemente, concorrer às vagas de ampla concorrência.

3.17.2 A autodeclaração de pessoas quilombolas será confirmada mediante procedimento de verificação documental complementar, por comissão constituída pela Universidade Federal de Uberlândia.

3.17.3 Compete à comissão de verificação documental complementar a análise da documentação apresentada pela pessoa candidata que desejar concorrer às vagas reservadas às pessoas quilombolas.

3.17.4 A comissão de verificação documental utilizará exclusivamente os documentos anexados no ato da inscrição pela pessoa candidata, não sendo admitida, em nenhuma hipótese, a apresentação de documentos fora do período de inscrição.

3.17.5 A não confirmação da autodeclaração no procedimento de confirmação complementar à autodeclaração não enseja necessariamente a eliminação da pessoa candidata do certame, podendo ser admitida sua classificação nas vagas de ampla concorrência nas estritas hipóteses em que as circunstâncias do caso concreto não revelarem indícios de falsidade da autodeclaração, fraude, ou má-fé, desde que, tenha obtido nota suficiente para aprovação na ampla concorrência.

3.17.6 O parecer da comissão de verificação documental complementar que constatar a falsidade da autodeclaração deverá motivar a sua conclusão nos termos do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

3.17.7 O resultado provisório do procedimento de confirmação complementar à autodeclaração será publicado no endereço <www.portalselecao.ufu.br>, no prazo de 5(cinco) dias úteis, contados a partir da data de realização, no qual constarão os dados de identificação da pessoa candidata, a conclusão do parecer da comissão de verificação documental complementar a respeito da confirmação da autodeclaração e as condições para exercício do direito de recurso pelas pessoas interessadas.

3.17.8 Caberá recurso da decisão da Comissão de confirmação complementar à autodeclaração no prazo de 3(três) dias úteis, contados a partir da publicação do resultado provisório da avaliação no endereço <www.portalselecao.ufu.br>. Os recursos deverão ser direcionados à Presidência da comissão de confirmação complementar e enviados à Divisão de Provimento e Acompanhamento de Técnicos Administrativos - DIPAP, pelo e-mail dipap@reito.ufu.br. O resultado definitivo será divulgado no prazo de até 10 (dez) dias úteis.

3.17.9 O resultado definitivo do procedimento de confirmação complementar à autodeclaração também será publicado no endereço <www.portalselecao.ufu.br>, no qual constarão os dados de identificação da pessoa candidata e a conclusão final a respeito da autodeclaração.

3.17.10 A autodeclaração terá validade somente para o concurso público para o qual a pessoa candidata se inscreveu, não podendo ser aproveitada em outras inscrições ou concursos.

3.17.11 As pessoas candidatas autodeclaradas quilombolas que fizerem a opção pela reserva de vagas concorrerão, concomitantemente, às vagas reservadas pela Lei nº 15.142, de 03 de junho de 2025, bem como às vagas destinadas à ampla concorrência, podendo, ainda, se for o caso, concorrer às vagas reservadas a pessoas com deficiência (Lei nº 8.112/90, art. 5º, §2º), de acordo com a sua classificação no concurso, desde que atendidas as demais regras deste edital.

3.17.12 A pessoa candidata que optar por se declarar como quilombola, concorrerá em igualdade de condições com as demais pessoas candidatas, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para aprovação.

3.18 DAS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS INDÍGENAS

3.18.1 Para concorrer às vagas reservadas às pessoas indígenas, a pessoa candidata deverá no momento da inscrição anexar documentação comprobatória de pertencimento étnico, devendo apresentar:

3.18.1.1 Documento de identificação civil da pessoa candidata, expedido por órgão público reconhecido na forma estabelecida na legislação, com indicação de pertencimento étnico;

3.18.1.2 Documento de comunidade indígena ou de instituição ou organização representativa do povo ou grupo indígena que reconheça o pertencimento étnico da pessoa candidata, assinada por, no mínimo, três integrantes indígenas da respectiva etnia; ou

3.18.1.23 Outros documentos que, na forma estabelecida no edital, estejam aptos a confirmar o pertencimento étnico da pessoa candidata, tais como:

a)comprovantes de habitação em comunidades indígenas;

b)documentos expedidos por escolas indígenas;

c)documentos expedidos por órgãos de saúde indígena;

d)documentos expedidos pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas

- Funai ou pelo Ministério dos Povos Indígenas;

e)documentos expedidos por órgão de assistência social;

f)documentos constantes do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, instituído pelo art. 6º-F da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; e

g)documentos de natureza previdenciária.

3.18.2 Até o final do período de inscrição do concurso público, será facultado à pessoa candidata desistir de concorrer pelo sistema de reserva de vagas. A pessoa candidata que pretenda concorrer às vagas reservadas às pessoas indígenas e que, no período das inscrições, não tenha requerido esta condição, não poderá fazê-lo posteriormente, e, consequentemente, concorrer às vagas de ampla concorrência.

3.18.3 Compete à comissão de verificação documental complementar a análise documental da pessoa candidata que desejar concorrer em vagas reservadas a pessoas indígenas.

3.18.4 A comissão de verificação documental utilizará exclusivamente os documentos anexados no ato da inscrição pela pessoa candidata, não sendo admitida, em nenhuma hipótese, a apresentação de documentos fora do período de inscrição

3.18.5 A não confirmação da autodeclaração no procedimento de confirmação complementar à autodeclaração não enseja necessariamente a eliminação da pessoa candidata do certame, podendo ser admitida sua classificação nas vagas de ampla concorrência nas estritas hipóteses em que as circunstâncias do caso concreto não revelarem indícios de falsidade da autodeclaração, fraude, ou má-fé, desde que, tenha obtido nota suficiente para aprovação na ampla concorrência.

3.18.6 O parecer da comissão de verificação complementar que constatar a falsidade da autodeclaração deverá motivar a sua conclusão nos termos do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

3.18.7 O resultado provisório do procedimento de confirmação complementar à autodeclaração será publicado no endereço <www.portalselecao.ufu.br>, no prazo de 5(cinco) dias úteis, contados a partir da data de realização, no qual constarão os dados de identificação da pessoa candidata, a conclusão do parecer da comissão de verificação documental complementar a respeito da confirmação da autodeclaração e as condições para exercício do direito de recurso pelas pessoas interessadas.

3.18.8 Caberá recurso da decisão da comissão de verificação documental no prazo de 3(três) dias úteis, contados a partir da publicação do resultado provisório da avaliação no endereço <www.portalselecao.ufu.br>. Os recursos deverão ser direcionados à Presidência da comissão de verificação documental e enviados à Divisão de Provimento e Acompanhamento de Técnicos Administrativos - DIPAP, pelo e-mail dipap@reito.ufu.br. O resultado definitivo será divulgado no prazo de até 10 (dez) dias úteis.

3.18.9 O resultado definitivo do procedimento de confirmação complementar à autodeclaração também será publicado no endereço <www.portalselecao.ufu.br>, no qual constarão os dados de identificação da pessoa candidata e a conclusão final a respeito da autodeclaração.

3.18.10 A autodeclaração terá validade somente para o concurso público para o qual a pessoa interessada se inscreveu, não podendo ser aproveitada em outras inscrições ou concursos.

3.18.11 As pessoas candidatas autodeclaradas indígenas que fizerem a opção pela reserva de vagas concorrerão, concomitantemente, às vagas reservadas pela Lei nº 15.142, de 03 de junho de 2025, bem como às vagas destinadas à ampla concorrência, podendo, ainda, se for o caso, concorrer às vagas reservadas a pessoas com deficiência (Lei nº 8.112/90, art. 5º, §2º), de acordo com a sua classificação no concurso, desde que atendidas as demais regras deste edital.

3.18.12 A pessoa candidata que optar por se declarar como indígena para concorrer às vagas reservadas concorrerá em igualdade de condições com as demais pessoas candidatas, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para aprovação.

4.1 O concurso será realizado para o provimento de cargos dos níveis "E", do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos da Educação (PCCTAE), de acordo com o número de vagas correspondentes, conforme Tabela 1.

4.2 As pessoas candidatas classificadas nesse concurso, nomeadas para ocupar os cargos descritos na Tabela 1, serão lotadas e terão exercício na Universidade Federal de Uberlândia, em quaisquer das cidades: Uberlândia, Ituiutaba, Patos de Minas e Monte Carmelo e em quaisquer outros campi que possam surgir.

4.3 As vagas que posteriormente forem destinadas à UFU, no prazo de validade deste concurso e referentes ao cargo mencionado neste edital, deverão ser preenchidas de acordo com a ordem de nomeação pessoas candidatas, disposta no edital de homologação de resultado final deste concurso público, conforme critérios de alternância e proporcionalidade, que serão lotadas em quaisquer das unidades da Universidade, nas cidades de Uberlândia, Ituiutaba, Monte Carmelo, Patos de Minas, e em quaisquer outros campi que possam surgir, de acordo com o interesse da Instituição.

4.4 O cargo de "Médico Veterinário/Animais de Laboratório", terá carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme disposto no art. 43, da Lei nº 12.702/2012.

4.4.1 O cumprimento da jornada de trabalho poderá ocorrer em turno diurno, noturno, turnos de revezamento, regime de plantão, feriados, finais de semana, de acordo com as necessidades da Instituição.

5.1 As inscrições serão realizadas por meio da Internet, no endereço <www.portalselecao.ufu.br>, no período de 13 de fevereiro de 2026 até o dia 09 de março de 2026.

5.2 O valor da inscrição será de R\$ 149,00 (cento e quarenta e nove reais) para todos os cargos. O pagamento deverá ser efetuado no período de 13 de fevereiro de 2026 até o dia 10 de março de 2026, exclusivamente por meio do boleto gerado no site <www.portalselecao.ufu.br>, para esse fim, ao final do processo de inscrição, sob pena de não ser confirmada a inscrição.

5.3 Atendimento Especializado. A pessoa candidata com necessidades especiais para a realização da prova será atendida em setores destinados para este fim, exclusivamente na cidade de Uberlândia, devendo informar o tipo de necessidade no ato da inscrição.

5.3.1 No ato da inscrição, a pessoa candidata deverá informar, em campo

próprio do sistema de inscrição, a condição que motiva a solicitação de atendimento, de acordo com as opções apresentadas:

a) Pessoas com baixa visão, cegueira, visão monocular, deficiência física, deficiência auditiva, surdez, deficiência intelectual (mental), surdocegueira, dislexia, déficit de atenção, autismo (TEA), TDAH - Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade e discalculia, fibromialgia; e

b) Pessoa com outra condição específica (com detalhamento).

5.3.2 A pessoa candidata deverá, no período de 13 de fevereiro de 2026 a



9 de março de 2026, no Sistema de Inscrição On-Line, fazer upload, na etapa <Documentos> da inscrição, de cópia digitalizada de Laudo médico, atualizado, emitido nos últimos 12 meses da data de publicação desse edital. O laudo deve atestar expressamente a espécie e o grau ou nível das situações previstas no subitem 5.3.1. desse edital, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença (CID-10), bem como conter a assinatura e o carimbo do(a) médico(a) com o número do seu registro no Conselho Regional de Medicina (CRM), registro do Ministério da Saúde (RMS) ou registro de órgão competente. O laudo médico também deve indicar o atendimento necessário, dentre os previstos no subitem 5.3.3. desse edital, justificando o Atendimento Especializado solicitado.

5.3.3 No ato da inscrição, na etapa <Atendimentos> do Sistema de Inscrição On-Line, a pessoa candidata deverá informar o auxílio ou o recurso de acessibilidade de que necessitar, de acordo com as seguintes opções:

Auxílio para leitura;

Auxílio para transcrição;

Tradutor-intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para sanar eventuais dúvidas, fornecer informações sobre o certame e(ou) traduzir a prova durante sua aplicação, sempre que solicitado pelo(a) candidato(a) surdo(a) ou com deficiência auditiva;

Caderno de prova ampliado com letra em tamanho 20;

Ampliação do tempo de realização das provas em até 01 (uma) hora;

Local de fácil acesso interno e externo;

Mobiliário acessível disponível na UFU;

Uso de aparelho auditivo;

Necessidade de alimentação periódica;

Uso de medidor de glicose e(ou) uso de bomba para infusão de insulina; XI - Outros (seguido de detalhamento).

5.3.4 A pessoa candidata que fizer uso de marca-passos, pino, prótese, placa/tala ou que tenha qualquer outro objeto metálico não visível alojado ao corpo (como projéteis) ou, ainda, em caso de gestações de risco e de acidente, que necessite de vistoria de segurança diferenciada durante a realização das provas e das demais fases do concurso, deverá solicitar Atendimento Especializado informando a situação.

5.3.5 Para cumprimento do disposto no subitem 5.3.4., a pessoa candidata deverá no ato de inscrição, na seção Atendimentos, solicitar o Atendimento Especializado na modalidade XI do subitem 5.3.3. especificando a situação, bem como anexando laudo médico comprobatório e demais documentos que julgar necessário.

5.3.6 A UFU não se responsabilizará por nenhum tipo de deslocamento da pessoa candidata com necessidades especiais.

5.3.7 A pessoa candidata que solicitar Atendimento Especializado para cegueira, surdocegueira, baixa visão e (ou) visão monocular, cuja documentação que comprove a condição que motiva a solicitação, seja aprovada pela UFU, poderá utilizar material próprio: máquina Perkins, reglete, punção, sorobá ou cubaritmo, caneta de ponta grossa, tiposcópio, assinador, óculos especiais, lupa, telelupa, luminária, tábuas de apoio e ser acompanhado por cão guia. Os recursos serão vistoriados pelo aplicador.

5.3.8 A pessoa candidata que solicitar Atendimento Especializado para deficiência auditiva, surdez ou surdocegueira, cuja documentação que comprove a condição que motiva a solicitação, seja aprovada pela UFU, poderá utilizar aparelho auditivo e implante coclear.

5.3.9 Na ausência de Laudo Médico nos padrões estabelecidos no subitem 5.3.2., a pessoa candidata não terá assegurado o atendimento requerido.

5.3.10 A pessoa candidata deverá prestar informações exatas e fidedignas no sistema de inscrição sobre a condição que motiva a solicitação de atendimento e de auxílio ou recurso de acessibilidade, sob pena de responder por crime contra a fé pública e de ser eliminada do exame, a qualquer tempo.

5.4 Atendimento Específico - Lactante. Fica assegurado à mãe o direito de amamentar seus filhos de até 6 (seis) meses de idade durante a realização de provas, desde que solicite Atendimento Específico nos termos deste edital, informando a opção <Lactante>, na etapa <Atendimentos> do Sistema de Inscrição On-Line.

5.4.1 Além de solicitar atendimento específico para tal fim, a candidata lactante deverá, durante o processo de inscrição on-line, no período de 13 de fevereiro de 2026 a 09 de março de 2026, fazer upload da cópia da certidão de nascimento da criança e da cópia do documento de identificação do(a) acompanhante.

5.4.2 No(s) dia(s) de realização da(s) prova(s), a candidata descrita no subitem 5.4, que tiver seu requerimento deferido, deverá levar um(a) acompanhante adulto(a), que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança.

5.4.3 A candidata que tiver necessidade de amamentar terá assegurada a compensação do tempo despendido na amamentação em igual período, tempo este que pode ser de até 30 (trinta) minutos, por criança, a cada intervalo de 2 (duas) horas.

5.4.4 A candidata que não levar acompanhante não realizará as provas, pois a UFU não disponibilizará acompanhante para guarda de criança.

5.4.5 A candidata que solicitar o atendimento específico a lactantes e tiver seu pedido deferido, mas não levar a criança com o(a) acompanhante no dia da aplicação da prova, não terá direito à ampliação do tempo de prova.

5.4.6 É vedado ao(a) acompanhante da candidata lactante o acesso às salas de provas.

5.4.7 O(A) acompanhante da candidata lactante deverá cumprir as obrigações constantes deste edital, sob pena de eliminação da candidata.

5.4.8 Qualquer contato, durante a realização das provas, entre a candidata lactante e o(a) acompanhante responsável deverá ser presenciado por um(a) aplicador(a).

5.4.9 Não será permitida a entrada do(a) lactante e de seu(sua) acompanhante responsável após o fechamento dos portões.

5.4.10 A candidata lactante não poderá ter acesso à sala de provas acompanhada do(a) lactante.

5.4.11 Não será permitida, em hipótese alguma, a permanência do(a) lactante no local de realização do exame sem a presença de um(a) acompanhante adulto(a) responsável.

5.4.12 Na ausência da Certidão de Nascimento da criança, do Documento de Identidade do(a) acompanhante, a candidata lactante não terá assegurado o atendimento requerido.

5.5 Atendimento Específico - Nome Social. De acordo com o Decreto nº 8.727, de 28 de abril 2016 e a Instrução Normativa Conjunta MGI/MDHC nº 54, de 29 de agosto de 2024, a pessoa candidata travesti, transexual ou transgêneros (pessoa que se identifica e quer ser reconhecida socialmente em consonância com sua identidade de gênero), que desejar atendimento pelo nome social na divulgação dos resultados, homologação e eventual nomeação, poderá solicitar a inclusão e uso do nome social, na etapa <Atendimentos> do Sistema de Inscrição On-Line, no período de 13 de fevereiro a 09 de março de 2026.

5.5.1 As pessoas candidatas travestis, transexuais ou transgêneros que realizaram a alteração do nome civil no Registro Civil (certidão de nascimento) e demais documentos pessoais, deverão realizar a inscrição no processo seletivo conforme o novo nome civil registrado sob pena de indeferimento da inscrição.

5.5.2 No ato da inscrição on-line, a pessoa candidata deverá realizar o upload dos seguintes documentos:
fotografia atual nítida, individual, colorida, com fundo branco que enquadre desde a cabeça até os ombros, de rosto inteiro sem o uso de óculos escuros e artigos de chaparia, tais como: boné, chapéu, viseira, gorro ou similares;

cópia da frente e do verso de um dos documentos de identificação oficial válido, legível e com foto.

5.5.3 A pessoa candidata que solicitar atendimento específico para utilização do nome social deverá informar o nome social completo no campo próprio do sistema, sob pena de indeferimento da solicitação.

5.5.4 Na ausência da solicitação no ato da inscrição e envio da documentação exigida no subitem 5.5.2., a pessoa travesti, transexual ou transgênero não terá assegurada a utilização do nome social.

5.5.5 Nas publicações no Diário Oficial da União, nas listas de publicações no site da UFU e em todas as etapas ou fases do concurso será utilizado o nome social.

5.6 As solicitações de que tratam os subitens 5.3, 5.4 e 5.5, ou qualquer outro tipo de solicitação de atendimento especializado e/ou específico, deverão ser indicadas no processo de inscrição on-line, nas respectivas etapas de inscrição e no relatório médico atualizado, quando aplicável.

5.7 Não caberá recurso contra o indeferimento do requerimento de Atendimento Especializado e(ou) Específico.

5.8 Em situações específicas de urgência, por motivo de caso fortuito ou força maior, que surgirem após o período indicado no subitem 5.5. e que alterarem a situação da pessoa candidata, será autorizada a solicitação de Atendimento Especializado e(ou) Específico fora do prazo e do sistema de Inscrição On-line.

5.9 Para cumprimento do disposto no subitem 5.8., a pessoa interessada deverá encaminhar a documentação exigida nos subitens 5.3.2., 5.4.1. e 5.5.2, conforme o caso, para o endereço <atendimento@dirps.ufu.br> juntamente com o tipo de atendimento necessário e a justificativa, até às 16h do penúltimo dia útil antes da realização da prova.

5.10 A UFU divulgará o resultado da solicitação de atendimento especializado e (ou) específico na Ficha de Inscrição.

5.11 Não serão considerados válidos documentos apresentados por correio eletrônico, pelos Correios ou entregues no dia de aplicação das provas, mesmo que estejam em conformidade com o estabelecido neste edital.

5.12 A UFU não se responsabiliza pelo não recebimento dos documentos, devido a quaisquer motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, procedimento indevido da pessoa candidata, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência de dados, sendo de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata acompanhar a situação de sua inscrição.

5.13 Conferência e retificação de dados . A pessoa candidata poderá, durante o período de inscrição, retificar sua opção de vaga, modalidade de concorrência e dados pessoais, no endereço <www.portalselecao.ufu.br>, por meio do Sistema de Inscrição On-Line, usando o número de seu CPF e senha pessoal.

5.13.1 Não é possível a retificação do número de CPF da pessoa candidata e, após o encerramento das inscrições, não serão aceitas quaisquer modificações em nenhum dos dados informados pela pessoa candidata.

5.14 Questionário Socioeconômico-cultural. Esse questionário deverá ser preenchido eletronicamente e as informações fornecidas comporão o banco de dados da pessoa candidata. A pessoa candidata se responsabiliza pelos dados informados e estará sujeita às penalidades da lei e a eventuais perdas de oportunidade em decorrência de dados inexatos e inverídicos.

5.15 Deferimento das inscrições.

5.15.1 O deferimento das inscrições estará disponível no endereço <www.portalselecao.ufu.br>, no dia 16 de março de 2026.

5.16 Isenção.

5.16.1 A pessoa candidata oriunda de família de baixa renda ou que já tenha doado medula óssea em entidades reconhecidas pelo Ministério da Saúde, poderá solicitar isenção do pagamento de taxa de inscrição.

5.16.2 A isenção deverá ser solicitada em etapa específica do Sistema de Inscrição On-Line, acessado pelo endereço <www.portalselecao.ufu.br>, no período de 13 a 24 de fevereiro de 2026.

Para pessoa candidata oriunda de família de baixa renda, mediante solicitação, com a indicação no Sistema de Inscrição On-Line d o Número de Identificação Social - NIS associado à pessoa candidata, atribuído pelo CadÚnico;

Para a pessoa candidata doadora de medula óssea, mediante solicitação no Sistema de Inscrição On-Line e upload do atestado ou laudo emitido por médico(a) de entidade reconhecida pelo Ministério da Saúde, juntamente com a data da efetiva doação, nos termos da Lei nº 13.656, de 30 de abril de 2018.

5.16.3 Não caberá recurso contra o indeferimento do requerimento de isenção da taxa de inscrição.

5.16.4 Caberá à pessoa candidata realizar consulta no endereço <www.portalselecao.ufu.br>, por meio dos <Detalhes da sua Inscrição>, após acesso com seu CPF e senha pessoal, para verificar o resultado de seu pedido de isenção da taxa de inscrição, a partir do dia 03 de março de 2026.

5.16.5 A pessoa candidata que tiver seu pedido de isenção indeferido deverá efetuar o pagamento da taxa devida no prazo estipulado no subitem 5.2 deste edital.

5.16.6 A pessoa candidata que tiver o seu pedido de isenção indeferido e que não efetuar o pagamento da taxa de inscrição, na forma e no prazo estabelecido no subitem 5.2, terá sua inscrição indeferida nesse concurso.

5.16.7 O comprovante de pagamento deverá ser mantido com a pessoa candidata, pois poderá lhe ser solicitado pela Diretoria de Processos Seletivos - DIRPS.

5.16.8 Não serão aceitas solicitações de isenção da taxa de inscrição realizadas fora do Sistema de Inscrição On-Line e fora do período de solicitação.

5.17 A pessoa candidata poderá verificar a confirmação do pagamento da taxa de inscrição no Sistema de Inscrição On-Line, acessando os <Detalhes da sua Inscrição>, disponível no endereço <www.portalselecao.ufu.br>, em até 3 (três) dias úteis a partir da data em que o boleto foi pago. Só será efetivada a inscrição cujo pagamento for confirmado pela UFU.

5.17.1 Caso o pagamento da pessoa candidata não tenha sido confirmado, ela deverá entrar em contato com a DIRPS até 13 de março de 2026, por meio da opção <Atendimento - Solicitar Atendimento> na página inicial do endereço <www.portalselecao.ufu.br>.

5.18 Ficha de Inscrição.

5.18.1 A Ficha de Inscrição, que será a convocação para realização do concurso, estará disponível no endereço <www.portalselecao.ufu.br>, a partir do dia 23 de março de 2026. Além de informações sobre a sua identificação, nela também constarão data, horário e local onde a pessoa candidata realizará sua prova (endereço, campus, bloco e setor) e informações sobre solicitação de atendimento especializado e (ou) específico, quando aplicável.



6.1 O Concurso Público será realizado em uma duas fases, sendo:

6.1.1 Prova Objetiva, contendo as provas de Conhecimentos Gerais e Conhecimentos Específicos, que constarão de questões objetivas de múltipla escolha, de caráter eliminatório e classificatório e versarão sobre os conteúdos programáticos constantes do Anexo II deste Edital. Será eliminada do concurso público a pessoa candidata que obtiver quantidade de acertos inferior a 12 (doze) nas questões de Conhecimentos Específicos da Prova Objetiva.

6.2 Cada questão de múltipla escolha constará de 4 alternativas com apenas uma alternativa a ser assinalada como resposta, respeitando-se o enunciado.

6.3 As disciplinas, a quantidade de questões e os pesos atribuídos a cada disciplina estão apresentados na Tabela 2.

Tabela 2: Distribuição das disciplinas, número de questões e pontuações.

Disciplinas	Número de Questões	Número mínimo de acertos	Peso
Língua Portuguesa	10	-	1
Noções de Informática	5	-	1
Legislação	5	-	1
Conhecimentos Específicos	20	12	2
Total	40		

6.4 A pessoa candidata que não comparecer ao(s) local(is) e nos horários indicados na convocação para realização da prova objetiva do Concurso Público, será eliminada.

6.5 É de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata obter todas as informações referentes à sua convocação.

6.6 Segunda fase: Prova Prática.

6.7 Para a segunda fase serão classificadas até duas vezes o número máximo de pessoas candidatas no cargo de Médico Veterinário/Animais de Laboratório, segundo o quantitativo apresentado no Anexo I deste edital.

6.8 O quantitativo de pessoas candidatas classificadas para a segunda fase por modalidade de concorrência (Ampla Concorrência, Pessoas Candidatas Pretas, Pardas, Indígenas, Quilombolas e Pessoas com Deficiência) observará os critérios alternância de proporcionalidade.

7.1 A prova objetiva será aplicada, pela Diretoria de Processos Seletivos (DIRPS) da UFU, no dia 29 de março de 2026, em Uberlândia, com início previsto para as 10 horas, com duração de 03 horas.

7.2 No dia da prova, a pessoa candidata deverá comparecer ao local de realização informado na Ficha de Inscrição com, pelo menos, 45 (quarenta e cinco) minutos de antecedência do horário de início da realização da prova.

7.3 Os portões de acesso ao bloco (prédio), onde serão realizadas as provas, serão abertos às 09 horas e fechados, pontualmente, às 09 horas e 45 minutos.

7.4 Em nenhuma hipótese será permitida a entrada de candidatos e acompanhantes das candidatas lactantes após às 09 horas e 45 minutos.

7.5 A pessoa candidata deverá trazer os seguintes itens para realizar a prova:
Via original de documento oficial de identidade com foto (serão aceitos Documentos digitais com foto (e-Título, CNH digital e RG digital) apresentados nos respectivos aplicativos oficiais ou no aplicativo Gov.br);

Ficha de Inscrição; e

Caneta esferográfica (tinta azul ou preta, com corpo transparente). Somente poderá ser utilizada caneta com estas características.

7.5.1 A pessoa candidata poderá trazer:

Recipiente de álcool em gel de uso individual, desde que o frasco seja transparente; e

Garrafa de água transparente e lanche de rápido consumo sem rótulos, desde que em embalagem transparente e que seja submetido à verificação por parte do(a) fiscal para inspecionar se a embalagem não possui anotações ou outro material não permitido.

7.6 Serão considerados Documentos de Identidade: Cédulas de Identidade expedidas por Secretarias de Segurança Pública, Forças Armadas, Polícia Civil, Polícia Militar e Polícia Federal; Identidade expedida pelo Ministério da Justiça para estrangeiros, inclusive aqueles reconhecidos como refugiados, em consonância com a Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997; Protocolo Provisional de Solicitação de Refúgio emitido pelo Departamento de Polícia Federal, por força dos artigos 21 e 22 da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997; Carteira de Registro Nacional Migratório de que trata a Lei nº 13.445 de 24 de maio de 2017; Documento Provisional de Registro Nacional Migratório de que trata o Decreto nº 9.277 de 5 de fevereiro de 2019; Identificação fornecida por ordens ou conselhos de classes que, por lei, tenha validade como documento de identidade; Carteira de Trabalho e Previdência Social, emitida após 27 de janeiro de 1997; Certificado de Dispensa de Incorporação; Certificado de Reservista com fotografia; Passaporte; Carteira Nacional de Habilitação com fotografia, na forma da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; ou Identidade funcional em consonância com o Decreto nº 5.703, de 15 de fevereiro de 2006, recusando-se fé apenas àqueles documentos cujo estado de conservação, distância temporal ou dúvida sobre autenticidade impossibilite a completa identificação dos caracteres essenciais. A Carteira de Estrangeiro ou Passaporte Visado são documentos válidos para pessoa candidata estrangeira.

7.6.1 Não serão aceitos documentos de identificação que não estejam listados no subitem 7.6, como: protocolos; Certidão de Nascimento; Certidão de Casamento; Título Eleitoral; Carteira Nacional de Habilitação em modelo anterior à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; Carteira de Estudante; Registro Administrativo de Nascimento Indígena (Rani); crachás e identidade funcional de natureza privada; ou ainda cópias de documentos válidos, mesmo que autenticadas.

7.6.2 O documento deverá estar dentro do prazo de validade, quando for o caso, e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e de sua assinatura. Não serão aceitos documentos, ilegíveis ou danificados, nem aqueles em que conste "Não alfabetizado" ou "Infantil".

7.6.3 Documentos digitais com foto (e-Título, CNH digital, RG digital e CIN digital) deverão ser apresentados exclusivamente nos respectivos aplicativos oficiais ou no aplicativo Gov.br.

7.6.4 Não serão aceitas cópias on-line, foto do documento impresso ou on-line, print de tela ou arquivo no formato PDF que o aplicativo possa vir a gerar.

7.6.5 Nos casos em que for apresentado documento digital para fins de identificação, a UFU não se responsabilizará por eventuais falhas ou inoperância dos aplicativos oficiais, ausência de sinal de Internet ou qualquer situação que impossibilite a apresentação do documento em formato digital.

7.6.6 A pessoa candidata impossibilitada de apresentar a via original de documento oficial de identificação com foto nos dias de aplicação por motivo de extravio, perda, furto ou roubo poderá realizar as provas, desde que:

apresente boletim de ocorrência, expedido por órgão policial a, no máximo, 90 dias da data de aplicação da prova; e

se submeta a identificação especial, que compreende a coleta de informações pessoais, da assinatura em formulário próprio e permita ser fotografada.

7.6.7 A pessoa candidata não poderá permanecer no local de aplicação das provas, assim entendido como as dependências físicas onde será realizada a prova, sem documento de identificação válido, conforme subitem 7.6. do edital.

7.7 Será proibida à pessoa candidata portar, durante a realização da prova objetiva, sob pena de ser retirada do local e ter a sua prova anulada, os itens relacionados abaixo: telefones celulares, relógios, bipes, pagers, smartwatches, agendas eletrônicas ou similares, smartphones, tablets, ipod®, gravadores, pendrives, aparelhos de mp3 ou similares, fone de ouvido, headphone ou similares, chave codificada, aparelhos eletrônicos ou similares; calculadora, lápis, borracha, régua, compasso, escalímetro, estiletes, corretores líquidos, impressos (de quaisquer tipos), anotações ou similares; óculos escuros, bolsas, bonés, chapéus, bottons, broches, pulseiras, brincos; cabelos longos soltos; e armas de qualquer espécie.

7.7.1 Ao se inscrever para o concurso de que trata o presente edital a pessoa candidata autoriza a UFU, caso entenda necessário, a proceder à revista pessoal. A pessoa candidata terá, automaticamente, sua prova anulada e será retirado do local de realização, caso esteja portando, durante a realização da prova, mesmo que desligado, qualquer aparelho eletrônico ou de telecomunicações.

7.7.2 A UFU não se responsabilizará pelo paradeiro de material de utilização proibida no local de realização das provas, que seja trazido pela pessoa candidata.

7.7.3 A pessoa candidata que deixar aparelhos eletrônicos emitirem qualquer tipo de som durante a prova será eliminada.

7.8 Somente será permitido o uso de aparelho auditivo àquela pessoa candidata que tiver declarado necessidade auditiva no ato da inscrição e enviado comprovação médica.

7.9 As folhas do caderno de questões não poderão ser destacadas. Além da Folha de Respostas e do caderno de questões, nenhum outro papel poderá ser utilizado.

7.9.1 A pessoa candidata deverá verificar se os dados contidos na Folha de Respostas (nome, número de inscrição, número de documento de identidade e opção de cargo) correspondem aos de sua inscrição.

7.10 Salvo nos casos de Atendimento Especializado e (ou) Específico, em nenhuma outra hipótese haverá aplicação da prova em horários diferentes dos estabelecidos nesse edital.

7.11 Antes de entrar na sala de realização de prova (setor), a pessoa candidata deverá:

guardar todos os pertences, incluindo aparelhos celulares, dispositivos eletrônicos transmissores de ondas ou outros objetos não permitidos, dentro do envelope plástico de segurança fornecido pelos fiscais; e

apresentar documento oficial de identificação.

7.12 Uma vez na sala ou no local de realização das provas, a pessoa candidata deverá:

conferir, antes do início da prova, se não está portando aparelhos celulares ou qualquer dispositivo eletrônico ou outros objetos proibidos;

ouvir atentamente as instruções dos fiscais;

aguardar o recebimento do Caderno de Questões da prova;

ler com atenção as instruções contidas na capa do Caderno de Questões e assinar;

verificar, quando autorizado pelo(a) fiscal, se há falhas de impressão em seu caderno de questões e em sua Folha de Respostas.

Caso haja, solicitar ao(a) fiscal a troca; e

aguardar a autorização do início da prova pelo fiscal para abrir e(ou) escrever no Caderno de Questões ou na Folha de Respostas.

7.13 A pessoa candidata não poderá abrir e(ou) fazer qualquer anotação no Caderno de Questões ou na Folha de Respostas, até que seja autorizado o início da prova pelo(a) fiscal, sob pena de eliminação do concurso público.

7.14 A pessoa candidata deverá permanecer no local onde estiver realizando a prova até o final, do assim denominado, Período de Sigilo. O Período de Sigilo será informado no local de prova. É de responsabilidade da pessoa candidata a entrega da Folha de Respostas ao(a) fiscal de sala, não sendo permitido que a mesma não seja entregue pela pessoa candidata, sob pena de anulação da prova.

7.14.1 O Período de Sigilo deverá ser respeitado, inclusive, pela pessoa candidata eliminada, que deverá aguardar dentro do local reservado à Coordenação do processo.

7.15 Expirado o prazo para realização das provas, os(as) fiscais solicitarão à pessoa candidata a interrupção definitiva da execução das provas e a entrega da Folha de Respostas. A pessoa candidata que se recusar a atender à solicitação terá sua prova automaticamente anulada.

7.15.1 Antes de expirado o prazo para realização das provas, pelo menos 3 (três) pessoa candidata deverão permanecer na sala de provas até que todas entreguem suas Folhas de Respostas.

7.16 De acordo com a legislação vigente (Art. 2º da Lei 9.294, de 15/07/1996 e Art. 3º do Decreto 2.018, de 01/10/1996), não será permitido que as pessoa candidata fumem durante a realização das provas.

7.17 A pessoa candidata que provocar qualquer tumulto, prejudicando o regular andamento da prova, ou se recusar a atender ao que lhe for solicitado pelos fiscais, conforme norma da UFU, será retirado do local de prova e terá, automaticamente, sua prova anulada.

7.18 Durante a realização das provas, não poderão ser prestados esclarecimentos sobre as questões.

7.19 É expressamente proibida qualquer comunicação entre as pessoa candidatas durante a prova, sob pena de anulação da mesma.

7.20 Somente serão permitidos lanches de rápido consumo armazenados em recipientes com material transparente e sem rótulo. O recipiente de água também deverá ser transparente e sem rótulo.

7.21 A prova prática do cargo de Médico Veterinário/Animais de Laboratório, será aplicada pela Unidade interessada ou pela Diretoria de Processos Seletivos (DIRPS) da UFU, conforme relação das pessoas candidatas classificadas para a segunda fase, e demais informações, caso sejam necessárias, que serão dispostos no site <www.portalselecao.ufu.br>.

7.22 No dia da prova prática, a pessoa candidata deverá comparecer ao local de realização informado no endereço <www.portalselecao.ufu.br> portando documento oficial de identidade com foto.

8.1 PROVA OBJETIVA. As questões da Prova Objetiva estarão agrupadas em um caderno, em cujas páginas poderá haver a indicação do tipo de prova (Tipo 1, Tipo 2, Tipo 3 ou Tipo 4) e que a pessoa candidata deverá marcar na Folha de Respostas, que lhe será entregue no dia da prova.

8.2 Folha de Respostas.

8.2.1 Haverá uma Folha de Respostas única para todas as disciplinas.

8.2.2 A Folha de Respostas estará com numeração das questões: de 01 a 40 (de um a quarenta).



8.2.3 A pessoa candidata deverá conferir seu nome e número de inscrição. Se esses dados estiverem corretos, deverá escrever a frase determinada em local próprio. A pessoa candidata também deve marcar a célula correspondente ao tipo de sua prova.

8.2.4 Se a pessoa candidata deixar de assinalar ou assinalar incorretamente o tipo de prova, esta será corrigida com o gabarito do tipo de prova que lhe conferir a menor pontuação.

8.2.5 A pessoa candidata deverá ser cuidadosa ao marcar as respostas das questões objetivas, pois não haverá substituição da Folha de Respostas.

8.2.6 A pessoa candidata deverá preencher completa e adequadamente a célula correspondente à sua resposta, utilizando a caneta esferográfica (tinta azul ou preta).

8.2.7 A pessoa candidata terá sua resposta da questão objetiva anulada se:

houver qualquer tipo de marcação de duas ou mais opções;

a marcação for apenas um traço, uma cruz ou a letra "x";

a célula correspondente à sua resposta não estiver completamente marcada;

forem ultrapassados os limites da área que deve ser preenchida;

houver rasuras na folha, que prejudiquem a leitura opto-eletromecânica (se a rasura tiver sido feita por material proibido e houver registro em ata, pelo(a) fiscal de sala, a pessoa candidata será eliminada).

8.2.8 A pessoa candidata não deverá destacar nenhuma parte da Folha de Respostas e nem escrever nos espaços reservados à UFU, sob pena de anulação da prova.

8.2.9 Será eliminada do processo seletivo nesta fase, a pessoa candidata que:

não comparecer no local de prova no horário previsto;

retirar-se do recinto da prova, durante sua realização, sem a devida autorização;

utilizar durante as provas os itens listados no 7.7 deste edital;

não apresentar documento de identificação ou apresentar documentação diversa da exigida em edital;

não obter o mínimo de aproveitamento exigido na prova objetiva;

faltar com a devida cortesia para com qualquer dos(as) examinadores(as), seus(suas) auxiliares, autoridades presentes e(ou) pessoas candidatas;

for surpreendido dando e(ou) recebendo auxílio para a execução da prova ou tentar usar de meios fraudulentos e(ou) ilegais para a realização da prova; e perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

8.2.10 PROVA PRÁTICA . A UFU divulgará no endereço

<www.portalselecao.ufu.br>, no dia 27 de abril de 2026 a relação das pessoas candidatas classificadas para a segunda fase, prova prática.

8.2.11 A prova prática para o cargo de Médico Veterinário/Animais de Laboratório será aplicada no dia 10 de maio de 2026.

8.2.12 Só farão a prova prática aquelas pessoas candidatas não eliminadas e classificadas na primeira fase de acordo com a quantidade previamente estabelecida no subitem 6.7 deste edital.

8.2.13 Os critérios de avaliação da prova prática para o cargo de Médico Veterinário/Animais de Laboratório estão disponíveis no Anexo III deste Edital.

8.2.14 Informações complementares sobre a prova prática serão publicadas no dia 28 de abril de 2026, no endereço <www.portalselecao.ufu.br>.

8.2.15 Será divulgada, no endereço <www.portalselecao.ufu.br>, a relação dos componentes das bancas examinadoras da prova prática no dia 28 de abril de 2026 até às 11h, conforme portaria R. 1.870, de 29 de novembro de 2012.

8.2.16 Poderão ser interpostos recursos contra a composição das bancas examinadoras das provas práticas de 28 de abril de 2026 a partir das 11h até 30 de abril de 2026 até às 11h. A pessoa candidata deverá acessar o endereço <www.portalselecao.ufu.br> e seguir as instruções ali contidas.

8.2.17 As respostas aos recursos contra a composição da banca examinadora das provas práticas estarão disponíveis no endereço <www.portalselecao.ufu.br> até o dia 05 de maio de 2026.

8.2.18 A prova prática tem caráter eliminatório, totalizando 100 (cem) pontos. Serão considerados(as) reprovadas as pessoas candidatas que obtiverem nota menor que o percentual mínimo de 60% (sessenta por cento).

8.2.19 Em hipótese alguma haverá segunda chamada para realização da prova prática, sendo atribuída nota 0 (zero) à(às) pessoa(as) candidata(as) ausente(s) ou retardatária(as), seja qual for o motivo alegado.

8.2.20 Não haverá tratamento diferenciado a nenhuma pessoa candidata, sejam quais forem as circunstâncias alegadas, tais como alterações orgânicas ou fisiológicas permanentes ou temporárias, deficiências, estados menstruais, indisposições, cãibras, contusões, gravidez ou outras situações que impossibilitem, diminuam ou limitem a capacidade física e(ou) orgânica da pessoa candidata, sendo que a pessoa candidata deverá realizar os referidos testes de acordo com o escalonamento previamente efetuado, o qual será realizado de forma aleatória.

8.2.21 Será eliminada do concurso público nesta fase, a pessoa candidata que:

não comparecer no local de prova no horário previsto;

retirar-se do recinto da prova, durante sua realização, sem a devida autorização;

acessar durante a prova prática telefones celulares, tablets, smartwatches, aparelhos eletrônicos ou similares, impressos, anotações ou similares, salvo aqueles permitidos em edital;

não apresentar documento de identificação ou documentação diversa exigida em edital;

não obter o mínimo de aproveitamento exigido na prova prática;

faltar com a devida cortesia para com qualquer dos(as) examinadores(as), seus(suas) auxiliares, autoridades presentes e(ou) pessoa(as) candidata(as);

for surpreendido dando e(ou) recebendo auxílio para a execução dos testes ou tentar usar de meios fraudulentos e(ou) ilegais para a realização da prova; e

perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;

8.2.22 A prova prática deverá ser gravada em áudio e vídeo, para fins de registro, avaliação e recurso, sem cortes ou interrupções de gravação. O conteúdo das gravações não poderá ser consultado por terceiros estranhos ao concurso, salvo autorização expressa da pessoa candidata detentora do direito de imagem, de acordo com o que dispõe a Lei nº 12.527/2011.

8.2.23 A divulgação do resultado da prova prática, juntamente com seu espelho de correção, ocorrerá após às 16h do dia 19 de maio de 2026, no endereço <www.portalselecao.ufu.br>.

8.2.24 Caberá recurso contra o resultado da prova prática, das 16h do dia 19 de maio de 2026 até às 16h do dia 21 de maio de 2026. A pessoa candidata deverá acessar o endereço <www.portalselecao.ufu.br> e seguir as instruções ali contidas.

8.2.25 As respostas aos recursos contra o resultado da prova prática estarão disponíveis no endereço <www.portalselecao.ufu.br> até o dia 28 de maio de 2026.

9.1 A Nota Final da pessoa candidata no Concurso Público será determinada padronizando-se os seus Escores Brutos (EBs) obtidos na prova objetiva, com exceção do cargo com prova prática.

9.2 Padronização é a operação utilizada para cálculo dos denominados Escores Padronizados (EPs), que são a referência para a comparação dos Escores Brutos de uma pessoa candidata com os Escores Brutos das demais candidatas ao mesmo cargo. A padronização dos resultados permite uma avaliação comparativa entre as pessoas candidatas, considerando o seu desempenho nas diferentes disciplinas avaliadas. A equação estatística que permite calcular o Escore Padronizado (EP) é apresentada abaixo. O Desvio Padrão (S) é uma medida de grandeza da dispersão dos Escores Brutos (EB) em torno da Média (X): escores concentrados em torno da Média possuem pequeno Desvio Padrão; escores afastados da Média, grande Desvio Padrão.

(EQUAÇÃO 1)

$EP = 500 + 100 (EB - X)/S$

Em que:

EP: Escore Padronizado da pessoa candidata a um cargo em uma determinada disciplina;

EB: Escore Bruto da pessoa candidata nessa disciplina;

X: Média dos EBs de todas as pessoas candidatas para o mesmo cargo não reprovados nessa disciplina (subitem 6.1.1);

S: Desvio Padrão dos EBs de todas as pessoas candidatas para o mesmo cargo não reprovadas nessa disciplina (subitem 6.1.1).

A equação acima permite verificar de quantos pontos padronizados a pessoa candidata difere da média.

Para determinação do Escore Padronizado da Prova Objetiva (EPPO), calcula-se, para cada pessoa candidata não reprovada, a média ponderada dos escores padronizados das disciplinas da prova objetiva, ou seja, o somatório dos escores padronizados por disciplina, multiplicado pelo peso da disciplina, dividido pelo somatório dos pesos de cada disciplina, conforme Tabela 2.

A equação 2 apresenta a fórmula de cálculo:

(EQUAÇÃO 2)

$EPPO = \sum PK \times EPk / \sum PK$

Em que:

EPPO: Escore Padronizado da Prova Objetiva;

EPk: Escore padronizado para cada uma das disciplinas da prova objetiva;

Pk: Peso atribuído à disciplina K, conforme Tabela 2; K: Índice de cada uma das disciplinas da prova objetiva.

Para determinação do Escore Padronizado da Prova Prática (EPPP), calcula-se, para cada pessoa candidata não reprovada, um valor com base na equação 3:

(EQUAÇÃO 3)

$EPPP = 500 + 100(EPk - Xp)/Sp$

Em que:

EPPP: Escore Padronizado da Prova Prática;

EPk: Escore Bruto da pessoa candidata na Prova Prática;

Xp: Média dos EBPs de todas as pessoas candidatas para o mesmo cargo não reprovadas na Prova Prática (subitem 8.2.18);

Sp: Desvio Padrão dos EBs de todas as pessoas candidatas para o mesmo cargo não reprovadas na Prova Prática (subitem 8.2.18).

9.3 Para os cargos sem prova prática, o Escore Final Total (EFT) é igual ao Escore Padronizado da Prova Objetiva (EPPO), de acordo com a Equação 4.

(EQUAÇÃO 4)

$EFT = EPPO$

9.4 Para os cargos com prova prática, aplica-se aos escores finais de cada etapa a ponderação de 40% (quarenta por cento) para a primeira etapa (prova objetiva) e 60% (sessenta por cento) para a segunda etapa (prova prática), de acordo com a equação 5.

(EQUAÇÃO 5) $EFT = 0,40 \times EPPO + 0,60 \times EPPP$

10.1 A classificação final das pessoas candidatas dar-se-á em ordem decrescente de EFT.

10.2 Havendo empate no concurso, terá preferência, sucessivamente, a pessoa candidata que:

tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos até o último dia da inscrição, conforme parágrafo único do art. 27 da Lei 10.741/2003 (Estatuto do Idoso).

obtiver maior pontuação nas questões objetivas de Conhecimentos Específicos.

obtiver maior pontuação nas questões de Língua Portuguesa.

tiver maior idade.

10.3 As pessoas candidatas não classificadas no número máximo de aprovadas de que trata o Anexo I deste edital, ainda que tenham atingido nota mínima, estarão automaticamente reprovadas no concurso público.

10.4 Nenhuma das pessoas candidatas empatadas na última classificação será considerada reprovada.

11.1 Os gabaritos oficiais preliminares das questões objetivas serão divulgados no endereço <www.portalselecao.ufu.br> no dia 30 de março de 2026, até às 11 horas.

11.2 Para contestar esses gabaritos, a pessoa candidata deverá acessar o endereço <www.portalselecao.ufu.br> e seguir as instruções ali contidas, das 11 horas de 30 de março de 2026 até as 11 horas do dia 01 de abril de 2026.

11.3 Julgando procedente o eventual recurso, a DIRPS poderá anular a questão. Neste caso, os pontos da questão serão considerados a favor de todas as pessoas candidatas.

11.4 Em caso de alteração do gabarito, os pontos da questão serão considerados apenas a favor das pessoas candidatas cujas respostas coincidirem com as do gabarito alterado.

11.5 A pessoa candidata somente poderá interpor recurso contra o gabarito oficial preliminar de posse dos seus números de inscrição, CPF e endereço de e-mail válido.

11.6 A pessoa candidata não poderá contestar a mesma questão mais de uma vez. Caso o faça, a contestação será indeferida.

11.7 Contestações iguais serão respondidas apenas uma vez.

11.8 As questões objetivas serão corrigidas por processo OMR (Optical Mark Recognition), que é um processo de leitura de dados de formulários do tipo "preenchimento de bolhas", a partir do gabarito oficial definitivo.

11.9 A UFU disponibilizará em seu endereço <www.portalselecao.ufu.br> as contestações recebidas ao gabarito oficial preliminar da Prova Objetiva e as respectivas respostas, no dia 10 de abril de 2026.



- 11.10 Os gabaritos oficiais definitivos a serem utilizados na correção das questões objetivas serão divulgados no endereço <www.portalselecao.ufu.br> no dia 10 de abril de 2026.
- 11.11 Em nenhuma hipótese, serão aceitos pedidos de revisão de contestação ou recurso de gabarito oficial definitivo.
- 11.12 As imagens digitais (cópias) da Folha de Resposta da Prova Objetiva e as notas de cada pessoa candidata estarão disponibilizadas no endereço <www.portalselecao.ufu.br>, sem necessidade de solicitação prévia, até às 11 horas do dia 14 de abril de 2026.
- 11.13 Para interpor recursos contra a nota da Prova Objetiva, a pessoa candidata deverá acessar o endereço <www.portalselecao.ufu.br> e seguir as instruções ali contidas a partir das 11 horas do dia 14 de abril de 2026 até às 11 horas do dia 16 de abril de 2026.
- 11.14 As respostas aos recursos contra o resultado na Prova Objetiva serão disponibilizadas no endereço <www.portalselecao.ufu.br> no dia 23 de abril de 2026.
- 11.15 A pessoa candidata, em seus recursos ou contestações, deverá ser clara, consistente e objetiva em seu pleito. Contestação inconsistente ou intempestiva será indeferida.
- 11.16 Não serão aceitos recursos ou contestações que desrespeitem as respectivas instruções, disponibilizadas no endereço <www.portalselecao.ufu.br>, ou cujo teor desrespeite a banca.
- 11.17 A lista de classificação provisória de pessoas candidatas classificadas para o cargo de Médico Veterinário/Animais de Laboratório será divulgada no dia 02 de junho de 2026, no endereço <www.portalselecao.ufu.br>
- 11.18 O resultado provisório do concurso público será publicado em lista única por cargo, contendo a relação de todas as pessoas candidatas aprovadas e classificadas, seguindo os critérios de alternância e proporcionalidade.
- 11.19 O resultado final do concurso público será publicado em lista única por cargo, contendo a relação de todas as pessoas candidatas aprovadas e classificadas, seguindo os critérios de alternância e proporcionalidade.
- 12.1 Ser brasileiro(a) nato(a) ou naturalizado(a) ou ainda, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado(a) pelo § 1º do art. 12, da Constituição Federal.
- 12.2 Estar em gozo dos direitos políticos.
- 12.3 Estar em dia com as obrigações militares e eleitorais.
- 12.4 Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo, e demais exigências para o exercício do cargo, conforme consta do Anexo II deste edital.
- 12.5 Ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos.
- 12.6 Possuir aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo.
- 12.7 Não ter sofrido, no exercício da Função Pública, penalidade incompatível com a investidura em Cargo Público Federal, prevista no art. 137, parágrafo único da Lei nº 8.112/90.
- 12.7.1 Nos termos da Orientação Normativa nº 86, de 5 de julho de 2024 da Advocacia-Geral da União, qualquer caso de demissão do serviço público, em decorrência de processo administrativo disciplinar, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público federal pelo prazo de 8 (oito) anos, nos termos do art. 1º, inciso I, alínea "o", da Lei Complementar nº 64, de 1990, cumulado com o art. 5º, inciso II, da Lei nº 8.112, de 1990.
- 12.8 Não acumular cargos, empregos e funções públicas, exceto aqueles permitidos em lei, desde que assegurada a hipótese de opção dentro do prazo para a posse, determinado no § 1º do art. 13, da Lei nº 8.112/90.
- 13.1 O provimento das vagas ocorrerá no nível inicial do cargo, com a remuneração correspondente e definida conforme legislação vigente.
- 13.2 As pessoas candidatas serão nomeadas obedecendo rigorosamente à ordem de nomeação, conforme subitem 11.19.
- 13.2.1 Na hipótese de não haver pessoas candidatas aprovadas em número suficiente para que sejam ocupadas as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para ampla concorrência e serão preenchidas pelas demais pessoas candidatas aprovadas, observada a ordem de classificação no concurso.
- 13.3 A classificação da pessoa candidata não assegurará o direito ao seu ingresso automático no cargo para o qual se habilitou, mas apenas a expectativa de ser nele investida.
- 13.4 A posse da pessoa candidata no cargo fica condicionada à apresentação de todos os documentos comprobatórios dos requisitos relacionados no item 12.
- 13.5 A pessoa candidata, que for convocada para assumir o cargo, somente será empossada se for considerada apta física e mentalmente para o cargo pretendido, por meio de avaliação clínica médica-ocupacional e laboratorial, realizada pela Divisão de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, sendo a rotina básica complementada por exames clínicos e (ou) laboratoriais especializados, sempre que se fizerem necessários.
- 13.6 A nomeação das pessoas candidatas será divulgada no Diário Oficial da União e por meio de correspondência eletrônica (e-mail), convocando as candidatas nomeadas para a posse, de acordo com os dados informados no ato da inscrição. A Universidade não se responsabiliza pelo não recebimento do e-mail de Nomeação ou o não comparecimento por parte da pessoa candidata no prazo determinado.
- 13.7 A pessoa candidata nomeada poderá renunciar à sua posição no certame e solicitar a sua reclassificação para a última posição da lista de classificadas, mediante apresentação de Requerimento próprio, conforme instruções enviadas no momento da nomeação.
- 13.7.1 A solicitação de reclassificação poderá ser realizada somente uma única vez, sendo a pessoa candidata responsável por declarar-se ciente de que, ao renunciar à sua classificação original, será automaticamente repositionada como última colocada em todas as modalidades de nomeação. A pessoa candidata deverá ainda declarar-se ciente de que a nomeação poderá não se efetivar durante o período de vigência do presente edital e que, se ocorrer, poderá ser realizada em qualquer um dos campi da Universidade Federal de Uberlândia.
- 13.8 O não pronunciamento da pessoa candidata aprovada no prazo estabelecido para esse fim, facultará à Universidade Federal de Uberlândia a convocação das candidatas seguintes, perdendo a candidata o direito de investidura no cargo para o qual se habilitou.
- 13.9 Durante o prazo de validade do concurso, a pessoa candidata classificada poderá ser aproveitada por outra Instituição Federal de Ensino, de acordo com o interesse da UFU, observando a ordem de nomeação e a concordância da candidata.
- 13.10 O prazo de validade do concurso será de 2 (dois) anos, a contar da data de publicação da homologação do resultado no Diário Oficial da União, podendo, no interesse da Administração, ser prorrogado por igual período.
- 14.1 Não serão aceitos como comprovantes quaisquer documentos obtidos da Internet cujos dados estejam diferentes dos constantes nos arquivos da UFU.
- 14.2 A inscrição da pessoa candidata implicará a aceitação das normas para o concurso público contidas no edital.
- 14.3 As pessoas candidatas inscritas neste certame, automaticamente, autorizam o uso e tratamento de seus dados pessoais para finalidade específica do Concurso, nomeação e dados funcionais, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
- 14.4 Este edital e demais informações referentes a este concurso serão divulgadas no endereço <www.portalselecao.ufu.br>, sendo de inteira responsabilidade da pessoa candidata acompanhar a publicação de todos os atos, editais complementares, retificações e comunicados referentes a este concurso público no Diário Oficial da União e no site.
- 14.5 Não serão fornecidas por telefone informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas.
- 14.6 Eventuais comunicações, que não tenham data de publicação prevista nesse edital e que não forem divulgadas no site, poderão ser feitas às pessoas candidatas por meio de mensagem eletrônica, expedidas para o endereço que constar no cadastro da pessoa candidata.
- 14.7 A Universidade Federal de Uberlândia não se responsabiliza por informação não recebida pela pessoa candidata, em decorrência de erros no preenchimento do Sistema de Inscrição On-Line, por inconsistências de dados fornecidos pela pessoa candidata no ato da inscrição, bem como pelo não recebimento de e-mails, enviados pela instituição durante o concurso público.
- 14.8 Será excluída do concurso a pessoa candidata que:
- fizer, a qualquer momento, declaração falsa ou incompleta;
- deixar de comparecer à prova;
- tiver atitude incorreta ou descortês com os examinadores(as), executores(as), auxiliares ou autoridades presentes durante a realização da prova;
- for, durante a realização da prova, surpreendida em comunicação com outra pessoa candidata, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma, bem como aquela que utilizar livros, notas, impressos e/ou materiais não determinados nas Orientações à (às) Pessoas Candidata(as);
- for responsável por falsa identificação pessoal;
- não entregar a Folha de Respostas no final da prova, ou quando solicitado pelo(a) fiscal.
- portar qualquer aparelho de telecomunicação, mesmo desligado.
- 14.9 Será excluída ainda do concurso, a qualquer tempo, a pessoa candidata que utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos para obter benefícios para si ou para terceiros(as) ou flagrado descumprindo quaisquer normas estabelecidas por este edital.
- 14.10 Somente será admitida na sala de provas, a pessoa candidata previamente inscrita, que estiver devidamente munida de um documento de identidade.
- 14.11 A DIRPS, a critério exclusivo, poderá fotografar e colher impressões digitais da pessoa candidata, para efeitos de identificação, caso seja necessário.
- 14.12 Ao tomar conhecimento deste edital, a pessoa candidata, sem oposição, declara estar de acordo com a providência de que trata o subitem anterior, caso ocorra.
- 14.13 As pessoas candidatas aprovadas e classificadas deverão manter atualizados seus endereços e e-mails na Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas/Divisão de Provimento e Acompanhamento de Técnicos Administrativos - DIPAP, pelo e-mail dipap@reito.ufu.br, responsabilizando-se por prejuízos decorrentes da não atualização.
- 14.14 A classificação obtida pela pessoa candidata aprovada no concurso não gera para si o direito de escolher seu local de exercício, ficando essa definição condicionada ao interesse e à conveniência da Administração da UFU.
- 14.15 Não haverá remoção a pedido do(a) servidor(a) nos primeiros 18 (dezoito) meses de efetivo exercício, exceto em situações excepcionais e aquelas previstas nas alíneas a, b e c do inciso III, do artigo 36 da Lei nº 8.112/1990, devidamente analisadas pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas.
- 14.16 Havendo previsão no edital de vaga para cargo passível de aplicação do disposto na Súmula AGU nº 86, de 20/11/2020, esta será considerada para fins de atendimento do requisito de escolaridade disposto no subitem 12.4 e no Anexo II.
- 14.17 Competirá à UFU receber e esclarecer eventuais questionamentos ao Concurso Público, inclusive a este edital e aos Conteúdos Programáticos das Disciplinas. À Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas competirá receber, decidir ou encaminhar aos órgãos administrativos competentes os recursos interpostos.
- 14.18 Impugnações ou recursos interpostos contra este edital devem ser enviados à DIPAP, e-mail dipap@reito.ufu.br, a partir das 12 horas do dia 20 de janeiro de 2026 até às 12 horas do dia 22 de janeiro de 2026.
- 14.19 Na ocorrência de caso fortuito ou força maior que impeça, parcial ou integralmente, a realização do concurso, a UFU reserva a si o direito de cancelar, substituir datas, realizar novas provas, sem qualquer ônus para a Instituição e sem cobranças de taxas adicionais para os(as) candidatos(as).

JULIANO CARLOS CECÍLIO BATISTA OLIVEIRA

ANEXOS AO EDITAL

ANEXO I

Quantidade de vagas x quantidade máxima de candidatos aprovados, conforme Anexo II do Decreto nº 9.739, de 28/03/2019.

Quantidade de vagas previstas no edital por cargo	Quantidade máxima de candidatos aprovados
1	5
2	9
3	14
4	18
5	22
6	25
7	29
8	32
9	35
10	38
11	40
12	42
13	45
14	47
15	48
16	50
17	52
18	53
19	54
20	56
21	57
22 ou 23	58
24	59
25 a 29	60
30 ou mais	dobro da quantidade de vagas

ANEXO II

DESCRÍÇÃO DOS CARGOS, CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS, BIBLIOGRAFIAS SUGERIDAS
CONHECIMENTOS GERAIS PARA TODOS OS CARGOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Será avaliada a capacidade de o candidato:

Ler, compreender e interpretar textos diversos de diferentes gêneros discursivos, redigidos em Língua Portuguesa e produzidos em situações diferentes e sobre temas diferentes.
Identificar e avaliar teses/opiniões/posicionamentos explícitos e implícitos, argumentos e contra-argumentos em textos argumentativos.
Analizar o uso de recursos persuasivos em textos argumentativos diversos (como a elaboração do título, escolhas lexicais, construções metafóricas, a explicitação ou a ocultação de fontes de informação) e seus efeitos de sentido.

Apreender informações não explicitadas, apoiando-se em deduções.

Identificar elementos que permitam extrair conclusões não explicitadas no texto.

Integrar e sistematizar informações.

Identificar elementos que permitem relacionar o texto lido a outro texto ou a outra parte do mesmo texto.

Identificar informações pontuais no texto.

Inferir o sentido de palavras a partir do contexto.

Identificar objetivos discursivos do texto (informar ou defender uma opinião, estabelecer contato, promover polêmica, humor, etc.).

Identificar as diferentes partes constitutivas de um texto.

Reconhecer e identificar a estrutura dos gêneros discursivos.

Utilizar e perceber mecanismos de progressão temática, tais como retomadas anafóricas, catáforas, uso de organizadores textuais, de coesivos,etc.

Estabelecer relações entre os diversos segmentos do próprio texto e entre textos diferentes.

Estabelecer articulação entre informações textuais, inclusive as que dependem de pressuposições e inferências (semânticas, pragmáticas) autorizadas pelo texto, para dar conta de ambiguidades, ironias e opiniões do autor.

Identificar efeitos de sentido decorrentes do emprego de marcas linguísticas necessárias à compreensão do texto (mecanismos anafóricos e dêiticos, operadores lógicos e argumentativos, marcadores de sequenciação do texto, marcadores temporais, formas de indeterminação do agente).

Identificar, em textos dados, as classes de palavras como mecanismos de coesão e coerência textual.

Identificar os recursos linguísticos que concorrem para o emprego da língua em diferentes funções, especialmente no que se refere ao uso dos pronomes, dos modos e tempos verbais e ao uso das vozes verbais.

Identificar a importância da organização gráfica e diagramação para a coesão e coerência de um texto.

Identificar recursos linguísticos próprios da língua escrita formal: pontuação, ortografia, concordância nominal e verbal, regência nominal e verbal, colocação pronominal, estruturação de orações e períodos.

REFERÊNCIAS SUGERIDAS:

ANTUNES, Irandé. Lutar com palavras - coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

FIORIN, José Luiz. Argumentação. São Paulo: Contexto, 2017.

KOCH, I. G. V. A Coesão Textual. 22º. ed., São Paulo: Contexto, 2002.

KOCH, Ingredore G. V.; TRAVAGLIA, L. C. Texto e coerência . 13ª. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

KOCH, Ingredore G. V.; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. 3ª. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção Textual: Análise de Gêneros e Compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MS-Windows 10: controle de acesso e autenticação de usuários, painel de controle, central de ações, área de trabalho, manipulação de arquivos e pastas, compactação de arquivos, uso dos menus, ferramentas de diagnóstico, manutenção e restauração, backup de arquivos, compartilhamento de arquivos e impressoras, utilização do OneDrive.

MS-Word 2013: estrutura básica dos documentos, edição e formatação de textos, cabeçalhos, rodapés, parágrafos, fontes, colunas, marcadores simbólicos e numéricos, tabelas, impressão, controle de quebras e numeração de páginas, legendas, índices, inserção de objetos, campos predefinidos, caixas de texto, mala direta, correspondências, envelopes e etiquetas, correção ortográfica.

MS-Excel 2013: estrutura básica das planilhas, conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos, elaboração de tabelas e gráficos, uso de fórmulas, funções e macros, impressão, inserção de objetos, campos predefinidos, controle de quebras e numeração de páginas, obtenção de dados externos, classificação e filtragem de dados.

MS-Power Point 2013: estrutura básica das apresentações, conceitos de slides, slide mestre, modos de exibição, anotações, régua, guias, cabeçalhos e rodapés, noções de edição e formatação de apresentações, inserção de objetos, numeração de páginas, botões de ação, animação e transição entre slides.

Correio Eletrônico: uso do aplicativo de correio eletrônico Mozilla Thunderbird

e Microsoft Outlook 2013, protocolos, preparo e envio de mensagens, anexação de arquivos.

Internet: Navegação Internet (Microsoft Edge, Mozilla Firefox, Google Chrome), protocolos HTTP/HTTPS/FTP, conceitos de URL, proxy, links/apontadores, sites/sítios Web, sites/sítios de pesquisa (expressões para pesquisa de conteúdos/sites (Google)).

Noções de Segurança e Proteção: Vírus, Cavalos de Tróia, Worms, Spyware, Phishing, Pharming, Spam e derivados.

Noções de Arquitetura e Manutenção do Computador: memória, processador, dispositivos de entrada e saída, instalação e configuração de impressoras e outros dispositivos.

REFERÊNCIAS SUGERIDAS:

Baddini, Francisco Carlos; Valle Junior, Reinaldo. Implantação e gerenciamento de redes com Microsoft Windows 10 Pro. Ed. Érica, 2015, ISBN 978- 8536517520.

Cabral, Alex de Lima Cabral; Seraggi, Marcio Roberto. Redes de computadores: teoria e prática, Senac São Paulo, 2017, ISBN 978-8539612703.

Carvalho, André C. P. L. F.; Lorena, Ana Carolina. Introdução à computação -

Hardware, software e dados. LTC, 2016, ISBN 978-8521631071.

Dario, André Luiz. Outlook 2013. Controlando Emails, Contatos e Tarefas. Ed. Viena, 2014, ISBN 978-8537103739. Edição Português por André Luiz Dario (Autor)

Frye, Curtis D. Microsoft Excel 2013 - Passo a Passo. Bookman, 2013, ISBN 978- 8582601372.

Issa, Najet.M.K.Iskandar. Word 2013. Senac São Paulo, 2014, ISBN978- 8539605781.

Lambert, Steve; Lambert, Joan. Microsoft Windows 10 - Passo a Passo. Bookman, 2016, ISBN 9788582604137.

Lambert, Joan; Cox, Joyce. Microsoft Word 2013, - Passo a Passo. Bookman, 2014, ASIN B016P88JQM.

Lambert, Joan; Cox, Joyce. Microsoft PowerPoint 2013 - Passo a Passo. Bookman, 2013, ISBN 978-8582601259.

Levine, J. R.; Levine, M. Y. Internet Para Leigos, Alta Books, 2016. ISBN 978- 8576089261.

Manzano, André Luiz N. G. Estudo Dirigido - Microsoft Excel 2013. Ed. Érica, 2013, ISBN 978-8536504490.

Manzano, José Augusto N. G.; Manzano, André Luiz N. G. Estudo dirigido: Microsoft Excel 2013: Avançado. Ed. Érica, 2013, ISBN 978-8536504506.

Martelli, Richard. PowerPoint 2013, Senac São Paulo, 2014,ISBN 978- 8539607389.

Martelli, Richard. Excel 2013, Senac São Paulo, 2013, ISBN 978-8539604074.

Navarro, Fernando de Carvalho. Excel 2013: técnicas avançadas. Brasport, 2016, ISBN 978-8574527789.

Perez, Camila Ceccatto da Silva. Manutenção Completa em Computadores, Ed. Viena, 2014, ISBN 978-8537103524.

Rathbone, Andy. Windows 10 para leigos, Alta Books, 2016, ISBN 978-

8576089780.

Velloso, Fernando. Informática - Conceitos Básicos. GEN LTC, 2017, ISBN 978- 8535288131.

WEBLIOGRAFIA SUGERIDA:

<https://www.thunderbird.net/pt-BR/>, acessado em 14-abril-2023. <https://support.mozilla.org/pt-BR/products/thunderbird>, acessado em 14-abril-2023.

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/guias-de-in%c3%adcio-r%c3%a1pidos-do- office-2013-4a8aa04a-f7f3-4a4d-823c-3dbc4b8672a1?culture=pt- br&country=br&ui=pt-br&rs=pt- br&ad=br>, acessado em 14-abril-2023.

<https://support.microsoft.com/pt-br/windows>, acessado em 14-abril-2023. <https://support.microsoft.com/pt-br/onedrive>, acessado em 14-abril-2023.

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/novidades-do-outlook-2013-325ffe56- 7b07-4ee7-8e64-b38bbbe4731c>, acessado em 14-abril-2023.



<https://support.microsoft.com/pt-br/office/treinamento-do-outlook-2013-f83e8e60-0bab-47eb-8f6e-c2ecb73124d8>, acessado em 14-abril-2023.
Decreto nº 1.171, de 22/06/1994 - Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal
Decreto nº 11.529, de 16/05/2023 - Institui o Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal e a Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal
Decreto nº 9.203, de 22/11/2017 - Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional
Guia Prático de Gestão de Riscos para a Integridade, disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/integridade/arquivos/manual-gestao-de-riscos.pdf>

Instrução Normativa Conjunta Nº 1, de 10/05/2016, da Controladoria-Geral da União
- Dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal, disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/acesso-a-informacao/governanca/Gestao-de-Riscos/biblioteca/Normativos/instrucao-normativa-conjunta-no-1-de-10-de-maio-de-2016-imprensa-nacional.pdf/view>
Lei nº 12.527, de 18/11/2011 - Lei de Acesso à Informação
Lei nº 12.813, de 16/05/2013 - Dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo do Poder Executivo Federal
Lei nº 13.709, de 14/08/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)
Lei nº 8.112, de 11/12/1990 - Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais
Lei nº 8.429, de 02/06/1992 - Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa
Lei nº 9.784, de 29/01/1999 - Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal
Portaria REITO nº 380, de 14/04/2023 - Atualiza e aprova o Plano de Integridade da Universidade Federal de Uberlândia, disponível em: sei_ufu_-_4423192_portaria_reito_no_380_de_14_de_abril_de_2023_atualiza_e_aprova_o_plano_de_integridade_da_ufu.pdf
Portaria REITO nº 775, de 13/08/2018 - Revisa a Política de Gestão de Riscos da Universidade Federal de Uberlândia disponível em: https://ufu.br/sites/ufu.br/files/media/documento/portaria_775.pdf

Observação: todos os documentos encontram-se disponíveis na internet.

DESCRÍÇÃO DOS CARGOS, CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS, BIBLIOGRAFIAS SUGERIDAS

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

MÉDICO VETERINÁRIO/ANIMAIS DE LABORATÓRIO REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO PARA INGRESSO NO CARGO

ESCOLARIDADE: Graduação em Medicina Veterinária em Instituição de Ensino Superior reconhecida pelo Ministério da Educação.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Registrado no Conselho competente (Lei nº 5.517/1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de Médico Veterinário).

Descrição Sumária do Cargo: Prestar assistência médica aos animais sob responsabilidade da entidade, bem como exercer a responsabilidade técnica das instalações animais de pesquisa da instituição. Atuar em todas as fases da pesquisa com uso de animais como modelos: criação, manutenção e experimentação com todas as espécies a serem utilizadas, tendo foco em roedores, peixes (zebrafish), aves e lagomorfos, bem como prestar auxílio às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES TÍPICAS DO CARGO:

Acompanhar protocolos experimentais: Assessorar pesquisadores quanto ao uso de animais em pesquisa, incluindo refinamento de métodos e avaliação de impacto nos animais.

Atuar como responsável técnico de biotérios, conforme regulamentação do respectivo conselho de classe, assegurando o cumprimento das exigências legais.

Atuar em biotecnologias reprodutivas, como fertilização in vitro (FIV), transferência de embriões, criopreservação de gametas e embriões, entre outras técnicas aplicáveis a roedores.

Atuar em projetos de pesquisa: Colaborar com grupos de pesquisa no desenvolvimento e execução de estudos científicos que envolvam o uso de animais de laboratório.

Atuar junto à Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA): Elaborar e revisar projetos de pesquisa envolvendo animais, bem como acompanhar sua execução. Participar como membro da CEUA e de demais comissões relacionadas às atividades de seu cargo.

Atuar no planejamento e supervisão de reprodução animal: Controlar colônias de animais, manejo reprodutivo, seleção genética e monitoramento da linhagem dos roedores.

Auxiliar na aquisição de insumos e materiais veterinários: Elaborar especificações técnicas e participar de processos de compra de medicamentos, dietas, materiais de biossegurança, entre outros.

Conduzir auditorias internas e ações de melhoria contínua: Apoiar processos de certificação e qualificação do biotério, como boas práticas de laboratório (BPL) e/ou acreditações internacionais (ex: AAALAC).

Emitir pareceres técnicos e laudos veterinários: Produzir relatórios técnicos relacionados à saúde animal, controle sanitário, genético e biossegurança.

Implementar e supervisionar protocolos sanitários: Desenvolver, aplicar e revisar protocolos de quarentena, controle de zoonoses, barreiras sanitárias e profilaxia.

Participar da capacitação de equipes: Treinar e orientar técnicos, tratadores e pesquisadores quanto às boas práticas de manejo e cuidados com os animais.

Prescrever e administrar tratamentos: Indicar terapias, prescrever medicamentos e aplicar tratamentos veterinários conforme necessidade, assegurando os pontos finais humanitários.

Promover o bem-estar animal: Monitorar constantemente as condições de saúde, manejo e bemestar dos animais, assegurando a ética e o cumprimento da legislação vigente (CONCEA, CFMV, CRMV-MG, MAPA, entre outras).

Realizar demais atividades solicitadas pela direção da Rede de Biotérios de Roedores ou de outros setores da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Realizar e supervisionar procedimentos/protocolos de analgesia, anestesia e de eutanásia: Executar e supervisionar analgesias, anestesias e eutanásias em conformidade com protocolos éticos, legais e científicos.

Realizar exames clínicos e diagnósticos: Avaliar clinicamente os animais, identificar sinais de doença e realizar exames laboratoriais ou necropsias, quando necessário. Ainda, realizar todas as etapas relacionadas com os exames para controle sanitário e genético de animais de laboratório.

Registrar e manter atualizados os dados sanitários e zootécnicos: Manter registros organizados sobre nascimentos, mortes, tratamentos, controle genético e sanitário.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Legislação e Ética em Experimentação Animal

Princípios éticos e científicos da experimentação animal, 3Rs (Replacement, Reduction, Refinement).

Legislação brasileira aplicável à experimentação animal (Lei nº 11.794/2008, Decreto nº 6.899/2009).

Normas e resoluções do CONCEA Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal.

Responsabilidade técnica do médico veterinário conforme o conselho de classe.

Atuação em Comissões de Ética no Uso de Animais (CEUA).

Diretrizes internacionais em experimentação animal: guia ARRIVE (Animal Research: Reporting of In Vivo Experiments) e guia PREPARE (Planning Research and Experimental Procedures on Animals: Recommendations for Excellence).

Sanidade e Biossegurança em Biotérios

Protocolos de barreiras sanitárias, quarentena e controle de patógenos.

Classificação sanitária de animais de laboratório e monitoramento sanitário de colônias de roedores, peixes (zebrafish), aves e lagomorfos.

Biossegurança aplicada a biotérios: medidas preventivas, contenção e descarte de resíduos.

Doenças infeciosas e parasitárias em roedores de laboratório.

Bem-estar Animal e Manejo de Roedores, Lagomorfos, Peixes (zebrafish), e Aves

Avaliação de bem-estar animal: parâmetros clínicos, comportamentais e ambientais.

Técnicas de contenção, manipulação e enriquecimento ambiental.

Métodos humanitários de eutanásia segundo o CONCEA.

Manejo nutricional e ambiental.

Reprodução e Genética de Roedores de Laboratório

Fisiologia reprodutiva de camundongos e ratos.

Controle de colônias e manejo de linhagens.

Classificação genética de animais de laboratório e monitoramento e controle genético de roedores.

Programas de melhoramento e manutenção genética.

Biotecnologia da Reprodução em Roedores

Fundamentos e aplicações da fertilização in vitro (FIV).

Técnicas de transferência de embriões.

Criopreservação de gametas e embriões.

Produção de animais geneticamente modificados.

Clínica e Cirurgia de Roedores, Lagomorfos, Peixes (zebrafish), e Aves

Exame clínico e diagnóstico.

Farmacologia e terapêutica em animais de laboratório.

Anestesia e analgesia em roedores.

Procedimentos cirúrgicos básicos aplicáveis à experimentação.

Técnicas de coleta de amostras biológicas.

Experimentação Animal e Pesquisa Científica

Planejamento e execução de protocolos experimentais, inclusive com a adoção de Métodos Alternativos ao uso de animais.

Avaliação de parâmetros fisiológicos e comportamentais em estudos com roedores.

Refinamento de métodos experimentais, bem como conceitos básicos sobre a interferência do estresse e dor na qualidade de dados obtidos de pesquisa com animais de laboratório.

Aplicação dos guias ARRIVE e PREPARE na elaboração e condução de projetos científicos.

Gestão de Biotérios e Documentação Técnica

Organização e gerenciamento de biotérios de criação e experimentação.

Registro e controle zootécnico e sanitário.

Elaboração de pareceres técnicos, laudos e relatórios sanitários.

Participação em auditorias e processos de acreditação (ex: BLP, AAALAC).

Especificação técnica de insumos, materiais e equipamentos para biotério.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ANDRADE, ANTENOR; PINTO, SERGIO CORREIA; DE OLIVEIRA, ROSILENE SANTOS.

Animais de laboratório: Criação e Experimental SBN: 85-7541-015-6. 1ª reimpressão: 2006 (1ª ed. 2002). il.

Boas Práticas de Laboratório. Editora Difusão. 2ª ed. 2013. SILVA, K.M. & LIMA, M.R. Guia de finalização humanitária aplicada a roedores utilizados em pesquisas. ISBN 978-65-258-1582-

4. 1ª edição: 2023.

Guia brasileiro de produção, manutenção ou utilização de animais em atividades de ensino ou pesquisa científica / Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal. -- 1ª ed. - Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 2023. Disponível em: . Acesso em: 04 ago. 2023.

HIRATA, M.H.; HIRATA, R.D.C. & MANCINI FILHO, J. Manual de Biossegurança. Editora Manole, 2ª ed. 2012. p. 356.



LAPCHIK, V.B.V.; MATTARAIA, V.G.M.; KO, G.M. Cuidados e manejo de animais de laboratório. Editora Atheneu, 2009.
 Manipulating the Mouse Embryo: A Laboratory Manual", a referência completa é: Behringer, R., Gertsenstein, M., Nagy, K. V., et al. (2014). Manipulating the Mouse Embryo: A Laboratory Manual. Cold Spring Harbor Laboratory Press
 Manual de Orientação do Responsável Técnico-Sanitário em Estabelecimentos que Criem ou Utilizem Animais em Atividades de Ensino ou Pesquisa Científica. 1ª ed. Conselho Federal de Medicina Veterinária.
 MOURA, Roberto de Almeida; WADA, Carlos S.; PURCHIO, Ademar; ALMEIDA, Therezinha Verrastro de. Técnicas de Laboratório. 3ª ed. Editora Atheneu, 2002.
 RODRIGUES, N.A. & CAMPANA-PEREIRA, M.A. Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde. Cap. 9. pp 267-306 In: ALMEIDA, M;F;C.

ANEXO III

CONTEÚDO DAS PROVAS PRÁTICAS

MÉDICO VETERINÁRIO/ANIMAIS DE LABORATÓRIO

OBJETIVOS DA PROVA PRÁTICA

A prova será realizada com arguição e terá a finalidade de aferir o conhecimento, as habilidades e a capacidade prática do candidato em situações de rotina na área de Animais de Laboratório. Serão utilizados ratos e camundongos vivos e/ou cadáveres mediante aprovação pela Comissão de Ética no Uso de Animais da UFU.

DISPOSIÇÕES DA PROVA PRÁTICA

Os candidatos poderão ser arguidos sobre casos clínicos, procedimentos experimentais, e manejo durante a rotina das áreas de criação e experimentação com roedores da REBIR.

Poderá ser solicitado interpretação de exames, por exemplo, hemograma, bioquímicos, eletroforese em gel de agarose (controle genético de roedores), ELISA (Controle Sanitário), etc. Serão preparados e entregues a cada candidato, os equipamentos de proteção individual (EPIs) e coletiva (EPCs) necessários para cada atividade.

O candidato deverá ser capaz de realizar procedimentos como contenção, anestesia, cirurgias (laparoscopia, vasectomia), coleta de sangue e demais fluidos biológicos em ratos e camundongos.

O candidato deverá ser capaz de manusear os equipamentos e materiais necessários para a manutenção de roedores em instalação SPF como: racks ventiladas, estações de troca, autoclaves, aparelhos de anestesia inalatória.

A prova prática será realizada com arguição, visando aferir a habilidade na abordagem de roedores (ratos e camundongos), demonstrando conhecimento na área de Ciência em Animais de Laboratório em situações práticas com animais vivos e/ou cadáveres, bem como domínio de instrumentos, aparelhos, técnicas e interpretação de exames clínicos e laboratoriais. O candidato deverá portar vestimenta adequada (cabelos longos amarrados, sem usar perfume, calça comprida, sapatos fechados). Os demais Equipamentos de proteção individual como jalecos, touca, luvas, e máscaras serão oferecidos pela Rede de Biotérios de Roedores da UFU.

Instrumentos, aparelhos ou técnicas a serem utilizadas:

Aparelho de anestesia inalatória, racks ventiladas, autoclaves, estações de troca, aparelho de hemograma, leitora de placas, termociclador, centrífugas.

Da metodologia de aferição:

A metodologia de aferição contemplará a capacidade de o candidato demonstrar conhecimentos e habilidades em situações práticas, conforme quadro de "critérios de avaliação da prova prática".

Duração da prova prática:

A Prova Prática poderá ser realizada em dois dias consecutivos e será composta por duas etapas distintas de avaliação. Cada etapa terá a duração máxima de 50 minutos por candidato.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Item 1

Critério: Linguagem Descrição:

Expressão oral e o respeito aos padrões da língua culta e da linguagem técnica (2,5)

Uso formal da língua portuguesa quanto a vocabulário, concordância verbal e nominal e vícios de linguagem (2,5)

Pontos Distribuídos: 5

Item 2

Critério: Procedimentos práticos Descrição:

Capacidade e coerência na escolha da metodologia empregada para a resolução do(s) problema(s) apresentado(s) (20).

Domínio da execução técnica do procedimento (20)

Habilidade manual (8).

Capacidade de manipulação dos materiais utilizados (8).

Uso adequado dos instrumentais e equipamentos (7).

Capacidade de interpretação dos resultados (7)

Pontos Distribuídos: 70

Item 3

Critério: Fundamentos teóricos Descrição:

Articulação das ideias (6)

Conceitos (5)

Conteúdo técnico e informações atualizadas relevantes aos procedimentos executados na prova (4)

Pontos Distribuídos: 15

Item 4

Critério: Capacidade didática Descrição:

Dicção (2)

Motivação (2)

Postura (2)

Habilidade didática (4) Pontos Distribuídos: 10 Valor Total = 100

INLABS

O Diário Oficial da União em dados abertos

Acesse inlabs.in.gov.br e obtenha:

- Edições diárias do DOU em formato de dados abertos (XML)
- Edições diárias do DOU em formato PDF certificado
- Scripts para automatização de downloads
- Dicionário de dados

Diário Oficial da União Digital
Cada vez mais universal e tecnológico

